

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DOS QUE VIVEM A RESISTÊNCIA

- 1949/1989 -

UM ESTUDO COM PEQUENOS PRODUTORES SEM-TERRA, NO MUNICÍPIO DE  
CURITIBANOS - SANTA CATARINA.

SÔNIA APARECIDA BRANCO BELTRAME

Florianópolis, fevereiro de 1991.

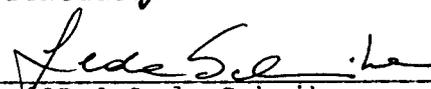
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DOS QUE VIVEM A RESISTENCIA 1949/1989  
UM ESTUDO COM PEQUENOS PRODUTORES SEM-TERRA  
NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO COLEGIADO  
DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
EM CUMPRIMENTO PARCIAL PARA A OBTEN  
ÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM EDUCA-  
ÇÃO.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 26 / 04 / 1991.

  
Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup> Maria Julieta Costa Calazans  
Orientadora

  
Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup> Leda Scheibe

  
Prof.Dr. Reinaldo Matias Fleuri

SONIA APARECIDA BRANCO BELTRAME

Florianópolis, Santa Catarina

Abril - 1991.

Dedico este trabalho aos Joãos, Zecas,  
Chicos e Marias, que fazem da sua vida  
uma luta permanente contra a dominação.  
Esses homens e mulheres que vivem no cam-  
po sem-terra, sem-salário, sem-direitos;  
nos ensinam que a esperança ninguém mata;  
ela nascerá sempre como nascem os tri-  
gais, os pinheirais, os canaviais, os se-  
ringais...

## AGRADECIMENTOS

À Julieta, professora e amiga, minha profunda gratidão pelo trabalho competente de orientação, pela convivência carinhosa e enriquecedora.

Agradeço da mesma forma à Leda, sempre disponível.

Aos companheiros do Núcleo Tritícola de Curitiba, pelo carinho com que me acolheram, pelas muitas "prosas" ao redor do fogo, nas noites geladas da Serra.

Aos companheiros do VIANEI, que favoreceram os contatos com os atores da pesquisa.

Aos colegas e professores do Mestrado, pelo muito que aprendi, dentro e fora da sala de aula.

À Secretaria de Educação do Estado do Paraná, pelo apoio e dispensa.

Aos colegas do CEPE/UDESC, pelo apoio e compreensão.

Aos meus pais, também trabalhadores do campo, pelo incentivo e carinho.

Agradeço a colaboração valiosa de: Jânio, Sirlene, Nilso, Vânia, Ciro, Têti, Eliza, Jair e Zenir.

Finalmente, o meu agradecimento muito carinhoso ao Nini e ao Lucas, companheiros de todas as horas, que impediram que a extenuante tarefa acadêmica nos roubasse a ternura e a alegria.



|   |     |
|---|-----|
| III - A ESCOLA: UMA PRÁTICA INTERVENCIONISTA TRADI- |     |
| CIONAL NUM CONTEXTO DE RESISTÊNCIA ...              | 118 |
| 3.1 - Algumas Considerações Sobre a Educação        |     |
| Brasileira nas Últimas Décadas .....                | 119 |
| 3.2 - A Escola como um Instrumento da Ação          |     |
| Intervencionista.....                               | 123 |
| 3.3 - A Escola Vista Pelos Sujeitos da Resis-       |     |
| tência .....  | 141 |
| <br>  |     |
| CONCLUSÃO .....                                     | 162 |
| <br>  |     |
| BIBLIOGRAFIA .....                                  | 165 |
| <br>  |     |
| ANEXOS .....  | 177 |

## RESUMO

O presente estudo trata de compreender as articulações que se estabelecem entre o processo de vida e de trabalho de um grupo de pequenos produtores rurais sem-terra e as práticas da escola pública no meio rural. Analisamos como se processam os conhecimentos oferecidos pela escola nas práticas cotidianas dos trabalhadores e as expectativas por eles levantadas em torno da instituição escolar.

A realidade dos trabalhadores no seu cotidiano como pequenos produtores sem-terra, foi por nós vivenciada no Núcleo Tritícola de Curitiba, com um grupo de homens e mulheres, organizados na Associação João Maria de Pequenos Produtores, que lá desenvolvem uma prática de trabalho coletivo.

Para compreender as múltiplas relações do Núcleo Tritícola no contexto onde está situado, percorremos um longo caminho indo até a Guerra do Contestado onde estão assentados os marcos da situação atual. Nesse percurso foi possível captar e interpretar o sentido que os próprios trabalhadores têm de sua realidade, como vivem, como pensam, como produzem suas concepções de mundo, de escola e da sociedade como um todo.

As práticas escolares ali desenvolvidas foram analisadas na ótica do seu envolvimento com as lutas dos trabalhadores, enfatizando o papel que pode desempenhar um educador comprometido com as causas populares.

Concluimos, refletindo sobre a necessidade de ampliar-se o debate acerca do distanciamento entre a pedagogia produzida nas relações sociais e a pedagogia da escola.

## ABSTRACT

This research deals with the articulations that are established between the process of life and work of a group of simple landless rural workers and the practices of the public school in the country-side. We are going to analyze how are processed the knowledges offered by the school in the daily practices of the workers, and their expectations regarding the school institution.

The workers' reality in their day-to-day activities as simple landless agriculturists was observed by ourselves in the "Núcleo Tritícola de Curitibaanos", altogether with a group of men and women, organized in the Association João Maria, formed by simple agriculturists who developed the practice of collective work.

In order to understand the multiple relations in the "Núcleo Tritícola" within the context that is situated studied carefully the war of Contestado where are situated the boundaries of the present situation. With this research, it was possible to understand the vision that the rural workers have of their reality, how they live, think and produce their conception of the world, the school and the society as a whole.

The school practices developed, were analysed

according to their involvement with the struggles of the agriculturists emphasizing the role that can be played by an educator committed to the population needs.

To close it up, it's important to think about the necessity of enlarging the about the distance between the education produced in the social relations and the school education.

- "Tamo cercado... Aqui se costumava dizê que um home não morre quando tem companheiro... Mais agora os companheiro se arretiraro quaze tudo, uns prá co-vas sem nome e sem cruiz, os otro se escondero, e se entregaro... É o fim. Meceis se ispaíam se ainda dé. Que ninguém se arrependa do grito que deu, que foi bem dado. Eu, nascido e crido aqui nos mato, não sei dize o que tá errado no mundo que eu poco ví... mis alguma coisa tá muito errada. Se meceis, não vão segui por aí, um dia pudé consertá, se arreuna e conserte que vale a pena. Vale a vida inté. Porque nós não semo bandido, nem matemo por gosto, porque pelo memo impurso e pela mema ância, nois enfretemo risco de morte, sofremo e morremo. Se um home se alevanta e diz "vô morrê se fô perciso, "pode não sê bonito e nem religioso, mais só acontece quando alguma coisa tá muito errada antes disso. Peço que vanceis perdo os grito e os comando de guerra: peço que vanceis se ispaíem. Pode se es-  
paiá por aí, pode inté se entregá... mas não se  
renda por dentro, não se conforme. O Zé Maria já dizia: "eu trago atrais dos óio, coisa que não posso revelá!... Vanceis pode sê como o profeta, inté que dê prá revela!..."

Trecho extraído da fala do personagem ADEODATO, na peça "CONTESTADO" de Romário Borelli. (grifo nosso)

## INTRODUÇÃO

A nossa investigação tem como questão central a análise das articulações que se estabelecem entre o processo de vida e trabalho dos pequenos produtores rurais sem-terra e as práticas da escola pública no meio rural.

Convivemos com a problemática desde há muitos anos pois, de maneira geral, nossa atuação profissional sempre esteve voltada para a educação das camadas populares que vivem no campo.

A partir da década de 70 temos atuado junto a organismos municipais e estaduais responsáveis pela condução da escola pública no meio rural. Nesses anos de trabalho, muitas dúvidas e questionamentos têm surgido, o que nos motivou para a realização de um estudo mais profundo acerca do papel que desempenha a escola pública nesse contexto.

Por outro lado, sendo de origem camponesa, desde muito cedo convivemos e experimentamos os problemas ligados a terra. Como as outras pessoas nascidas nos "tempos da madeira", na Região Serrana, convivemos durante toda a infância com as migrações da família em busca de outras serrarias quando a mata daquela localidade era extinta. Nesse cotidiano difícil, vivemos as relações de dominação e expropriação dos trabalhadores, já históricas no Planalto. Na condição de trabalhadores da serraria, como meeiros, agregados de fazenda de

gado, diaristas, ou simplesmente peões, viviam os membros de nossas famílias à mercê das "leis do patrão", isto é, seu trabalho valia o que o patrão determinava. Apesar de pouco apreender do quão injusto era esse comportamento, alguns fatos dessas relações ficaram muito presentes e hoje é possível analisá-los com a carga necessária da paixão gramsciana. Segundo Gramsci (1978:101),

"O erro do intelectual consiste em crer que se possa 'saber' sem compreender e especialmente sem sentir e ser apaixonado (não só de saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em crer que o intelectual possa sê-lo (e não um puro pedante) se distinto e afastado do povo nação, isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as na determinada situação histórica e referenciando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo, científica e coerentemente elaborada, o 'saber'; não se faz política-história sem essa paixão, sem essa conexão fundamental entre intelectuais e povo-nação."

Portanto, foi incluindo-nos como produto histórico dessas relações que decidimos aprofundar o nível de compreensão do universo serrano, tendo como eixo o processo educativo.

A problemática desenvolve-se na Região dos Campos Homogêneos de Curitiba, tendo como área específica o Núcleo Tritícola de Curitiba (NTC), que dista 35 km da sede do município de Curitiba, onde realizamos a pesquisa de campo. Trata-se de uma localidade onde predomina o minifúndio, sendo os trabalhadores na sua maioria diaristas e pequenos proprietários. O centro da localidade constitui-se por

cerca de 200 famílias com uma população aproximada de 2.000 pessoas, onde predomina a presença de crianças e adultos, sendo poucos os jovens e idosos.

A produção local é constituída basicamente pelo cultivo do alho, e as culturas de subsistência (arroz, feijão, batata, milho e produtos hortigranjeiros). É através da comercialização do alho que a população local produz a sua existência e insere-se na sociedade capitalista.

Entre as organizações sociais de que dispõe a localidade estão: a igreja católica, a igreja presbiteriana, o clube recreativo, o campo de futebol e a escola pública estadual, que teve a sua presença assegurada, desde os tempos da criação do Núcleo em 1953.

Entre os acontecimentos históricos ligados à terra que marcaram a vida da localidade e da Região, merecem destaque, além da Guerra do Contestado (1912 - 1916) - O início do conflito deu-se a seis km da localidade em estudo, no Taquaruçú do Meio - outros fatos que sofreram influências dessa guerra:

a) Criação de um núcleo de produção de trigo - Núcleo Tritícola de Curitibanos que deu origem ao nome da localidade em 1953. Tal iniciativa do governo federal visava entre outros objetivos, integrar a região ao desenvolvimento, tendo em vista que "teria se tornado uma região inóspita em decorrência dos acontecimentos do início do século."

b) Criação da AJMPP (Associação João Maria de Pe-

quenos Produtores) em 1987. A partir da interferência de agentes mediadores ligados ao Projeto VIANEI de Educação Popular de Lages, que desenvolviam uma ação educativa na região e na localidade, um grupo de famílias organizadas tomou posse de uma área de terra de propriedade administrativa da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), e está desenvolvendo uma experiência de uso coletivo do solo.

Iniciamos o trabalho com o grupo a partir da ação educativa do VIANEI, o que facilitou a inserção no mesmo.

Nossa proposta inicial foi tentar compreender as articulações que se estabelecem entre o processo social que vivem esses homens e mulheres e os conhecimentos oferecidos pela escola, como são processados esses conhecimentos nas práticas cotidianas dos trabalhadores e a representação que têm da instituição escolar. Para tanto, tornou-se necessário captar e interpretar o sentido que os próprios trabalhadores têm da sua realidade, apreender como eles vivem, como pensam, como produzem suas concepções de mundo, de escola e da sociedade como um todo.

Buscamos reunir as informações da forma mais abrangente possível no tocante ao contexto histórico-social dos atores, porém, sem perder de vista o objetivo de aprofundar as questões relativas à escola. Nessa perspectiva a proposta metodológica teve dois momentos: entrevistas que chamamos de história de vida e as entrevistas temáticas.

No primeiro caso, os atores construíaam seu percurso histórico, seguindo uma cronologia da infância à vida de hoje, situando sua origem familiar, formação escolar e profissional, cidades onde viveram, reflexões gerais sobre problemas da terra, política agrícola, acontecimentos marcantes sobre a sociedade e perspectivas políticas do momento atual.

A partir desse caminho foi possível uma troca de idéias entre os atores e o pesquisador; a confiança que se estabeleceu permitiu-nos penetrar sem riscos no mundo destes trabalhadores, nas suas relações familiares, nos seus sucessos e fracassos. Segundo Camargo (1981:11-14):

"Através dessa metodologia os atores vão construindo suas histórias pelo caminho mais rico, confiável e pródigo, isto é, quando o discurso individual se refere àquilo que quem o produz melhor conhece: a sua experiência, a sua práxis, no contexto de sua própria vida."

É portanto,

"(...) o canal de acesso que permite o registro de hábitos, modo de vida e impressões diretas que, dependendo do grupo e do período que se tem como objeto de estudo, não encontram equivalentes em outras fontes disponíveis."

Assim, fomos construindo, atores e pesquisadora, a história do Núcleo Tritícola de Curitibaanos. Estavam ainda muito presentes entre os moradores mais idosos, os acontecimentos e as relações que se estabeleceram entre os fatos que marcaram a vida da localidade desde a década de 50. A partir das informações colhidas foi possível ampliá-las com outros dados secundários, colhidos em documentos da época. A cada

encontro era possível reelaborar as informações e analisá-las juntamente com os atores, numa perspectiva crítica visualizando os efeitos que esses fatos e suas relações produzem hoje, na localidade.

É quando emergem os efeitos que se podem avaliar os acontecimentos que os causaram. Mas esta operação não é uma operação estática, é um processo. Enquanto um processo está em curso, os efeitos dos acontecimentos aparecem continuamente, sem fim: ora, a história é precisamente um processo desse tipo. Os efeitos recentemente emersos obrigam a deitar sobre os acontecimentos um olhar novo, a percebê-los de outra maneira, a situá-los diferentemente no contexto da totalidade. Frequentemente o que tinha sido subestimado, ignorado mesmo, revela-se historicamente importante e vice-versa. Por esta razão, o quadro da totalidade vê a sua 'composição' modificar-se." (SCHAFF, 1983:274).

Em outros momentos, realizamos entrevistas temáticas, em geral mais curtas, que tiveram por finalidade elucidar aspectos específicos da escola. Mesmo nesses casos, a orientação adotada foi a do diálogo aberto, que permite uma interação entre ator e pesquisador, conservando a informalidade necessária para a troca de informações.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitas visitas sistemáticas ao grupo de trabalhadores, durante dois anos, numa frequência média de uma visita em cada dois meses, sendo que cada visita tinha a duração de dois a três dias dependendo da disponibilidade dos trabalhadores. Foram entrevistadas 25 pessoas, sendo nove mulheres e 16 homens. A faixa etária predominante está entre 25 e 35 anos, sendo que apenas três pessoas possuem mais de 50 anos. Alguns entrevistados

nunca tinham gravado a própria voz e se encantavam em ouvi-la e mostrar aos companheiros. Isso demorava as gravações, sem contar que só podíamos gravar à noite, já que durante o dia estavam todos na roça, inclusive as mulheres.

As sessões de gravação eram muito esperadas por eles, as pessoas gostavam de contar sua trajetória de vida e os depoimentos eram carregados de emoção. Sentados ao redor do fogão à lenha reunia-se a família, às vezes também os vizinhos e era gravada a história de cada um.

Para sistematização das falas dos entrevistados agrupamos os depoimentos a partir das funções desempenhadas nas relações de produção do contexto: trabalhador, trabalhadora, pequeno proprietário, professora e administrador.

De modo geral, a história desses trabalhadores têm muita semelhança com a trajetória de outros trabalhadores rurais brasileiros. São homens e mulheres que muito cedo iniciaram sua vida produtiva auxiliando na sobrevivência da família, por isso não tiveram uma escolaridade regular ou quando tiveram foi o tempo mínimo. A maioria nasceu na região, mas viveu em outras localidades, isto é, uns ainda crianças outros já adolescentes, migraram em busca de melhores condições de sobrevivência. Suas vidas são marcadas pela privação das condições mínimas fundamentais como saúde, habitação, educação etc. A maioria sempre viveu como bóia-fria e alguns ainda hoje o são.

Apesar das condições adversas de produção da exis-

tência, eles acreditam muito na possibilidade de transformar essa realidade e para isso a experiência da Associação é muito significativa, sendo comuns depoimentos como este: "nessa caminhada que eu fiz, nunca estive melhor do que estou hoje."

É nessas relações que esses homens e mulheres estabelecem entre si e na produção, que vão elaborando um saber social que os une e que os sustenta nas suas lutas.

O ponto de partida para a compreensão desse saber encontra-se em Marx (1983), quando ele demonstra que o homem se produz a si mesmo, e, nesse processo, elabora o conhecimento e faz História, enquanto produz as condições de sua existência, pelas relações que estabelece com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. É no seio das relações sociais determinados pelo modo de produção da existência que o homem se faz homem, constituindo-se ao mesmo tempo como determinado e determinante dessas mesmas relações.

Assim,

"são os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que essas possam tomar... o ser dos homens é o seu processo de vida real." (Marx & Engels, 1984:22).

Nas atividades que desempenham, os homens, no interior das relações que eles geram está o ponto de partida para a elaboração do saber; isto é,

"é na vida real que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo

de desenvolvimento prático dos homens.  
É nesse ponto que termina o fraseado oco sobre a  
consciência e o saber real passa a ocupar o seu lu-  
gar." (Marx & Engels: 1984: 23).

Nesse sentido, o saber não existe de forma autô-  
ma, pronto e acabado, mas é a síntese das relações sociais  
que os homens estabelecem na sua prática produtiva em deter-  
minado momento histórico.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o grupo inves-  
tigado vai fazendo um inventário da sua trajetória de vida,  
vai percebendo sua condição de subalterno e a permanente ex-  
ploração a que foi submetido. Assim, vai sendo elaborado um  
saber que lhes permite enfrentar ou escapar do controle dire-  
to do capital, com os recursos de que dispõem nesse estágio  
de consciência: aprendem a se organizar, a reivindicar, a  
disputar a terra e assim por diante.

É esse saber que nós educadores precisamos apreen-  
der, é preciso captar o sentido desse saber ao invés de atri-  
buir-lhe sentido.

É preciso que a "academia" conheça esse saber. É  
urgente que se traga para dentro da Universidade as falas  
desses trabalhadores. São companheiros de luta, que de forma  
diferente da acadêmica, com outras estratégias de luta, vão  
construindo um caminho de transformação social, muitas vezes  
bem mais arrojado que aquele decorrente das práticas acadêmi-  
cas atuais.

No nosso ponto de vista, a compreensão da trajetó-

ria de luta dos trabalhadores - nas suas organizações, sua forma de sobrevivência e meios de resistência à dominação - é fundamental para o enriquecimento das práticas dos educadores que buscam a melhoria da qualidade da escola pública. Não acreditamos que isso baste, mas é um dos caminhos que poderá contribuir para a mudança da escola, hoje tão distante das lutas dos trabalhadores.

Esse distanciamento entre intelectuais e camadas populares gera a contradição determinada pelas próprias condições sociais de produção do conhecimento: quem tem os instrumentos teóricos para fazê-lo, pelas características que são próprias ao seu ser social, não consegue superar o confinamento teórico.

"Já os trabalhadores que têm na sua experiência, no trabalho o impulso à busca da totalidade, vêm-se limitados pela expropriação do instrumental teórico-metodológico a que tem sido historicamente submetido." (KUENZER, 1985:188).

Daí a importância da escola, uma das formas para a superação desse limite, é fundamental que o trabalhador acesse ao saber elaborado, e a escola deve contribuir, para isso. Concordamos com Giroux (1986:157) quando diz que

"as escolas devem ser vistas como locais sociais contraditórios marcados por luta e acomodação, que não podem ser vistos como totalmente negativos em termos de seus efeitos sobre os que são politicamente despojados. Isto é, embora não haja dúvida de que as escolas são ligadas à política educacional, interesses e recursos que carregam o peso da lógica e das instituições do capitalismo, elas também propiciam espaço para o ensino, o conhecimento e as práticas sociais emancipatórias. As escolas produzem formações sociais em torno de exploração de

classes, gênero e raça, mas ao mesmo tempo contêm pluralidades contraditórias que geram possibilidades tanto para mediação quanto para a contestação das ideologias e práticas dominantes. Efetivamente a escola nem é um baluarte da dominação, nem um locus de revolução."

Assim, para se chegar mais profundamente à análise dessas questões, organizaremos as idéias da seguinte maneira:

No capítulo I, os fatos que produzem a região foram situados de modo a permitir a compreensão da sua formação histórica.

A criação do Núcleo Tritícola de Curitiba e a organização da AJMPP, foi basicamente situada no capítulo II. A problemática específica das políticas do trigo na década de 50, sua história e alguns aspectos econômicos foram evidenciados, na medida em que interferem nos caminhos pedagógicos alternativos percorridos pelos homens e mulheres que compõem hoje a Associação.

Já o capítulo III contém a análise da trajetória da escola pública no contexto do Núcleo, sua organização, sua prática intervencionista e o seu significado enquanto espaço de educação formal. Abordamos também neste capítulo as expectativas dos trabalhadores acerca do papel que desempenha a escola no contexto de suas lutas pela terra, bem como, as alternativas por eles apontadas para comprometer a escola com suas necessidades de classe.

Durante todo o trabalho procuramos destacar as discussões relativas à escola, uma vez que a educação escolar é

o ponto central do mesmo.

Por último, a luz do que foi analisado procuramos enfatizar a necessidade de ampliar o debate acerca das relações pedagógicas presentes na sociedade e no contexto da escola.

## I - ANTECEDENTES - MARCOS HISTÓRICOS QUE PRODUZEM A REGIÃO

Neste capítulo nos deteremos no estudo da formação histórica da região, através dos fatos que a produzem e as relações significativas entre esses fatos.

Na trajetória histórica da região, a Guerra do Contestado merece destaque, pelo que significou na história do povo serrano.

Neste trabalho, porém, não vamos abordar o fato na sua dimensão histórica mais ampla. Nos interessa enfocar o conflito na perspectiva da luta pela terra, buscando estabelecer as relações com a situação atual. Dessa maneira, construímos o cenário que consideramos essencial para encaminhar o estudo da problemática específica do Núcleo Tritícola de Curitibanos.

### 1.1 - A Região Produzida

O município de Curitibanos como os demais municípios da Região Serrana do Planalto Catarinense tem a sua origem histórica ligada ao caminho dos tropeiros(1).

Segundo Queiroz (1977:21):

"moradores dos Campos de Curitiba penetravam nestas serras e planaltos talvez no intuito de estudar o

aproveitamento das pastagens nativas ou fazer miúdo contrabando com os castelhanos e os índios das Missões. Bem no centro dessa superfície, erguiam-se uns ranchos de tropeiros num lugar cujo nome antigo indica a procedência dos que o levantaram e mais de dois séculos depois, ainda seria mantido para designar o município onde teve início a eclosão do messianismo: Curitibanos."

Portanto, o município teve sua origem e vida produtiva ligada ao trabalho com a atividade pecuária. Sendo caminho dos tropeiros, logo foi criada uma casa de comércio e demais serviços de que necessitavam os viajantes, criando-se um aglomerado de ranchos que passariam mais tarde a constituir-se na vila de Curitibanos.

Das vilas sob a administração catarinense, a mais importante depois de Lages, era Curitibanos, que ficava no centro de uma zona de fazendas de gado, sua principal atividade econômica. Porém,

"no início desse século considera-se que a pecuária estava em decadência e o principal produto que animava o comércio era então o fumo largamente produzido no município. Comercia-se ainda, com exceções de outros produtos agrícolas tais como o milho, a cevada, o trigo e a batata." (QUEIROZ, 1977: 40)

Dessa maneira, quando a atividade pecuária vai definhando, passa a ser a agricultura a principal forma de ocupação dos habitantes de Curitibanos, que por volta do início do século totalizava cerca de 750 habitantes.

Pertecendo à região dos coronéis(2), vivia o povo de Curitibanos, as relações de subordinação aos poderosos que detinham o poder sobre as terras e as pessoas que ali produziam sua existência.

Sendo a terra, a base de sustentação dos coronéis e pelas características fundiárias da região, especialmente o município de Lages, serviu de base geo-política para as famílias dos mesmos, que alastravam seu poder por todo o Estado.

Em seu estudo, Munarin (1990:21) afirma que:

"o coronelismo exerceu papel fundamental na história das relações sociais, políticas, econômicas da Região, com consequências que vão para muito além de 1930, (para muitos marco do fim do coronelismo no Brasil, em decorrência da revolução burguesa). Essas consequências se fazem presentes ainda hoje com nitidez quando são propostas práticas de transformação das estruturas vigentes, na região."

Referindo-se a abrangência do coronelismo na região, Queiroz (1977:44-45) afirmar que:

"cada município tinha o seu chefe político ou manda-chuva que era o coronel por excelência, estreitamente vinculado, por laços de colaboração e ajuda mútua, aos demais coronéis de área e ao Governo do respectivo Estado, um governo constituído de coronéis - ao qual apoiava em troca de favores e carta branca para governar discricionariamente o município. Além do chefe político, havia em sua roda mais íntima alguns poucos outros coronéis de menos importância: eram os seus conselheiros e eventuais substitutos. Quando atuava na esfera municipal fazia oposição política, dirigida também a um coronel, que - mais necessitado de granjear popularidade - apresentava-se como 'pai da pobreza' ou 'defensor dos fracos'. Tal o caso do coronel Henriquinho de Almeida, em Curitibanos."

É possível apreender da citação acima, que o bloco de poder dos coronéis na região era hegemônico e muito articulado, com as forças políticas que representavam o Estado. Por outro lado, no próprio meio dos coronéis haviam disputas e hierarquias entre as famílias oligárquicas, porém o poder dos coronéis enquanto classe era soberano e era mantido a

qualquer custo(3).

Dessa forma, o coronelismo se caracterizava pela relação de compromissos num sistema de reciprocidade entre coronéis e chefes políticos, com o beneplácito do Estado, alimentados pela sua base social local, a população rural.

"Essa população rural de Santa Catarina era formada por um contingente de trabalhadores explorados: uma classe econômica em si que enquanto trabalhador rural pode ser dividida em duas categorias: os caboclos-peões, moradores e empregados nas fazendas de criação de gado e os caboclos-roceiros, pequenos produtores autônomos que praticavam uma agricultura de subsistência." (MUNARIM, 1970:35)

O caboclo-peão ocupa-se com a criação do gado nas fazendas da região. Arrebanhar os animais, criados soltos pelos campos, dar-lhes sal, marcá-los etc., consistia o dia-dia desses homens. As chances de ascensão econômico-social do caboclo-peão eram praticamente nulas. Quando muito, após conseguir, depois de longos anos, juntar algumas cabeças de gado, dirigia-se para regiões distantes onde era possível ainda estabelecer-se como posseiro sendo seu trabalho substituído, na fazenda, por um indivíduo mais jovem.

Por sua vez o caboclo roceiro, pratica uma agricultura de subsistência. Vivia inicialmente nas áreas de terra menosprezada por aqueles interessados tão somente na criação de gado. Áreas de matas, pinhais nativos, normalmente de topografia mais acidentada que as áreas de campos nativos, que exigiam muito trabalho para o cultivo de pastagens. Essas áreas, de terra, com essas características, eram comuns por todos os municípios da Região Serrana, especialmente em Curi-

tibanos.

Com um solo apropriado para a agricultura, logo seus campos eram amanhados pelos caboclos-roceiros que inicialmente embrenhavam-se nos fundos de campo, nas barrancas dos rios, nos pés-de-serra, nos lugares que não utilizava-se para a criação de gado, devido a irregularidade do solo.

Era comum na região, principalmente em Curitibaanos, a tomada de posse da terra, isto é, os caboclos-roceiros instalavam-se num pedaço de terra das grandes propriedades improdutivas, pertencentes aos coronéis. Segundo LEMOS (1977:50),

"o sistema de posse consistia na queima de um pedaço de campo, onde o posseiro tratava logo de se estabelecer com um rancho, ou ao menos um curral para o gado e uma pequena roça: era esse o meio de assegurar a posse e que vigorou até mesmo depois da República."

Portanto, foi possível por muito tempo o caboclo-roceiro viver nas terras dos coronéis, inclusive com o seu consentimento.

Essas relações eram muito presentes na região até em tempos bem próximos.

O coronel tinha seus "afilhados", com os quais exercia uma relação de mando total em troca da lealdade eterna da família inteira do trabalhador.

"A troca concebida como troca de favores era estabelecida com base num código de honra, que regulamentava as relações entre um e outro. Não era troca de coisa por coisa, como ocorre nas trocas comerciais características. Era troca de tudo por tudo. Envolveva, por isso, desde as relações materiais, a cessão da terra em troca de parte de gêneros ali-

mentícios produzidos, até a recíproca lealdade, até a trama religiosa do compadrio, pelo qual o agregado colocava seu filho sob tutela e proteção do fazendeiro-padrinho, tecendo uma teia de relações sagradas de prestação e lealdade." (MARTINS, 1986:41)

Porém essa situação se reverte e esses homens que viviam de maneira quase que auto-suficiente enquanto produtores, e não sofriam assédios maiores externos,

"passam a partir do início do presente século a ter uma situação muito pouco tranqüila:

- a partir de 1983, com a Lei Federal que fortalece os proprietários de terras nas relações de conflito fundiário, junto com o parcelamento por herança das grandes áreas, os proprietários legais vão requisitando as terras e empurrando os caboclos.
- as relações comerciais vão entrando e tomando conta do espaço. De valor de uso começa a produzir mercadorias." (MUNARIM, 1990:35)

A situação dos posseiros, de fato é agravado, no início do século, gerando um conflito que alterou as relações sociais e políticas da região: A Guerra do Contestado.

As relações de produção do país estão transformando-se e no final do século XIX, se efetiva o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Segundo Sodré (1990:71),

"o Brasil dos fins do século é completamente diferente do Brasil do início do Século XIX, este ainda tão impregnado de tudo aquilo que definira o regime colonial. As mudanças, em sua aceleração, geram uma crise, pontilhada pelas questões que aparecem no palco político. A crise representa a contradição entre o conteúdo e a forma definida pela estrutura institucional. Daí mudanças como a da derrocada do escravismo e a do advento da República - primeiro passo para o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil."

Essas transformações foram sentidas na região, onde os coronéis usavam de todo o seu poder para manipular, junta-

mente com os governos estaduais, as terras ainda disponíveis. Pois as transformações, sofridas, na propriedade da terra alteraram as relações dos coronéis e seus subordinados, quanto ao uso da terra.

Assim,

"a República encontra alteradas as bases da ordem social - o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre." (MARTINS, 1986:45)

Dessa maneira, a situação dos homens que produziam sua existência no Planalto Serrano, torna-se difícil, à medida que as terras passavam a ser alvo de maior cobiça por parte dos coronéis. Somava-se a isso o crescente aumento na produção e comercialização da erva-mate, bastante abundante na região onde homens sem terra construía m toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão.

Essas transformações sócio-econômicas somadas a outros determinantes culturais, que veremos mais adiante, favorecem a eclosão da Guerra do Contestado, conflito de grandes proporções para toda a região, onde muitos trabalhadores foram mortos pelas forças federais e estaduais, outros tantos

foram impossibilitados de produzirem a sua existência no Planalto Catarinense. Estes acontecimentos e a repressão sofrida para apagar as marcas do conflito, fez com que este povo tão valente, silenciasse por muitos anos.

Dessa maneira, a Região Serrana, da qual faz parte o município alvo do nosso estudo - Curitibanos - tem a sua trajetória histórica marcada pela dominação dos poderosos que ali reinavam, sujeitando os trabalhadores "ao peso da bota", do que resultou, num homem passivo e submisso ausente das lutas de trabalhadores e principalmente das grandes lutas camponesas de âmbito nacional, que marcaram outras regiões do país. Somente na década de 80, os trabalhadores da Região se integram, organizados enquanto classe para si nas lutas populares regionais(4).

A participação desses homens na luta pela terra, será o foco principal de análise no ítem seguinte, bem como, em todo o nosso estudo.

## 1.2 - A Luta Pela Terra na Guerra do Contestado

De tudo que já se disse e produziu sobre o Contestado, foram-lhe dada as mais diversas conotações: a guerra santa, a guerra dos fanáticos, a guerra dos jagunços, a guerra dos pelados, a guerra do novo mundo, a guerra sertaneja, guerra messiânica, etc.(5)

Muitos estudos ou trabalhos têm sido produzidos, não faltando a Guerra do Contestado extensas etnografias e interpretações mais ou menos ambiciosos e sofisticados. Na ótica que trabalharemos merecem destaque, os trabalhos como os de Maria Izaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro e mais recentemente, aqui no estado de Santa Catarina o trabalho de Marli Auras. A partir deles, gostaríamos de focar uma questão que a todos têm ocupado e intrigado quando se trata de compreender esse movimento. Como já dissemos, nos interessa estudar especificamente as questões relacionadas com o problema da terra e o significado desta, enquanto motivação dos conflitos sociais que conturbaram os sertões de Santa Catarina e Paraná, entre 1912-1916.

A ossatura que engendra o confronto das forças sociais cuja exacerbação vai resultar na eclosão e no alastramento do conflito foi exaustivamente contemplada nas análises feitas pelos autores citados acima, não será pois necessário

voltarmos a elas.

Como já dissemos anteriormente, os primeiros anos da República trouxeram consigo um quadro de efervescência social e política. Na Serra catarinense esse quadro foi agravado pelo estabelecimento das grandes concessões madeireiras e ferroviárias. A Southern Lumber e a Brazil Railway(6) levaram ao paroxismo a crise do modo de vida tradicional. Surgem como forças desagregadoras novas, acrescentando-se ao já considerável tumulto reinante nas relações do poder entre os "coronéis", as oligarquias" e o Governo Federal.

À quebra das lealdades costumeiras; ao rompimento dos pactos do patronato; à dissolução das clientelas rurais vêm juntar-se aos efeitos de um amplo processo de deslocamento de massas camponesas, expulsas das terras que ocupavam até então.

"Separados de suas terras, afastados de sua vizinhança original, rejeitados pela população das cidades e perseguidos pelas milícias da Lumber e da Brazil Railway, não lhes resta senão perambular indefinidamente pelo sertão, em busca do sustento pouco e incerto que lhes possa vir da coleta dos frutos das imbuías e dos pinheiros." (MELLO E VOGEL, 1987:3)

O contingente de trabalhadores sem-terra que encontrava-se nestas situações era grande, além dos habitantes nativos da região, haviam também aqueles trabalhadores que vindo de outras regiões do país, não retornavam após a construção da ferrovia.

"Concluídos os serviços de construção da estrada de ferro, os milhares de trabalhadores não foram reconduzidos aos seus lugares de origem. Toda essa

massa humana - revoltada pelo tratamento duro a que acabara de ser submetida e com maior ou menor experiência de vida urbana - aumentam em muito e rapidamente o número de moradores locais, contribuindo enormemente para o rompimento do frágil equilíbrio social vigente que, aliás, já vinha sofrendo bastante com a privatização da propriedade da terra e com a crise na comercialização do mate. Sem outra perspectiva de trabalho, esses homens foram erguendo suas toscas residências ao longo das terras vizinhas ao leito da estrada de ferro." (AURAS, 1984: 39)

Esse contingente de trabalhadores excluídos da produção não tinha nenhuma, ou muito pouca perspectiva de produção da existência na região, pois as condições econômicas vigentes não eram capazes de absorver essa mão-de-obra ociosa, haja vista que a produção do mate estava passando por um período crítico. Como já situamos anteriormente, a transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, não sendo mais possível a ocupação ou posse, como vinha acontecendo.

Por outro lado, vem transformando-se as relações de força na região, desde o advento da República. O coronelismo e o seu círculo de poder começa a romper-se. As transformações econômicas alteram as relações dos coronéis com os seus subordinados; o compadrio escondia a dominação e aos poucos desnudado o sertanejo pode perceber as reais relações de dominação. Fortalece-se também a parceria do coronel com o Estado que lhe oferece benefícios em troca de poder político.

Nesse contexto de marginalização e falta de perspectiva econômica surge a figura carismática do monge José Maria, que representa a força milagrosa para aquela população

cerceada pela privação social e econômica.

Na visão de mundo marcada pelo isolamento e pela indigência material, num universo cultural restrito, esses homens incapazes de perceberem - numa perspectiva de totalidade - os condicionantes econômico-político-sociais a que está submetido apelam para a religiosidade,

**"é a práxis religiosa, a possibilidade concreta pela qual o rebelde Serra-Acima poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor." (AURAS, 1984:48)**

Dessa maneira, esses homens constroem em torno da religiosidade uma forma de resistir à realidade que lhe negava a sobrevivência. E essa visão de mundo é representada pela figura do monge José Maria que frente à insegurança e à violência do cotidiano, traz a proteção das forças sagradas(7).

**"Face a um contexto histórico que procura negar até o estatuto do homem sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir a sua própria identidade." (AURAS, 1984:49)**

Nesse contexto de miséria, dominação e religiosidade, desencadeia-se uma sequência dramática de combates, que tiveram início com o episódio da recusa de João Maria em atender ao chamado de um chefe político local que o chamava para exercer seus poderes de cura num caso de doença em pessoa da família.

**"Tratava-se na verdade de um ardil do grande proprietário. Alarmado com o crescimento do arraial de romeiros e do prestígio do monge, o coronel pretendia, por esse modo, assegurar-se de sua capacidade de controle sobre os acontecimentos em seus domínios." (MELLO E VOGEL, 1989:4)**

João Maria teria recusado-se a atender o chamado do coronel, respondendo de forma insolente "o monge respondeu que a distância da casa do coronel à sua era igual a da sua casa a do coronel." (cf. QUEIROZ, 1977)

O coronel diante de tal afronta ao seu poder hierárquico, respondeu à afronta formulando publicamente uma denúncia. Em telegrama ao governo estadual acusou José Maria e seus adeptos de intentarem a restauração da Monarquia.

Os efeitos dessa atitude do coronel foi a agilização das forças federais, que ainda tinham bem presente os acontecimentos de Canudos(8). Pode-se calcular a repercussão que esse fato gerou na capital da jovem República.

"Tudo indica que nem o próprio coronel Albuquerque podia imaginar os desdobramentos desse gesto. Suas intenções limitavam-se provavelmente, à busca de um aliado capaz de fazer pender a balança de um possível confronto, em seu favor. Com isso pensava obter os recursos necessários para enfrentar, quer a insolência sertaneja, quer a crescente influência de seu rival, o coronel Henriquinho." (MELLO E VOGEL, 1989:6)

O curso dos acontecimentos daí decorrentes é o mais dramático: José Maria foge para o Paraná(9); as forças desse estado atacam os sertanejos no Combate do Irani e José Maria é morto juntamente com o comandante das forças, coronel João Gualberto.

Os acontecimentos que compõem o conflito do Contestado já foram exaustivamente descritos e analisados pelos autores que servem de referência para esse estudo. Não é nossa intenção aqui tecer uma cronologia dos combates e suas conse-

quências no conflito. Queremos desenvolver algumas reflexões sobre a questão da terra como determinante do conflito.

A Guerra do Contestado durou até 1916. Por quatro anos, mais ou menos; "o Exército de São Sebastião" sustentou uma luta sem tréguas. Os combates cobriam um território de aproximadamente 28.000 km<sup>2</sup>, mobilizando cerca de 15.000 combatentes. Destes, mais da metade eram sertanejos. As tropas oficiais, com 6.000 homens (sem contar com corpos auxiliares de vaqueanos) representavam em torno da metade do efetivo do Exército Brasileiro.

Esses homens, despossuídos de terra para produzir sua existência, organizam-se em torno da "irmandade" para reivindicar seu direito à sobrevivência.

Como já vimos a transformação da terra em bem de produção, no início da República, a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse, mudou as relações fundiárias. Nesse sentido, a região toda vivia as consequências da escassez de terra.

Com a deflagração da Guerra do Contestado, essa questão evidenciou-se de forma violenta. Segundo QUEIROZ (1977:179), um profundo conhecedor da área confirma que entre as razões mais fortes porque os sertanejos, tomavam parte da Guerra do Contestado estava

**"a explosão de um sentimento de revolta contra as grandes concessões de terra, as quais vinham escorraçá-los daquilo que entendiam ser de sua propriedade."**

Estes sentimentos foram expressos, nitidamente pe-

los sertanejos em armas. Quando o grande piquete comandado por Francisco Alonso de Souza ocupou a estação de S. João, um jagunço deixou escrito a lápis, na porta da venda:

"Nós estava em Taquaruçú tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro nós agora estamos disposto a fazer prevalecer os nossos direitos." (cf. QUEIROZ, 1979:179)

De acordo com o autor acima citado, numa carta manchada de sangue, encontrada pelas "forças do exército no bolso" de um guerrilheiro morto, lia-se: "Nós não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa". (cf. QUEIROZ, 1979:179)

Dessa maneira, fica evidente que esses homens resistiam contra a expulsão que sofriam por parte do governo federal, que cedia as terras públicas para as empresas estrangeiras(10). Não resta dúvida, de que na Guerra do Contestado a reivindicação ao direito de terras se tornou consciente, de maneira clara. Isso se exprimia na sistemática destruição dos cartórios, onde estavam os livros de registro de imóveis, sempre que os jagunços atacavam as vilas. Foi o que aconteceu em Curitibaanos quando atacada pelos sertanejos em 1914(11).

Nos estudos realizados por Mello e Vogel (1989) esta questão da terra, na Guerra do Contestado, está explicitada de maneira ampla. Segundo os autores, o grande conflito

social do Contestado nasce, em última instância, do desacordo quanto à esse valor fundamental que é a terra. Com relação a ela desenvolve-se toda uma política do significado. Esta envolve diferentes atores cujas orientações cognitivas são mais ou menos discrepantes e concorrentes.

Para os trustes estrangeiros, corporificados pela Southern Lumber e pela Brazil Railway, a terra é um objeto necessário para o empreendimento de colonização, na medida em que lhe proporciona as possibilidades de lucro capazes de torná-lo atraente para os seus investidores, sob a forma de dividendo pago aos acionistas.

Para o Governo Federal ela representa, sob a espécie de terra devoluta, um recurso em potencial. Este é possível das mais diversas utilizações no jogo político, onde vai aparecer sob a forma de concessão, negociada em troca de uma contrapartida, cuja natureza e retorno podem variar de acordo com as inflexões dadas ao projeto de nação que se pretende implementar.

Para Santa Catarina e Paraná, a terra, sob a espécie do território, implica o maior ou menor peso político no contexto da Federação. Sob a forma de estoque de terras devolutas, servirá às oligarquias estaduais como recurso político para a expansão e consolidação das suas redes de alianças dentro dos respectivos Estados.

Os coronéis são os beneficiários potenciais das concessões que pode fazer quem detém a máquina do governo es-

tadual.

Quando obtêm terras, por esse modo, ampliam seus recursos a nível local, mas ficam comprometidos com uma oligarquia no jogo político do seu Estado.

"O último elo dessa cadeia são os sertanejos, tradicionalmente vinculados pela patronagem aos potentados locais. Para este segmento a terra passou a significar a experiência extrema do desarraigamento. De sua perspectiva os demais protagonistas vão aparecer como os fatores do caos, que se estabelece precisamente a propósito da terra." (MELLO E VOGEL, 1989:40)

Dessa maneira, o peão-roceiro que produzia sua existência a partir do trabalho com a terra, viu-se desposuído desse bem fundamental para a sua reprodução e da sua família. Dominado pelos interesses estatais e do capital estrangeiro, esses homens resistem até a morte em defesa da terra. No Contestado, como também em Canudos houve a manifestação de uma vontade própria, baseada em critérios contestadores da ordem social. Na história das lutas de trabalhadores livres, esses movimentos, iniciam uma resistência de classe contra a dominação.

Se antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo, agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que traz para o confronto direto camponeses, fazendeiros e forças do governo

"O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava explorados e exploradores. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito entre fazendeiros e camponeses." (MARTINS, 1986:63)

Dó Contestado até os nossos dias, o conflito pela terra na Região Serrana de Santa Catarina tem se acirrado, à medida que se desvelam as diferenças e antagonismos de classe.

O processo histórico vivido pelos homens do Planalto Serrano tem sido marcado pela dominação, primeiramente a dominação pessoal de fazendeiros e "coronéis", depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários e empresários e também pela exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalisada, que subjuga o fruto do seu trabalho e pela política econômica do Estado, que cria as condições dessa sujeição. Por muito tempo o homem serrano viveu essa submissão conformado.

Porém, na década de 80 começam a surgir prenúncios de resistência e de organização. Os homens do Planalto começaram "devagarzinho" (como eles dizem) a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando os donos de terras "na lei", para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em movimentos sociais, entre eles os sindicatos, exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos à construções de barragens causadoras de despejos e expulsões da terra e também erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos.

Nessa perspectiva incluem-se os homens do Núcleo

Tritícola de Curitibanos, que da sua maneira, vêm construindo uma história de resistência à dominação.

No capítulo II deste estudo, vamos analisar a construção desse coletivo suas relações e a visão de mundo que permeia a ação desses homens e mulheres(12).

### 1.3 - As Relações que Reproduzem a Região

Neste ítem pretendemos analisar as relações que reproduzem a Região dos Campos Homogêneos de Curitibanos.

Da região(13) como um todo, nos interessa centrar a análise no município de Curitibanos objeto do presente estudo. Não é nossa intenção, no entanto, proceder a uma rigorosa análise sócio-econômica-política da trajetória histórica do município desde o início do século. Nos deteremos mais demoradamente a partir da década de 70, por ser um período de mudanças significativas nas relações de produção da região. O período anterior, tomaremos a análise como dada, haja vista, já ter sido feito por outros autores recentemente, entre eles destacamos o trabalho de Munarim e Serpa (1989:1990), que no nosso ponto de vista, analisaram com propriedade a Região Serrana Catarinense.

Assim, nosso recorte tempo-espaco nos situa na cidade de Curitibanos dos anos 70, com sua economia baseada na agricultura que mostrou-se pouco alterada até o final da dé-

cada de 60, sem muitas modificações quanto a introdução de novas culturas; tendo como atividade produtiva primeira, a pecuária, passando depois para o extrativismo da madeira.

Até meados de 70 o município estava voltado para o extrativismo, sendo abundante o potencial de pinus araucária, que foi uma fonte de renda significativa por quase três décadas. Porém, os anos 70 significaram também o esgotamento dessa fonte extrativa e o surgimento de novas relações de produção na localidade.

De modo geral, a economia do país como um todo passava por transformações acentuadas nos anos 70. O processo de ruptura política radical, vivida em 1964, traz consigo um novo quadro de relações econômicas com consequências que até hoje são processadas pela sociedade brasileira.

Nesse sentido,

"a política econômica, pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação com as classes sociais dominantes. Essa nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força." (OLIVEIRA, 1989:120)

A economia do país comandada pelo tripé - burguesia nacional, capital estrangeiro e pelo Estado - passou pela fase de "milagre brasileiro", sem no entanto, trazer melhores condições de vida para a população, muito ao contrário, fortaleceram-se o Estado e as camadas dominantes.

"O Estado cresceu enormemente como produtor direto;

suas empresas hoje respondem pela totalidade da produção de energia elétrica, pela totalidade da produção de combustíveis, pela totalidade da produção de certos insumos básicos como o aço, enfim estruturou-se um conjunto enorme de empresas estatais, que são, também, de estruturação, de comportamento e de reprodução típica e caracteristicamente monopolista, isto é, espaços de mercados econômicos reservados para a operação de grandes empresas estatais." (OLIVEIRA, 1989:123)

Dessa maneira, foi um período de aprofundamento da ação intervencionista do Estado o que favoreceu sobremaneira a oligopolização da economia. A entrada do capital estrangeiro foi significativo tanto em capitais de risco, quanto a empréstimos governamentais.

"A política foi dirigida no sentido de reforçar mecanismos, mediante os quais essa estruturação monopolística podia ser acabada, podia ser completada, de tal forma que o controle dos setores produtivos básicos estivesse já agora concentrado num número razoavelmente pequeno de grandes corporações nacionais estatais e as chamadas multinacionais. É aqui que comparece o elemento específico da crise de conjuntura pela qual passa hoje a economia brasileira." (OLIVEIRA, 1989:126)

Essa intervenção estatal representou um custo social e político muito alto para toda a sociedade brasileira. Sendo que o maior peso da ditadura caiu sobre a classe operária, urbana e rural, e o campesinato.

"Em grande medida a economia política da ditadura fundamentou-se na superexploração dos trabalhadores assalariados da indústria e agricultura, ao mesmo tempo em que se estendeu e intensificou a exploração dos posseiros, sitiante, colonos, arrendatários, parceiros e outras categorias de produtores autônomos na agricultura pecuária e extrativismo. Foi grande o peso da repressão sobre essas categorias sociais. Toda questão operária ou camponesa continuou a ser tratada como questão da polícia. Houve intervenção e fechamento de sindicatos operários urbanos e rurais." (IANNI, 1981:59)

Porém, em meados da década de 70 o país começa a vislumbrar algumas possibilidades de redemocratização. Depois de um período longo onde o poder foi exercido pelos governos militares, começam a ser estabelecidos os laços entre a sociedade civil e o Estado.

Os movimentos sociais começaram a rearticular-se, reivindicando o ampliação do espaço de discussão e participação na vida política do país. Cada segmento social buscou o atendimento das reivindicações específicas de sua corporação.

"Do lado dos trabalhadores (sobretudo os operários do Sul do país e os sindicalistas de oposição), as lutas se voltaram para a liberdade e autonomia dos sindicatos em face do Estado que os controla através do imposto sindical compulsório; pelo direito de greve; pela formação de comissões de fábrica que controlem a produção e sobretudo impeçam a alta rotatividade e a instabilidade no emprego, além de impedirem as violências praticadas durante o processo de trabalho; pela unificação nacional do salário mínimo; pela igualdade de condições para as mulheres trabalhadoras; pela distribuição de terras aos sem-terra e pelo direito à terra para os posseiros; pela redistribuição da riqueza e pelo controle operário das finanças e orçamento das empresas; e pela formação de uma central única de trabalhadores que corrija a divisão corporativa, instituída pela legislação trabalhista." (CHAUI, 1989:53)

Foram enormes os esforços da população para superar o autoritarismo que por muitos anos se instalou no país. Nesse esforço de resistência, buscou-se garantir a conquista do próprio direito à cidadania e a condição de sujeito social, que havia sido negada à população de forma mais violenta, em 1964.

Essa vontade política espalhou-se pelo país todo, através dos movimentos populares, dos partidos políticos, (já com a retomada do pluripartidarismo) com a Igreja e outras organizações populares.

No âmbito regional esses movimentos tiveram pouco alcance. Na verdade,

"o golpe militar de 1964, pouco significado imediato teve para a Região Serrana de Santa Catarina, do ponto de vista político. Em que pese a cassação do mandato de um deputado estadual e outras perseguições esparsas, o regime instalado no país teve pouco serviço para se impor na Região Serrana como dominante. As forças políticas locais cedo se acomodaram às regras do jogo imposto pelo novo regime." (MUNARIM, 1990:121)

Do ponto de vista da economia, vivia a Região Serrana, os reflexos do "milagre econômico", com a expansão da agro-indústria e dos derivados da madeira, foi quando se expandiu a agro-indústria e algumas importantes agro-alimentares(14).

Ainda nesse período de expansão econômica, iniciou-se em algumas áreas da região, a cultura de hortifruti-granjeiros como por exemplo o alho em Curitibanos, a batata-semente em São Joaquim, Bom Retiro e Campo Belo do Sul, a maçã em São Joaquim e olerícolas de modo geral, em Urubici.

Nas relações políticas da Região Serrana, as transformações não eram tão profundas. Com exceção do município de Lages -

"onde elegeu-se um prefeito do MDB de tendência populista, em novembro de 1972 - nos demais municípios da região e mesmo no interior do município de Lages, não são observados mudanças políticas. Ne-

nhuma que pudesse indicar algum avanço no sentido de sair da velha política de clientela e ainda de "cabresto", própria dos grotões. Não ocorreu o processo de urbanização nos município vizinhos tal como ocorreu em Lages." (MUNARIM, 1970:132)

Em Curitibanos, em 1972, elegeu-se Onofre Santo Agostini, do partido da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, apoiado por grupos ligados aos grandes fazendeiros. Portanto, as maiores transformações vividas pelo município de Curitibanos eram as mudanças na sua economia e conseqüentemente na maneira de viver da população.

Como já vimos a economia do município baseou-se desde a sua fundação na pecuária extensiva, que nunca chegou a ser interrompida, mas enfrentou concorrências na década de 50, quando se iniciou o ciclo da madeira. Foi um momento de muita prosperidade para o município, nesse período, o número de serrarias chegava a mais de 130 (hoje existe por volta de 20 serrarias apenas).

Com a abundância da matéria-prima para as serrarias, a araucária, muitos madeireiros do Rio Grande do Sul e do Paraná, migraram para Curitibanos. Porém, apesar do desempenho favorável da economia, a derrubada indiscriminada da araucária levou ao esgotamento do ciclo madeireiro já em meados da década. Com o fim do ciclo madeireiro o município sofre uma crise violenta na sua produção, sendo considerável o número de famílias que chegavam à cidade em busca de emprego, o que ampliou consideravelmente as periferias urbanas.

O período de maior movimentação de pessoas do campo

para a cidade, se deu entre 1960 e 70, quando o índice subiu de 37,9% para 60,4%.

Conforme estudo do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEAG) de Santa Catarina, entre os motivos que determinaram a mudança está o esgotamento das reservas florestais, a elevada quantidade de propriedades rurais mal aproveitadas e a impossibilidade de aproveitamento imediato dos grandes empreendimentos voltados para o reflorestamento, realizados no município, conforme tabela abaixo.

TABELA 01: SANTA CATARINA

Utilização das Terras no Município de Curitiba nos anos de 1970, 1980 e 1989.

| UTILIZAÇÃO<br>DAS<br>TERRAS           | 1970           |             | 1980           |             | 1989           |             |
|---------------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
|                                       | ÁREA<br>(ha)   | %           | ÁREA<br>(ha)   | %           | ÁREA<br>(ha)   | %           |
| Lavouras temporárias                  | 7.831          | 4,40        | 12.860         | 7,30        | 16.182         | 9,30        |
| Lavouras permanentes                  | 295            | 0,20        | 474            | 0,30        | 253            | 0,20        |
| Pastagens naturais                    | 105.740        | 59,20       | 62.182         | 36,10       | (x)            | (x)         |
| Pastagens plantadas                   | 9.934          | 5,60        | 16.111         | 9,40        | (x)            | (x)         |
| Matas/florestas nat.                  | 37.578         | 21,00       | 39.092         | 22,70       | (x)            | (x)         |
| Matas/flor. plantadas                 | 1.296          | 0,70        | 21.955         | 12,70       | (x)            | (x)         |
| Prod. não utilizadas<br>e em descanso | 13.050         | 7,30        | 6.949          | 4,00        | (x)            | (x)         |
| Improdutivas                          | 2.761          | 1,60        | 12.957         | 7,50        | (x)            | (x)         |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>178.485</b> | <b>100%</b> | <b>172.280</b> | <b>100%</b> | <b>173.210</b> | <b>100%</b> |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de SC - 1970 e 1980.

ACARESC - Plano Agropecuário do Município - 1989.

(x) Dados não disponíveis.

O número de propriedades rurais diminuiu, ou seja, houve concentração de terras(15). Em 1970, existiam 295 propriedades menores de 10 hectares, 821 que mediam entre 10 a 100 hectares, 302 entre 100 e mil hectares e 27 propriedades entre mil e dez mil hectares. Em 1980, as propriedades com menos de 10 hectares eram 140, as de até 100 hectares ficaram reduzidas a 637, as de até mil hectares passaram para 297 e as propriedades de até 10 mil hectares reduziram-se a 23. Em 1985 apresentava um crescimento acentuado da concentração conforme dados da tabela 02.

#### TABELA 02: SANTA CATARINA

Estrutura fundiária de Curitibanos nos 1970, 1980 e 1985.

| GRUPOS DE<br>ÁREA<br>(ha) | N. DE ESTABELECIMENTOS |       |       | AREA TOTAL |         |         |
|---------------------------|------------------------|-------|-------|------------|---------|---------|
|                           | 1970                   | 1980  | 1985  | 1970       | 1980    | 1985    |
| Até 20                    | 485                    | 280   | 427   | 4.149      | 2.888   | 4.051   |
| 20 à 50                   | 435                    | 320   | 343   | 14.563     | 10.791  | 11.340  |
| 50 à 100                  | 196                    | 177   | 168   | 14.343     | 13.098  | 12.372  |
| 100 à 500                 | 257                    | 250   | 243   | 56.143     | 56.904  | 54.115  |
| 500 ou mais               | 72                     | 70    | 72    | 89.288     | 88.594  | 91.332  |
| TOTAL                     | 1.445                  | 1.097 | 1.253 | 178.486    | 172.275 | 173.210 |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de SC 1970 e 1980,  
 IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de SC  
 de 1985.

Por volta de 1975 chegaram ao município as famílias nipônicas, que começaram a cultivar a nectarina, mas a tentativa acabou frustrada por tratar-se de fruta muito sensível. Ela não resistia por muito tempo no período entre a colheita e a comercialização. Os próprios nipônicos investiram então na cultura do alho. O produtor Takaschi Chonam cultivou um tipo de alho, considerado nobre, teve bons resultados e o município passou a cultivá-lo em grande escala. Também o milho e o feijão são duas culturas bastante desenvolvidas no município; como também a soja, tomate, cebola e batata-inglesa.

Na década de 1970, ocorreu o desenvolvimento e especialização do plantio da maçã, (vide tabela 3) de forma que

**"A cultura da macieira apresentou nos últimos anos resultados altamente positivos, tanto em termos de áreas cultivadas quanto de produção agrícola. Contudo, a falta de câmaras frigoríficas para armazenagem desestimulou os produtores a continuarem nessa atividade." (Santa Catarina, 1990).**

TABELA 03: SANTA CATARINA

Rendimento Médio das Culturas de Curitibanos nos anos de 1982 e 1987

(Em kg)

| CULTURAS<br>(ha)   | 1982      |              | 1987      |              |
|--------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
|                    | MUNICÍPIO | MICRORREGIÃO | MUNICÍPIO | MICRORREGIÃO |
| Alho               | 3.500     | 3.519        | 6.000     | 5.759        |
| Milho              | 1.500     | 1.772        | 2.100     | 2.095        |
| Feijão             | 550       | 793          | 900       | 930          |
| Soja               | 1.050     | 1.200        | 1.800     | 1.602        |
| Tomate             | 45.000    | 35.442       | 45.000    | 34.426       |
| Cebola             | 10.000    | 6.908        | 5.000     | 7.051        |
| Batata-<br>Inglêsa | 10.000    | 8.562        | 10.000    | 9.467        |
| Maçã (1)           | 107.890   | 89.485       | 54.000    | 69.596       |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 1982 e 1987.

(1) : Em frutos/ha.

Entre as culturas mais representativas do município (tabela 4) a fruticultura tem apresentado níveis decrescentes, ocasionando inclusive, a eliminação de algumas culturas do quadro agrícola.

É interessante destacar a expressividade da produção bovina (vide tabela 4) que sofreu flutuações na década de 50 com a expansão da madeira.

TABELA 04: SANTA CATARINA

Produtos Agropecuários mais Representativos de Curitibanos - 1987

| PRODUTOS          | UNI-<br>DADE | QUANT. PRODU-<br>ZIDA OU EFE-<br>TIVO TOTAL | TOTAL DA<br>MICROR-<br>REGIÃO | % PARTIC.<br>MICROR. | COLOCA-<br>ÇÃO NA<br>MICROR. |
|-------------------|--------------|---|-------------------------------|----------------------|------------------------------|
| <b>PECUÁRIOS</b>  |              |   |                               |                      |                              |
| Bovinos           | cab          | 60.000                                      | 226.321                       | 26,50                | 1a.                          |
| Suínos            | cab          | 12.700                                      | 199.527                       | 17,30                | 2a.                          |
| Ovinos            | cab          | 13.000                                      | 27.612                        | 47,10                | 1a.                          |
| Equinos           | cab          | 3.550                                       | 13.680                        | 26,00                | 1a.                          |
| Caprinos          | cab          | 1.272                                       | 8.197                         | 15,50                | 2a.                          |
| Aves              | cab          | 475.900                                     | 6.688.889                     | 7,10                 | 4a.                          |
| Ovos              | dz           | 444.000                                     | 5.970.723                     | 7,40                 | 4a.                          |
| Mel               | kg           | 25.000                                      | 279.479                       | 8,90                 | 4a.                          |
| Leite             | l            | 4.759.600                                   | 27.544.131                    | 17,20                | 2a.                          |
| <b>AGRÍCOLAS</b>  |              |   |                               |                      |                              |
| Alho              | t            | 12.000                                      | 16.631                        | 72,10                | 1a.                          |
| Milho             | t            | 9.660                                       | 111.812                       | 8,60                 | 4a.                          |
| Feijão            | t            | 5.040                                       | 15.591                        | 32,30                | 1a.                          |
| Soja              | t            | 2.880                                       | 3.789                         | 76,00                | 1a.                          |
| Tomate            | t            | 2.250                                       | 8.090                         | 27,80                | 2a.                          |
| Cebola            | t            | 1.750                                       | 4.038                         | 43,30                | 1a.                          |
| Batata-<br>Inglês | t            | 1.000                                       | 7.100                         | 14,10                | 2a.                          |
| Maçã              | t            | 16.524                                      | 495.762                       | 3,30                 | 4a.                          |
| Uva               | t            | 18  | 24.742                        | 0,10                 | 10a.                         |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola e Pecuária Municipal - 1987.

A situação sócio-econômica que vive hoje o município de Curitibanos, está estreitamente ligada ao quadro nacional em tempos de "Nova República."

As forças populares que mobilizaram-se na campanha das Diretas já em 1985, já não têm o mesmo entusiasmo com o governo dos "novos tempos".

Segundo Florestan Fernandes, (1986:86)

"uma nova República está sendo construída. Mas ela não é, em termos de estruturas sociais e de processos políticos de longa duração, uma república burguesa de corte oligárquica, de elites tradicionais, tecnocratas modernos e comando vertical. Suas premissas econômicas, culturais, sociais e políticas são colocadas pela interação de massa popular e de classe trabalhadora independente, pelo radicalismo de estratos das camadas burguesas (ou semi-burguesas) que não se satisfazem mais como prato de lentilhas e pelas contradições de uma sociedade civil que cresceu além dos limites de um capitalismo de espoliação imperialista e de acumulação originária permanente. Portanto, são premissas históricas que exigem transformações revolucionárias da ordem existente e localizam a república democrática no campo cerrado da luta de classes. Os de baixo fornecem, a um tempo, a bússola e a moldura histórica da 'nova república', que tem de se desprender de todos os ranços do passado e se defrontar com interesses, valores e fins nacionais que nunca contaram na contabilidade pública da nação.

(...) Sob as aparências de uma 'nova república' e a mentira sistemática das bandeiras desfraldadas como forma de despistamento, querem restabelecer uma república 'constitucional' de cabresto curto."

Durante todo o governo José Sarney (1985-1990) idéias da "nova república" estavam presentes nos discursos oficiais, mas as ações do governo descaracterizaram esse discurso e a nova república foi esfacelada nos sucessivos planos econômicos mal-sucedidos. As consequências desse período ainda estão sendo processadas pela população e analisada pelos cientistas.

Porém, já existem conclusões que apontam o período Sarney como um dos mais críticos das últimas décadas.

"O Brasil vive hoje uma crise política e uma crise econômica sem precedentes. A crise política não é apenas uma crise de legitimidade do governo semelhante à verificada nos últimos anos do regime militar. É também uma crise de desilusão e de falta

de perspectivas, de falta de esperança mesmo. A crise que marcou o final do regime militar foi também grave, mas era uma crise marcada pela esperança, pela perspectiva de democratização. A crise é de falta de legitimidade porque o governo perdeu qualquer apoio da sociedade civil." (PEREIRA, 1989: 86)

Por outro lado, com as mudanças econômicas vividas pelo município de Curitiba, a partir da década de 70, mudam-se também, as relações de trabalho.

Com a intensificação da produção de alho, começam a transformar-se as relações capital - trabalho. Os "peões" que antes trabalhavam nas serrarias, transformaram-se em bóias-frias do alho, isto é, passaram a ser assalariados rurais que trabalham principalmente na época da safra, da limpa e colheita do alho. É um trabalhador que recebe seu salário com base na realização da tarefa, é contratado verbalmente - sem levar em conta a legislação de trabalho e os direitos dos trabalhadores - por tempo determinado, tempo esse que pode durar dias, semanas ou meses. Portanto, são instáveis os seus vínculos empregatícios, com os compradores da sua força de trabalho, estando sujeito a ser arbitrariamente substituído por outro, a gosto do patrão.

Essa situação do trabalhador do alho no município, vem se agravando a cada safra:

"A Capital Nacional do Alho abriga mais de 5 mil bóias-frias, um terço do total que mora na Região do Planalto. O emprego não está garantido nos períodos de plantio e colheita, em junho e novembro, respectivamente, tendo em vista que, nas épocas de capina e toaletagem (corte da raiz do aste do alho) são requisitados apenas 50% desse tipo de mão-de-obra, que é remanescente dos tempos áureos da extra-

ção da madeira em Curitibanos, cujo ciclo terminou há 10 anos." (Diário Catarinense, 1988)

O cotidiano desses homens, se assemelha a outros tantos homens bóias-frias, que enchem os caminhões antes de clarear o dia e retornam pelo mesmo caminho quando o sol se põe. Isto se repete todos os dias nos canaviais, nos cafezais, nos algodoads pelo país à fora(16). Estes trabalhadores enfrentam as piores condições de trabalho no dia-a-dia e a insegurança da falta de trabalho nos períodos de intervalo, isto é, na entressafra.

"No final de um dia de trabalho, não há bóia-fria que não esteja com fortes dores nas costas por ficar curvado o tempo todo durante a colheita. Na lavoura de alho, não existem diferenças, todos pegam junto no pesado: crianças, velhos, homens e mulheres. Quem tem sorte consegue serviço por 10 meses, mas há também os que têm atividade somente no plantio e na colheita. Nos períodos considerados como 'picos' de utilização de mão-de-obra, cerca de 50 a 60 caminhões partem diariamente da cidade para as plantações, sendo que a metade deles dá a largada do bairro São José.

Nas épocas ruins, isto é, nos intervalos de utilização da mão-de-obra, cada um se vira como pode. Um ou dois membros da família tentam arrumar algum dinheiro no litoral de Santa Catarina, transformando-se em pedreiros, pintores ou vendedores de sorvete. Quem fica em Curitibanos integra-se na colheita do feijão, segunda maior cultura do município. Por outro lado, as estatísticas mostram que, nos períodos de mão-de-obra disponível, há um aumento significativo nas ocorrências policiais na cidade." (Diário Catarinense, 1988)

É nestas condições que o bóia-fria do alho é levado a exaurir diariamente as suas forças (e as dos membros da família mulheres, velhos, menores, doentes, etc), a fim de garantir o trabalho necessário à reprodução da sua família. Nessas condições ele ainda amplia o tempo de trabalho, produ-

zindo um excedente que aumenta ainda mais o ganho do dono da terra. O sistema de pagamento por tarefa empreitada ou outra forma semelhante, leva o bóia-fria a trabalhar intensamente e por longas horas, para que possa realizar o máximo de ganho durante o tempo limitado em que se encontra empregado.

A situação destes trabalhadores do alho em Curitiba é vivida por muitos trabalhadores nos cafezais paulistas, nos canaviais do Nordeste e do norte fluminense na soja do Paraná, no Rio Grande do Sul, entre outros.

"A situação dos trabalhadores rurais brasileiros, seja a dos assalariados, seja a dos camponeses, é a de milhões de pessoas para as quais não prevalecem nem predominam relações contratuais, reguladas por um direito escrito e passíveis de serem apreciados objetivamente por tribunais legais. Ao contrário, às vezes o direito até existe, como no caso das relações de trabalho rural, já regulamentadas em lei, mas divorciado da realidade do trabalhador.

(...) um número enorme de trabalhadores assalariados (muitos dos quais são basicamente camponeses que se assalariam uma parte do tempo e outros são trabalhadores expulsos da terra e sujeitos a trabalho temporário) não têm condições de se organizar nem de exigir o estabelecimento de relações formais com os fazendeiros. Ficam sujeitos ao arbítrio e à extorsão de empreiteiros de mão-de-obra que cobram sobre seus salários uma taxa, uma espécie de tributo, e não lhes reconhecem nenhum direito legal." (MARTINS, 1985:94)

Essas eram as condições de produção da existência da maioria desses homens que hoje atuam na Associação João Maria de Pequenos Produtores, no Núcleo Tritícola de Curitiba. Segundo seus depoimentos: "antes do grupo nós era bóia-fria do alho".

## NOTAS

1 - "A formação da estrutura fundiária da Região está intimamente ligada à pecuária extensiva. Com seus campos nativos, o Planalto Serrano de Santa Catarina, já no século XVII, se constituía num pouso ideal para as tropas de gado bovino, que do Rio Grande do Sul eram levados para a Feira de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Alguns daqueles tropeiros se fixaram na região, transformando-se em fazendeiros criadores de gado bovino. A primeira povoação da região foi a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. E a forma de ocupação territorial foi a partir da concessão de sesmarias por parte do Governo à fazendeiros que passariam a explorar a região. Esses fazendeiros, protegidos do Governo passaram a acumular centenas de milhares de campo, no Planalto Catarinense." (MUNARIM, 1990: 20)

2 - "O fenômeno do coronelismo que marcou a vida política do interior do Brasil até o início do presente século, é visto por Leal como uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado

ainda tão visíveis no interior do Brasil." (LEAL, 1986:252)

- 3 - "Para fazer valer o seu poder regional, os coronéis dispunham de grande número de jagunços, trabalhadores e agregados de suas fazendas e das fazendas de seus clientes e correligionários. Como membro da Guarda Nacional, esperava-se deles justamente que pudessem mobilizar tropas de combate para a eventualidade de conflito, mesmo de conflito externo, como acontecera no Império, durante a Guerra do Paraguai. Na verdade, os coronéis mobilizavam com frequência os seus jagunços, inclusive jagunços profissionais que existiam em grande número, para conter ou exterminar seus adversários. Embora as motivações imediatas ou declaradas dos combates armados, dos cercos de fazendas e das tomadas de povoações e cidades, fossem de ordem política, quase sempre coincidiam com tentativas de usurpação de terra e de expulsão de concorrentes da região. Por isso mesmo, os conflitos entre os coronéis, particularmente entre os sertanejos, que nos casos mais graves levou à mobilização de centenas e até milhares de jagunços, produzindo até mesmo casos de secessão política, como no caso da Revolta de Princesa, na Paraíba, do coronel José Pereira, ou no caso de Lavras, na Bahia, do coronel Honório de Matos, culminavam sempre com o saque, a sebaça, a distribuição das propriedades dos inimigos, o

seu extermínio e de seus parentes. O coronelismo enredava, numa trama complicada, questões de terra, questões de honra, questões de família e questões políticas. As velhas guerras de família, que vinham desde a colônia, ampliavam-se, agora complicadas por questões político-partidárias." (MARTINS, 1986:48)

- 4 - Ver análise desenvolvida por MUNARIM (1990).
- 5 - Ao longo do estudo sempre que nos referirmos a esses acontecimentos trataremos como Guerra do Contestado. No nosso ponto de vista essa denominação sintetiza a intensidade do conflito vivido na região e além disso identifica todas as denominações já atribuídas nos estudos anteriores.
- 6 - A Companhia Brazil Railway e a Southern Lumber foram as construtoras da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.
- 7 - "Na história do Contestado existiram muitos "monges", destacou-se entre eles João Maria pela persistência de sua pregação, pelo sucesso que obteve, pela grande área de que sua fama cobriu e na qual até hoje é reverenciado como um santo. Mais de um personagem se ocultou sob esta denominação, o que torna a história um pouco confusa; é

provável que dois e mesmo três profetas diferentes tenham tomado o mesmo nome para aproveitar a celebridade que já o rodeava. De um deles, João Maria Agostini, temos a indicação precisa do início das atividades: num dos livros de inscrição de estrangeiros, em Sorocaba, está registrado sob esse nome um italiano que ali chegou em 24 de dezembro de 1844, declarando ser de profissão eremita, solitário, vindo ao país em exercício de seu ministério. Habitou durante muito tempo as matas do Ipanema, em torno da fábrica de Ferro, de onde lhe veio o apelido de Monge do Ipanema. Mas, embora tendo por menagem este local, não permanecia ali continuamente; peregrinava para o sul, erigindo cruzeiros e capelinhas, pregando, curando, organizando procissões, sendo sua presença assinalada até em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1849. Viveu também muito tempo na gruta da Lapa, próximo da cidade do mesmo nome, onde sua memória até hoje é venerada, segundo atestam os ex-votos cada vez mais numerosos que ali se empilha; tornou milagrosa a água que vertia da gruta e ainda agora vão ali os devotos encher garrafas para a cura de todos os males.

O segundo João Maria ter-se-ia chamado na realidade Anastás Marcof. Não se percebe solução de continuidade entre as atividades do outro monge e deste, que também tinha fases de retiro no meio das florestas, de onde saía para percorrer o sertão entregando-se a atividades idênticas

as do seu sucessor.

( ) Os sucessivos João Maria conquistaram a inteira confiança dos caboclos; tornaram-se conselheiros, árbitros, juizes em todas as questões que surgiam, transportavam sementes das melhores gramíneas de um lado para o outro, aconselhando a melhoria dos pastos; encorajavam o trabalho com a terra; aos que estavam instalados em solos pouco fértil, traziam a notícia de zonas melhores e ainda da incultas, onde se instalariam com mais proveito, e determinavam, assim, a mudança de sítios e vilarejos.

( ) Por volta de 1911, os jornais de Florianópolis noticiavam o aparecimento de um "irmão" de João Maria e seu enviado, que se fazia chamar Monge José Maria. Averiguou-se depois que se chamava Miguel Lucena de Boaventura, desertor do 148 Regimento de Cavalaria de Curitiba, que em Palmas começara a agir como curandeiro ou "profeta", tendo sido preso por homicídio ou por atentado à moral. Fugira da cadeia e fora aparecer em Curitiba exercendo atividades de curandeiro." (QUEIROZ, 1977:269)

8 - "Na Bahia, camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos terminaram uma peregrinação que Antonio Maciel, o Conselheiro, iniciara nos anos 70. Antigo beato, vitimado por longa luta de família com os Araújo, era homem culto, tendo sido caixeiro de armazém, professor, advogado provisionado. Peregrinou por vários estados do Nordeste, es-

tabelecendo-se finalmente numa fazenda abandonada no sertão baiano, à margem do rio Vaza-Barris, chamada Canudos, onde fundou uma grande povoação de peregrinos, denominada Belo Monte, que chegou a ter mais de trinta mil habitantes e de cinco mil casas. Antonio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército em 1886 - 1887, com base na acusação de que eram monarquistas." (MARTINS, 1984:52).

9 - Nessa época havia uma disputa de limites entre os dois Estados (daí porque a região do Contestado), numa área, aliás que já fora disputada anteriormente pela Argentina. A entrada de José Maria e seus seguidores no Estado do Paraná foi interpretada em Curitiba, como invasão do Estado por catarinenses, fato grave dado que a questão de limites encontrava-se "sob juízo" no Supremo Tribunal Federal. O comandante da Polícia Militar daquele Estado, Cel. João Gualberto, organizou imediatamente uma força para atacar os camponeses reunidos em Irani.

10 - A Companhia Brazil Railway, e a Southern Lumber, teriam direito de propriedade sobre os terrenos devolutos, os compreendidos por sesmarias e posses, dentro de uma zona limite de 30 quilômetros, ou seja, o máximo de 15 quilômetros para ambos os lados do leito ferroviário.

11 - "(...) no dia 26 de setembro de 1914, mais de 200 fanáticos chefiados por Castelhana, assaltaram a vila incendiando 22 casas, incluindo a Intendência municipal e a cadeia, a residência do Cel. Albuquerque e de seus amigos e todas as Repartições Públicas.

(...)a papelada do Cartório, ainda jazia espalhada na rua, empapada em água e lama." (LEMOS, 1983:122)

12 - Durante todo o trabalho utilizamos a expressão trabalhador e trabalhadora, homem e mulher. Utilizamos a diferenciação de sexo na caracterização dos atores para identificar as falas femininas, evidenciando a participação das mulheres.

13 - Trabalhamos com o conceito de região, na perspectiva de Francisco de Oliveira, quando afirma que "o que preside o processo de constituição das 'regiões' é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as 'regiões' são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe as demais, homogeneizando a 'região' exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e pela forma em que são personas do capital e de sua contradição básica.

E enfatiza-se, uma vez mais, que uma 'região' assim tende a desaparecer - embora alguns exemplos históricos

atuais dêem conta de sua longa resistência aos processos de câmbio mais abrangentes - na mesma medida em que as várias formas do capital se fusionam, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão entre Estado-capital. Não reconhecer entretanto, que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, o processo de constituição do próprio capital enquanto relação social."(OLIVEIRA, 1987:30)

- 14 - "Em 1969, foi fundada a Papel e Celulose Catarinense (PCC) em Lages, e em 1973, uma subsidiária da PCC - a Celucat S/A para produzir embrulhos e envelopes. Em 1969, ainda funda-se a Bates do Brasil, para produzir sacos de papel multifoldados. Somadas as produções destas com mais a produção da Olenkraft, que já atuava na região, no ramo de papel e celulose, faz do município de Lages a capital do papel do Estado de Santa Catarina." (MUNARIM, 1990: 114)

- 15 - "É comum se dizer que Santa Catarina é um Estado mini-

fundista. Porém, em estudos recentes realizados pelo INCRA em Santa Catarina, os dados mostram que a partir de 1970, a concentração de terras tende a aumentar, resultado de uma política que privilegia grandes investimentos e o grande capital em detrimento da democratização da propriedade.

O Cadastro do INCRA para Santa Catarina apresenta 90.339 imóveis abaixo de 10 hectares o que é insuficiente para uma família se desenvolver econômica e socialmente.

Ainda segundo o cadastro, os imóveis de até 50 ha. aumentaram de 88,5% para 89% de 1970 para 1980, e diminuíram sua participação em relação à área de 42% para 39%. Os imóveis acima de 100 ha. no mesmo período permaneceram inalterados mas aumentaram sua participação em relação à área de 44 para 48%. Aqui se verifica que a propriedade tendeu a fragmentar nos menores extratos e concentrar-se nos maiores". (KLEBA, 1988:49)

A grande maioria das pequenas propriedades em Santa Catarina está de uma certa maneira subordinada ou atrelada a grandes empreendimentos. É o caso dos sistemas integrados (maçãs, aves, suínos, fumo) onde os pequenos proprietários, apesar de serem donos do seu pedaço de chão, são semi-empregados dos frigoríficos, industriais e grandes corporações.

Ver também Dias (1990). O autor discute as transformações ocorridas na agricultura catarinense com a consoli-

dação dos complexos agroindustriais; a história do surgimento e consolidação dessas agroindustrias integradoras e sua estreita vinculação com o serviço oficial extensão rural do Estado.

- 16 - Na região do Planalto Catarinense isso acontece com os plantadores de pinus que trabalham para as indústrias papeleiras.

## 2 - EDUCAÇÃO: SOPRANDO AS CINZAS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVA RESISTÊNCIA

A educação enquanto prática social

"não pode ser limitada às relações especificamente escolástica, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem as suas experiências e seus valores historicamente necessários amadurecendo e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior." (GRAMSCI, 1984:37)

Seguindo a idéia do autor notamos que as relações entre os homens produzem um conjunto de conhecimentos, através dos quais esses homens identificam-se historicamente produzindo novas relações. Por isso,

"toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais." (GRAMSCI, 1984:37)

Nessa perspectiva abordaremos as relações pedagógicas vividas pelos homens e mulheres do Núcleo Tritícola de Curitiba, ao longo do período compreendido entre 1949 a 1989.

Nos deteremos em dois momentos educativos mediado por esferas distintas e na análise desse percurso foi possível apreender o sentido que assume a educação enquanto instrumento de dominação, mas que também "capacita os homens e mulheres das classes oprimidas a reivindicar suas próprias vozes." (GIROUX, 1986:158).

## 2.1 - Núcleo Tritícola de Curitibanos - Alienação e resistência

A criação do NTC se deu num período histórico onde os discursos e ações governamentais objetivavam "levar o desenvolvimento as mais distantes regiões do país "não só à faixa marítima, mas ao longo do território brasileiro como um todo. Bem como, garantir a produção de matéria-prima para a indústria nascente, além de criar condições melhores de vida no campo" como forma de conter o urbanismo desenfreado e suas consequências.

Os discursos de Vargas deixam bem claros esses propósitos:

"O crescimento das nossas cidades têm-se intensificado à medida que se desenvolvem as nossas indústrias. Essa evolução encerra, de par com os benefícios, perigos contra os quais devemos nos acautelar em tempo, refreando o urbanismo excessivo, que despoeva os campos e enfraquece a agricultura. Os novos estabelecimentos industriais deverão localizar-se, tanto quanto possível nas proximidades das fontes produtoras de matéria-prima em vez de procurar os grandes centros urbanos. Facilitarão, assim, a solução do problema das moradias saudáveis e baratas e o aprovisionamento, a preços baixos, dos gêneros necessários à alimentação. Precisamos considerar que em países como o nosso, a prosperidade da indústria depende diretamente, do rendimento das atividades rurais; pois que a maior ou menor capacidade de absorção do mercado interno para os produtos industriais resulta dos recursos auferidos na exploração do solo. Cuidando das nossas cidades, trabalhando para melhorá-las, modernizando-as e embelezando-as, não esqueçamos o campo, a terra, que a todos alimenta."(1)

trigo tem sido controlada pelo Governo Federal, num centralismo exacerbado e paternalista(4).

"(...)ainda aqui, seguiu-se o exemplo do mate, onde, logo após o primeiro ano de aplicação de um "plano vertical e de cupula" (grifo nosso) o cooperativismo (em algumas regiões) conseguiu o milagre de organizar os produtores, de regularizar o escoamento da safra, disciplinar o seu comércio interno e de garantir os preços mínimos fixados. Em suma, onde o cooperativismo conseguisse, principalmente, 'dar ao produtor aquela atmosfera de segurança e de tranquilidade econômica' (grifo nosso) que é o aparrágio de uma economia bem organizada." (BRAZ, 1969: 15)

A experiência de criação de Núcleos de produção de trigo pelo Ministério da Agricultura em 1948, quando da criação do NTC não estava tão bem planejada como queriam os seus idealizadores. Nesta experiência está evidente a forma impositiva de destinar os recursos para os núcleos tritícolas a que se refere Bayma (1960). De todos os cinco núcleos previstos, apenas dois foram instalados. Vale a pena transcrever um longo trecho em que o autor, relata o resultado dos Decretos do Governo que criaram os núcleos tritícolas.

"A despeito de tão bons propósitos do Poder Público(grifo nosso) ocorreu o seguinte:

No Rio Grande do Sul, justamente o Estado maior produtor e aquele de mais adequadas condições para os objetivos da lei e do decreto transcritos, não foi possível chegar-se a um entendimento sobre a aquisição das 16 léguas da sesmaria a 67,69 ha. de terras, para a fundação do Núcleo Colonial que seria a maior das quatro unidades previstas. Nada ali foi realizado, tendo retornado ao Tesouro Nacional os Cr\$ 50.000,00 do crédito concedido para a desapropriação da área.

No Paraná, tampouco foi adotada qualquer providência relacionada com a instalação da unidade que lhe cabia.

Os Cr\$ 10.000.000,00 para esse fim concedidos pelo Decreto 26.574 de 14/4/47, tiveram aplicação na la-

voura do trigo, mediante autorização presidencial. O Núcleo Colonial de Goiás, em moldes mais modestos por isso que tivera um crédito de apenas Cr\$ 5.000.000,00, também não teve existência. Segundo informações que o Autor reputa idôneas,

"a escolha das terras então adquiridas não foi feliz nem o Inspetor Regional do Serviço de Extensão do Trigo, no Estado interessado, teve oportunidade de emitir sua opinião. E o mais que se conseguiu fazer está na transformação do inicial e legal projeto de um campo de Sementes que é hoje dependência da Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

Escaparam, portanto, apenas as unidades previstas para o Estado de Minas, onde se fez o Núcleo Tritícola de Patos, e para Santa Catarina, onde floresce o Núcleo Tritícola de Curitibanos."(BAYMA, 1960:253)

### 2.1.1 - Núcleo Tritícola de Curitibanos - organização e funcionamento.\*

Logo no início das discussões sobre a implementação do NTC, em 1949, foi formada uma comissão em âmbito estadual para organizar a infra-estrutura para o empreendimento. À frente dessa comissão estava o diretor do Departamento de Terras e Colonização do Governo, Irineu Bornhausen.

Uma das tarefas dessa comissão era acertar a situação da terra. O local escolhido para a fundação do NTC, foi a fazenda do Passa Trez, no distrito de Frei Rogério, ao noroeste do município de Curitibanos, distante 35 km da sede municipal. Dista cerca de seis km da localidade denominada Taquaruçu do Meio, local onde iniciou-se em 1912 a Guerra do Contestado.

Era uma localidade de muitos posseiros que ali viviam com suas famílias, produzindo uma cultura de subsistência e trabalhando para os fazendeiros do lugar.

Segundo depoimentos dos moradores do Núcleo, contemporâneos da época, "quem tinha escritura tinha que vender para o Governo e depois se candidatar a adquirir do Governo de novo."

-----  
\* - A organização inicial, bem como o seu funcionamento, está sistematizado no Regulamento do NTC editado pela Secretaria da Agricultura de Santa Catarina em 1959, no qual nos detemos para a análise dessa fase inicial do Núcleo Tritícola de Curitibanos. Dessa maneira, todas as citações desse ítem foram extraídas do referido documento.

Isto é, esse proprietário passava a integrar a proposta do NTC.

Quem não tinha escritura "tinha que se mandar porque ali não podia ficar." (pequeno proprietário A).

O Governo Estadual, através dessa comissão nomeada, expulsou esses posseiros da área, que tiveram que buscar outras terras para ocupar nas mesmas condições: como posseiros.

Houve algumas resistências por parte dos moradores, que recusavam-se a vender as terras para o Governo, porém, foram iniciativas individuais, não organizadas, conforme depoimentos:

... "eu não queria vender, eu não queria me desfazer do terreno, eu virava com o povo aí, não comia, não bebia dava até tiro e aí carecia de vim o povo lá de Curitibaos..."

A minha irmã estava sem o marido em casa, ele estava em Florianópolis, ela foi pedir para eles deixarem ela lá por mais tempo.

Os homens do Governo disseram:

- esse documento aí diz que vocês têm direito na casa, tirem a casa e podem se determinar." (peq. proprietário B)

Afinal, a comissão queria a área livre dos moradores e não abria exceção.

A questão da posse de terra na região, estava ligada à própria história do município, onde era comum a tomada de uma pedaço de terra, onde instalavam-se o peão-roceiro e sua família.

Concluída essa primeira fase, foi assinado um novo acordo entre o Governo da União e o Governo do Estado de San-

ta Catarina, em 18 de maio de 1953, onde ficou estabelecido como sendo o trigo a principal cultura do Núcleo implantado.

O Governo do Estado de Santa Catarina, comprometeu-se a fixar triticultores numa área de quatro mil hectares, bem como oferecer assistência técnica e também manter em condições favoráveis de trânsito, as estradas que levem a outros centros, para o escoamento da produção tritícola do Núcleo.

A área total do Núcleo era de 5.500 hectares, sendo que 4.815 hectares foram divididos em cento e quinze lotes de área variável em função das condições de solo, relevo e cobertura vegetal. O restante da área ficou destinada para a sede do Núcleo onde foi prevista a construção de toda a infra-estrutura para o seu funcionamento, isto é, escola, ambulatório médico, depósitos, galpões, oficinas, clube recreativo, igreja, praça de esportes, hospital, hotel, barbearias, etc... Isto tudo, construído dentro das regras urbanísticas que caracterizam uma pequena cidade do interior do país. No perímetro urbano do Núcleo foram demarcados alguns lotes urbanos que poderiam ser vendidos a terceiros sob algumas condições:

Os "lotes urbanos" só serão vendidos à vista ou doados à pessoas ou entidades que exerçam atividades essenciais ao desenvolvimento da comunidade formada pelos colonos do Núcleo.

Os "lotes rurais", ou seja, aqueles destinados à

cultura do trigo, eram entregues aos agricultores que preenchessem os requisitos exigidos pela Comissão de Seleção, que era composta por técnicos do Ministério da Agricultura, do Governo do Estado de Santa Catarina e pelo Administrador do Núcleo.

Segundo o que estabelecia o regulamento, "só poderão concorrer na compra de lotes rurais os colonos maiores de 18 (dezoito) anos, casados, que tenham feito o estágio probatório e que se comprometam a cumprir integralmente o presente regulamento."

Então, para adquirir a posse do lote, o colono tinha que passar por um estágio probatório durante cinco anos, onde seria observado pela Comissão de Seleção, que "testaria sua conduta, a capacidade de trabalho, o espírito de cooperação e outras qualidades necessárias ao bom colono."

Se o colono não correspondesse às expectativas da Comissão, ele poderia ser excluído do Núcleo por ato do Administrador.

A expulsão seria precedida de um inquérito administrativo, sendo que o colono expulso não tinha direito a nenhuma espécie de ressarcimento pelo Estado: "ao colono que for expulso caberá somente a restituição da importância que haja recolhido aos cofres públicos, como pagamento parcial ou total das terras, casas e benfeitorias".

À decisão de expulsão do colono não cabia nenhuma "ação processória", por parte do mesmo, cabendo ao Administrador do Núcleo a decisão definitiva quanto à permanência ou

não do colono nucleado. Esta questão era tratada com muito rigor por parte da Comissão; era o momento onde se demonstrava todo o poder do Administrador e a forma pela qual exercia-se a dominação total sobre os colonos nucleados; a eles não era concedida nenhuma forma de participação nas decisões do "coletivo." O poder do Administrador era absoluto não permitindo que outras lideranças nascessem.

Aparece aí, claramente, o centralismo do Estado, através das ações de um funcionário que é dono absoluto das vontades desses homens. Em Gramsci, (1978:222),

"no prevalecer do centralismo burocrático do Estado indica que o grupo dirigente está saturado, que se tornou numa espécie de conluio estreito que tende a perpetuar os seus mesquinhos privilégios regulando ou sufocando o nascimento de forças contrastantes ainda que essas forças sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais."

Então, a partir da ação autoritária do Estado, desenvolvia-se uma experiência que pretendia educar essa população que ainda não possuía os pré-requisitos para a civilização, numa perspectiva onde a

"tarefa educativa e formativa do Estado, tem sempre o fim de criar novos e mais altos tipos de civilização, de adequar a "civilização e a moralidade das mais vastas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparato econômico de produção e portanto, de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade." (GRAMSCI, 1978:225)

Essa população que havia vivido o período do coronelismo, das oligarquias regionais, vivia outra espécie de dominação, certamente a mais duradoura, aquela delegada pelo Estado, que decidia quem deveria permanecer ou ser expulso da

experiência civilizatória.

No depoimento que segue podemos notar que foram expulsos muitos colonos que não preencheram os requisitos exigidos pelo Administrador:

"Houve inicialmente, uma seleção negativa em parte, seguida de uma tentativa de recuperação do homem e que foi finalizada com um trabalho de seleção positiva pela exclusão dos elementos humanos, que por fatores diversos, não mostravam sintomas de recuperação ou que deixavam a entender que seriam incapazes de acompanhar a comunidade em seu desenvolvimento."(5)

Por sua vez, os colonos que fossem considerados aptos a permanecer no Núcleo teriam o prazo de 10 (dez) anos para pagar sua dívida contraída com a compra do lote. Este montante seria dividido em prestações anuais, contando com um juro de 6% ao ano, sobre o total da dívida.

"A primeira prestação vencer-se-á no último dia do primeiro ano, após o estágio probatório."

Pago o preço total da dívida e cumpridas as obrigações assumidas com o Núcleo (cumprimento do regulamento) era lavrado o contrato definitivo de compra e venda do lote.

Aos colonos, era oferecido por parte do Núcleo, assistência médica e dentária, medicamentos, escola de 1ª a 4ª série (com professores pagos pelo Estado) bem como toda a infra-estrutura para o plantio do trigo: sementes, adubo, ferramentas, além do empréstimo de máquinas e demais utensílios agrícolas.

Para atender a essas necessidades, foi criado um Fundo de Assistência Técnica e Social, (10% da colheita de

cada colono). Estava estabelecido também que, os colonos nucleados seriam organizados em cooperativa (sendo condição para permanência no Núcleo) e deveriam "obedecer a orientação técnica, econômica e social dada pelo Administrador do Núcleo."

É interessante observarmos, que o Estado exerce a dominação sobre esse grupo de várias maneiras, no controle, na organização do grupo, excluindo uns, chamando outros, na burocratização, na repressão daqueles que cometiam delitos, como veremos mais adiante e também pelo assistencialismo e protecionismo.

Segundo relato do Administrador,

"o Núcleo organizou os colonos em cooperativa para defender os seus interesses econômicos e "deu-lhes" (grifo nosso) as instalações necessárias. (...) Dar-lhe aconchego nos seus interesses, quando estes se identificavam com os da comunidade onde viviam."

Essa ação favorece a corrupção e a burocracia, servindo também de legitimação popular das políticas do Estado, que faz pequenas concessões a curto prazo, mantendo a acumulação do capital a longo prazo e o pacto de dominação política das classes dominantes e a acomodação a curto prazo. Para exercer esta dominação é fundamental a ação do intelectual que organiza e desenvolve as idéias dominantes, para isso

"todo grupo social cria uma ou mais camadas de intelectuais - os técnicos, especialistas, organizadores de uma nova cultura - a fim de que lhe sejam

assegurados a homogeneidade e a consciência de suas funções, quer no campo econômico, político ou social." (GRAMSCI, 1978:3)

Nas relações com os grupos dominados esses intelectuais desempenham a importante função de fazê-los sentirem-se participando de uma experiência democrática (participar da cooperativa era condição para permanecer no Núcleo).

Nesse sentido, os técnicos operam na qualidade de funcionários da superestrutura, contribuindo, neste caso, para que as classes subordinadas permaneçam à margem do processo decisório da sociedade global e que, mediante o acesso à decisões adjetivas locais tenham a ilusão de estarem de fato participando. Por essa via os intelectuais colaboram para o "consentimento espontâneo das grandes massas da população à direção impressa à vida social pelo grupo fundamental dominante." (GRAMSCI, 1978:5)

Dessa maneira, toda a vida do Núcleo, suas necessidades e adversidades, eram resolvidos pelo Administrador. Seu poder alastrava-se por todas as atividades desenvolvidas ali, inclusive ele tinha o poder de polícia. Durante 11 anos o Núcleo foi administrado pela mesma pessoa, um engenheiro agrônomo, de origem alemã, formado no Rio de Janeiro. Coube a ele a organização inicial do Núcleo, seleção e recebimento dos colonos, bem como a orientação no plantio das primeiras safras. O período do "Dr. Francisco" (como chamam os que o conheceram na época) foi de muito trabalho, com uma disciplina rígida a que todos deveriam submeter-se. Contam-se muitas es-

tórias acerca da figura do Administrador e seus feitos(6).

"(...)aqui naquele tempo geava muito, chegava a dar oito graus negativos, mas às 6 horas já tinha que estar de pé, se algum desocupado vinha dar uma passeadinha, ele chegava e dizia: - 'você não tem nada prá fazer, em casa?' E mandava pra casa trabalhar." (Depoimento de pequeno proprietário)

Quando havia algum desacerto mais grave entre os colonos, o Administrador intervinha e o culpado da rusga era detido, às vezes por uma noite, num silo de armazenagem de trigo. Segundo comentário dos colonos que viveram a experiência, isto acontecia com certa frequência, sendo muito temido o "silo-prisão." Por outro lado, era ordem do Administrador que não se consumisse bebida alcoólica no Núcleo. Conforme depoimento: "naquela época não se podia tomar bebida alcoólica, só cerveja depois de um certo tempo em diante. Dava festa, mas álcool não podia. Era só refrigerante." (pequeno proprietário B)

Por volta de 1964 o Administrador deixou o Núcleo, vindo a assumir cargo de Delegado Federal de Agricultura em Florianópolis.

A sua saída da direção administrativa do NTC coincidia com o prazo estabelecido pelo Ministério da Agricultura e Governo do Estado, para a emancipação do Núcleo, isto é, todos os colonos que adquiriram os lotes já haviam saldado os seus débitos com o Estado, passando a ser os proprietários dos lotes, segundo rezava o regulamento:

"A emancipação do Núcleo será declarada pelo Gover--

no Federal, de acordo com o Governo Estadual, quando houver sido expedido a todos os concessionários de lotes, os títulos definitivos de propriedade, ou antes, se for julgado conveniente. Emancipado o Núcleo ficará integrado na vida autônoma do respectivo município."

E assim procedeu-se nos idos de 1964. Todas as instalações e benfeitorias construídas para o funcionamento do Núcleo passaram a ser administradas pela Cooperativa e mais tarde passou à administração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitibanos.

Os equipamentos (tratores, carros, trilhadeiras, etc) foram retirados pelo Ministério da Agricultura.

A produção de trigo não teve êxito (sendo que hoje é raro encontrar-se lavoura de trigo na região) os colonos buscaram outras formas de produção, sendo o alho, a partir de 1978 e até hoje, a cultura prioritária da localidade. As instalações construídas na época (barracões, silos, etc...), algumas foram destruídas, outras estão semi-abandonadas e outras estão sendo administradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitibanos.

Nessa experiência vivida pelos moradores do NTC fica evidente o caráter intervencionista do Estado. Era uma prática que estendia-se pelo país nos anos 30 e até hoje está presente em muitas propostas oficiais.

Analisando esses programas de responsabilidade do setor público (dos anos 30 aos nossos dias) Calazans (1981:175) chama a atenção para a forma como esses projetos chegam às populações: "como uma avalanche, os programas são

'despejados' em uma determinada região, simultânea ou sucessivamente, sem que seus efeitos sejam cientificamente avaliados."

Assim, as populações rurais eram surpreendidas por essas ações do governo e eram envolvidas sem muita clareza do que se tratava.

No caso do Núcleo é possível constatar essa prática governamental:

"(...) ele mandou roçar aqueles matos, onde hoje está o povoado com as casas. Já foram construindo as casas e passando arame para esses lados." (pequeno proprietário A).

Essa metodologia de trabalho era desenvolvida pela CNER (Campanha Nacional de Educação Rural) atendendo às propostas educacionais de "integração" do território nacional. Assim,

"como o território nacional é sabidamente extenso e financeiramente inabordável, cumpria sempre escolher áreas típicas. Assim procedia a CNER. Partia-se idéia de que certas áreas ou municípios seriam representativas de determinadas regiões. Uma experiência bem sucedida ali seria possível de estender-se a toda a região. E mais. Havia ainda expectativa de uma certa disseminação da experiência pelo seu próprio exemplo." (CALAZANS, 1981:173)

Isso também era expectativa no NTC, segundo o Administrador, a partir do NTC articulou-se a criação do Núcleo Celso Ramos, formado por descendentes japoneses, que apresentou maior prosperidade, sendo hoje grande produtor de alho.

Dessa maneira, com a implantação do NTC, a região sul do país, estava também "integrada ao desenvolvimento" e

segundo proposta do Ministério da Agricultura "estaria implantada a lavoura do trigo em região propícia onde ela ainda não existisse ou não vinha sendo realizada com a intensidade desejável." (cf. BAYMA, 1960)

Esses objetivos estavam totalmente inadequados para a região, pois a cultura do trigo ali não prosperou. Segundo história oral dos moradores "as terras aqui, não eram boas prá trigo." Isso também é afirmado pelo Administrador do Núcleo "em face das condições locais, deu-se ao incremento da cultura tritícola os limites ditados pela técnica agrônômica." Já no início da colonização foram introduzidas outras culturas: milho, feijão, batata, etc...

Evidencia-se, assim, o caráter ditatorial do processo de "integração" do território, pois nem mesmo as características locais eram consideradas

"o programa ou projeto educacional, preparado de preferência no exterior ou nos gabinetes da capital da república, viria do alto e seria comunicado ao líder, espécie de herói civilizado que teria como incumbência levar a 'boa nova' a seus irmãos desvalidos." (CALAZANS, 1981:176)

## 2.2 - Associação João Maria de Pequenos Produtores - Uma Proposta Educativa Mediada pelos Movimentos Sociais.

A trajetória histórica e a resistência que está sendo construída pela Associação João Maria de Pequenos Produtores no Núcleo Tritícola de Curitiba, completou o se-

gundo ano. (Acompanhamos durante dois anos a organização do grupo - 1987 a 1989). (7)

Desde o seu nascedouro, a experiência foi mediada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba, Projeto Vianei de Educação Popular - VIANEI(8) -, e Partido dos Trabalhadores - PT -, que também apoiavam outras experiências populares na região. O desdobramento dessa mediação é o objeto do nosso estudo neste item.

Nosso entendimento da categoria mediação está referendado em Cury (1945, 43:44) quando diz que a mediação

"expressa as relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo.

(...) o conceito de mediação indica que nada é isolado. Implica, então, o afastamento de suposições irredutíveis e sem síntese superadora. Por outro lado, implica numa conexão dialética de tudo o que existe, uma busca de aspectos afins, manifesto no processo em curso.

(...) Essa categoria deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento. Enquanto relativa ao real, procura captar o fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e ao conjunto das manifestações daquela realidade de que ele é um fenômeno mais ou menos essencial. Concretamente isso é somente possível através da historicização desse fenômeno. A História é o mundo das mediações. E a História, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações. Assim, elas são históricas."

É nessa perspectiva, que vamos tratar da experiência da AJMPP, inserida no contexto mais amplo dos movimentos sociais, o que nos fornecerá elementos para compreendermos as relações que se estabelecem entre esses atores e o universo maior da luta dos trabalhadores rurais brasileiros.

Não é nosso objetivo proceder uma análise profunda

dos movimentos sociais no campo(9). Muitos estudos estão sendo feitos acerca dos rumos dos movimentos sociais no campo no Brasil e na América Latina, que poderão subsidiar análises futuras da problemática. Nosso estudo restringe-se à análise da AJMPP no cenário mais amplo da participação popular bem como resgatar o caráter pedagógico-político da experiência, para podermos no capítulo seguinte, relacionar este aprendizado do cotidiano, com o saber transmitido pela escola pública no meio rural.

Retomando o que dissemos no capítulo primeiro deste trabalho acerca do desenvolvimentismo, queremos situar o cenário para o nascimento de alguns dos movimentos sociais que ainda hoje permanecessem ativos.

"O ideal do desenvolvimento, que se formulou a partir do século XVIII, parecia haver alcançado o auge no período de expansão posterior à Segunda Guerra Mundial. O crescimento econômico, e bem-estar material, a reprodução e o consumo maciço nos países centrais, justificavam a euforia e a confiança desenvolvimentista; simbolizada pelo american way of life. Mas a crise econômica, como seu pesado fardo de recessão e desemprego em massa encarregou-se de levantar sérias questões sobre o desenvolvimentismo, suas possibilidades e limitações reais."(GU-TIERREZ, 1987:94)

Os reflexos desse sonho desenvolvimentista surgem com o seu desmoronamento; a contaminação do solo, do ar e das águas, o esgotamento dos recursos naturais, a multiplicação das enfermidades urbanas e ocupacionais, a individualização da sociedade e o isolamento das pessoas, a fome sofrida pela maioria da humanidade para sustentar a opulência dos demais,

a carreira armamentista e a estratégia suicida da energia nuclear; são apenas partes do conjunto de problemas que surgiram quando se desmascarou o sonho do desenvolvimento. Na opinião do autor acima citado:

**"Os movimentos ecológicos, cooperativistas, pacifistas e antinucleares surgidos nas metrópoles, não são apenas uma reação ao desencanto com o desenvolvimento e suas consequências; são também um esforço da sociedade para conquistar uma nova forma de vida."** (GUTIERREZ, 1987:94)

Esses movimentos desempenharam um papel importante, principalmente nos países desenvolvidos, pois no Terceiro Mundo as reivindicações básicas estão voltadas para o atendimento de necessidades fundamentais dos indivíduos, bem como os direitos mínimos de cidadania que em países desenvolvidos já foram adquiridos.

Na sociedade brasileira contemporânea, os novos movimentos sociais(10) vem ocupando um espaço importante de resistência na luta contra o autoritarismo dos poderes constituídos, buscando alargar os espaços de participação em busca da cidadania, apesar dos obstáculos.

**"Esses novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. Defender sua autonomia frente ao Estado e Partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente."** (SCHERER - WARREN, 1987:42)

Essas formas de encaminhamentos das lutas por parte dos novos movimentos sociais, contrapõem-se aos movimentos

tradicionais, nos quais havia um nítido atrelamento do movimento ao partido e frequentemente, ao Estado.

Esses movimentos tinham um caráter reivindicatório imediatista, isto é, um grupo de pessoas que se reúne para reivindicar água, luz ou outro tipo de infra-estrutura, e quando a solicitação é atendida o grupo se desfaz. Ainda existem hoje, movimentos que trabalham nessa perspectiva.

**"Os novos movimentos sociais por sua vez, enfatizam a organização comunitária, evitando a institucionalização de representação e exigindo uma participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisões como na própria execução." (DURHAM, 1984:27)**

Através da sua organização esses movimentos abrem espaço para a criação de um novo sujeito histórico, pois a relação entre indivíduo e coletivo é retrabalhada, comprometida socialmente, e este coletivo, pela força da união passa a ser um dos agentes de transformação social.

A partir da década de 70 os novos movimentos sociais começaram a tomar força, principalmente aqueles ligados à Igreja Católica Progressista, como as Comunidades Eclesiais de Base.

Hoje, no Brasil existem inúmeros movimentos que atuam na perspectiva dos novos movimentos sociais. Scherer - Warrem (1987:41) destaca os seguintes:

**"parcela dos movimentos sociais urbanos; Comunidades Eclesiais de Base; o novo sindicalismo urbano e rural que se denomina sindicato autêntico ou combativo; movimento feminista; movimento ecológico, movimento pacifista; setores do movimento jovem; movimento dos Trabalhadores Sem-terra e Movimento**

contra a construção de barragens.”

No quadro dos novos movimentos sociais, merecem especial atenção de nossa parte, os Movimentos Sociais no Campo.

O avanço do capitalismo no campo tem gerado condições de vida e trabalho muito adversas às populações que ali vivem. Para resistir as condições degradantes a que lhe submete o sistema capitalista, parcela significativa dos trabalhadores estão organizando-se e lutando por melhores condições de sobrevivência no campo.

“Estes trabalhadores, na sua grande maioria foram expropriados de suas terras, transformando-se em proletários rurais, ou trabalhadores sem-terra. É como trabalhadores livres, não sendo mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, matérias-primas, não têm outra alternativa senão o de vender sua força de trabalho ao capitalismo do patrão.” (MARTINS; 1984:24)

Dessa maneira, não resta ao trabalhador o que para ele é fundamental: a terra.

“É sabido que o capital só pode se assenhorar de um ramo de atividade, separando o produtor direto de seu meio de produção. Era inevitável, portanto, que a penetração do capitalismo na agricultura brasileira despojasse o camponês do seu acesso direto à terra, transformando-o de produtor independente em assalariado.” (SINGER, 1977:3)

Rebeleando-se contra essa situação os trabalhadores organizam-se em associações, movimentos, etc.

Na interpretação de Scherer-Warren, esses movimentos, através de sua metodologia de democratização e igualdade vem rompendo a chamada “cultura do silêncio”, que durante

muito tempo foi marcante no meio rural, onde tudo era ditado de cima para baixo pelas classes dominantes.

Tendo como uma das reivindicações básicas a Reforma Agrária, esses trabalhadores vão acessando à níveis cada vez mais elevados de consciência política, o que lhes dá garantias de serem sujeitos da sua própria história.

Com essa perspectiva, isto é, defendendo a Reforma Agrária, organiza-se em 1987 o grupo de trabalhadores sem-terra, em Curitibanos, que passaram a formar a Associação João Maria de Pequenos Proprietários.

Porém, a luta desses trabalhadores já vinha desenrolando-se há mais de duas décadas, com muitos conflitos e resistências, agravadas pelas provocações resultantes de autoritarismo e favoritismo do Estado.

Como já vimos o Núcleo Tritícola de Curitibanos foi organizado e dirigido durante 11 anos, pelo mesmo administrador (1953 a 1964). Com a sua saída em 1964 e a emancipação do NTC, isto é, com a posse definitiva das terras por parte dos colonos, a localidade seguiu o seu caminho como qualquer outra localidade da região.

Os moradores produziam a sua existência a partir do trabalho agrícola. Com as culturas próprias da região (uma vez que o trigo não teve êxito) milho, arroz, feijão e soja (em pouca quantidade). Por volta de 1978 começou-se a produzir o alho, que até hoje é a principal cultura local.

Dos serviços sociais oferecidos pela cooperativa,

(como médico, dentista) com as mudanças ocorridas no processo de colonização na localidade, foram desativados. Dentre estes benefícios prestados aos moradores permaneceu apenas a escola estadual, atendendo às crianças de 1ª à 4ª série do 1º Grau, em sistema de multisseriação.

Todavia, já na década de 80, vinte anos depois da emancipação do NTC, a história da localidade é marcada por acontecimentos que indicam a construção de um novo bloco histórico(11), isto é, estabelecem-se novas correlações de força entre os homens que vivem na localidade. É destas relações e das transformações que causam na vida destes homens e da localidade como um todo, que trataremos ao longo desse item.

Quando o NTC foi planejado (1949), ficou destinada uma área de terra para a sua sede. Nessa área foram edificadas as benfeitorias como escola, igreja, clube e reservada uma área para futuras necessidades de ampliação do Núcleo.

Com a emancipação do NTC, uma área de terra não utilizada, cerca de 120 ha, foi doada pelo Ministério da Agricultura à CIDASC (Companhia de Desenvolvimento da Agricultura de Santa Catarina).

Essa área não teve nenhum aproveitamento imediato pela Companhia, a não ser alguns poucos experimentos de agronomia, sem maiores êxitos.

Com o passar dos anos, a Companhia resolveu lotear parte da área e vender às pessoas da localidade, e assim foi feito, sendo efetivadas duas vendas de lotes.

Além da área loteada restaram ainda 50 ha. que seria loteado futuramente. Porém, enquanto não se dava esse loteamento a área começou a ser utilizada por moradores da localidade para o plantio do alho, à revelia da CIDASC.

A utilização da terra começou sendo feita mais especificamente por um funcionário do Ministério da Agricultura, que trabalhou na organização do NTC e que encontrava-se no momento aposentado. Fazendo parte do NTC como colono, tendo portanto, terra, esse ex-funcionário do Ministério, encontrava-se numa situação privilegiada em relação a outros moradores da localidade que sobreviviam sem terra, produzindo a sua existência através da venda da sua força de trabalho aos proprietários de terra do lugar.

Esses privilégios deviam-se às relações que se estabeleciam entre o ex-funcionário e a CIDASC.

Como a Companhia não tinha nenhum representante na localidade, as informações chegavam à sede em Florianópolis através desses contatos.

Era uma troca de favores. Segundo um morador do Núcleo "ele era acostumado a usar o que era do Governo"...

A partir desse fato, outros moradores também quiseram fazer o mesmo. Com uma diferença fundamental, a área utilizada era mínima, ao invés do outro plantador que ocupava uma área de quase 50 ha. de terra.

Por conta dessas plantações "clandestinas" muitos atritos surgiram envolvendo CIDASC e estes moradores da loca-

lidade.

"Um belo dia chegaram dois caras de Florianópolis e vieram dizer que era proibido plantar na área, que logo vinham máquinas prá abrir ruas e fazer a medição do loteamento, aí eu tinha a minha área pronta, era só gradiar e plantar, abandonei tudo. Não podia mais plantar." (trabalhador A)

Essa decisão levantou uma certa polêmica sobre o uso que estava sendo feito por apenas um plantador com o consentimento da Companhia - CIDASC. O argumento apresentado pela Cia. era que a referida área teria sido arrendada, o que nunca ficou muito claro, segundo os moradores:

"Então ninguém ficava sabendo se eles cobravam arrendo ou não, não ficamos sabendo de nada. Aí nós não tivemos direito de usar a área por que ela já tava toda arrendada." (Trabalhador A)

Essa situação se prolongou por quase 10 anos.

Por sua vez, os plantadores proibidos de utilizar a terra seguiram produzindo sua existência no sistema de empreitada, parceria, ou "por dia" como os demais moradores da localidade despossuídos de terra.

É importante situarmos aqui, como entendemos essas categorias de trabalhadores que apontamos acima, bem como as demais categorias existentes na região, para tanto recorremos a um texto de Ianni (1984:111) onde essas categorias estão explicitadas, diz ele que

"na atualidade o contingente de trabalhadores agrícolas se distribui em diversas categorias. Em termos econômicos, cada grupo participa de modo singular da apropriação dos bens produzidos, como ocorre com os colonos, agregados, empreiteiros, peões, camaradas, vaqueiros etc... Entretanto, deixando-se

de lado algumas nuances regionais, vejamos como se caracteriza os principais tipos de trabalhadores. Inicialmente, há o 'sitiante' ou 'pequeno proprietário', que trabalha diretamente a terra, geralmente com seus familiares e eventuais vizinhos ou camaradas. Os 'arrendatários' ou 'foreiros' também trabalham pessoalmente ou com membros da família e assalariados, pagando aluguel pelo uso da terra. Em alguns casos, como se verá, são verdadeiros empreendedores capitalistas. 'Parceiro' é aquele que também paga pela utilização das terras, mas segundo as oscilações da produção. Neste caso o proprietário recebe uma parcela variável do produto do trabalho do contratante e seus eventuais auxiliares. O 'empreiteiro', por sua vez, se compromete a realizar uma tarefa determinada, que tanto pode envolver uma planta de ciclo anual, como o arroz ou algodão, como uma perene, como o café. E 'camaradas' finalmente, são aqueles que recebem salário pela venda de sua força de trabalho. Entre estes destacam-se os permanentes e os temporários; ou então os mensa- listas e diaristas. Essas são as principais categorias de trabalhadores dessiminados pelo território brasileiro e incorporadas, sob formas diversas, à economia de mercado, isto é, uma economia já capitalista em algumas áreas ou em constituição como tal em outras."

Dentro das nuances regionais a que se refere o autor encontramos na região a figura do meeiro que equivaleria ao parceiro, porém com a diferença que no caso do meeiro, o mesmo compromete-se a entregar metade da produção ao dono da terra.

Estes trabalhadores não estavam organizados, não tinham nenhuma força diante desse plantador e da CIDASC, e a situação ficou assim privilegiando apenas um médio proprietário. Mais tarde ele associou-se a outro médio proprietário, recém-chegado na localidade, ampliando o poder econômico e político no lugar, exercendo um poder semelhante aos antigos "coronéis", muito conhecidos no passado da região.

Dessa maneira, esses proprietários, ligados ao poder político dominante, recebiam as benesses do Estado, numa troca de favores que evidencia as várias formas em que o Estado exerce a sua dominação, premiando alguns, punindo outros. A concepção de direito admitida e exercida pelo Estado está ligada a sua condição de poder hegemônico.

**"Na realidade, o Estado deve ser concebido como educador enquanto tende precisamente a criar um novo tipo de nível de civilização (...). Na concepção do direito deveriam ser incorporadas também atividades 'premiadoras' de indivíduos, de grupos etc; premia-se a atividade louvável e meritória como se pune a atividade criminosa."** (GRAMSCI, 1978:225)

Essa situação de injustiça, que no campo brasileiro é uma questão permanente, ali também era vivida pelos trabalhadores que não tinham acesso à terra.

Porém, esses homens não estavam em condições de impor-se, pois viviam desagregados, sem força de pressão. No entanto, com o aparecimento de novas relações de mediação na localidade, foi possível reverter essa situação.

Como já vimos anteriormente os novos movimentos sociais aparecem nas cidades e nos campos, a partir da década de 70. As condições para o seu crescimento são criadas pelo próprio modelo econômico que expropria e exclui os trabalhadores dos bens produzidos com o seu trabalho.

No campo, criou-se uma situação alarmante, que tem suas raízes plantadas no modelo de desenvolvimento agrícola e de estrutura agrária da época do milagre brasileiro, crise que aflora de forma mais grave a partir dos anos 80.

Segundo Grzybowski (1989:12),

"a crise econômica e o processo de reestruturação do país nos anos 80 revelaram em toda a sua dramaticidade o caráter do desenvolvimento capitalista excludente, oligopolizado e internacionalizado, ocorrido. A dependência externa expressa na dívida e nas políticas de ajuste adotadas reforçam a extroversão da produção agrícola brasileira. Na crise, acentuam-se as tendências destrutivas, ecológicas e econômico-sociais do modelo. A segurança agrícola e alimentar do país, hoje, depende da evolução da dívida e das relações vigentes a nível internacional. Enfim, a sociedade perdeu a soberania sobre os seus sistemas agrícola e alimentar."

Na Região Serrana Catarinense, essas condições somadas a determinantes econômico-político locais(12),

"contribuem para a emergência de um novo tipo de agentes mediadores dos interesses das classes populares no âmbito de toda a região. E, da articulação desses novos mediadores com diversos segmentos de trabalhadores rurais dos diversos municípios, emergem os novos movimentos sociais." (MUNARIM, 1990:210)

Esses movimentos surgem, pois, como resultado das relações que se estabelecem entre esses mediadores e os trabalhadores injustiçados pelas relações capitalistas vigentes. A ação dos mediadores, por um lado, oferecendo novos espaços de participação política e a necessidade de organização desses trabalhadores, por outro, criou o cenário para o fortalecimento desses movimentos de resistência.

Nesse processo, foi fundamental a mediação da Igreja Católica Progressista, que passa a atuar na região Serrana, a partir de setores de suas pastorais e também, apoiando educadores populares que ali desenvolviam suas práticas.

Esses educadores formam o Projeto Vianei de Educa-

ção, em meados dos anos 80. Segundo Munarim, "sua ação desenvolve-se na assessoria a diversos segmentos populares rurais, no sentido de fortalecer e/ou suscitar a emergência de organizações e movimentos sociais no campo."

A ação desse grupo de educadores estende-se pela região, abrindo espaços significativos de participação popular e vai também construindo-se enquanto grupo, nesse processo. No caso específico do município de Curitibanos, essa mediação é inicialmente mais forte junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que por sua vez passa a interagir com o grupo de trabalhadores sem-terra do NTC.

A partir desse trabalho do Vianeí começaram a formar-se lideranças expressivas entre os trabalhadores do campo. Essas lideranças, intelectuais orgânicos (13) da classe trabalhadora, despontam nos movimentos populares, em Curitibanos, destacando-se o sindicalismo.

"Entre as ações do Vianeí junto ao sindicalismo autêntico em 1984 encontrava-se o fortalecimento do então único sindicato dos trabalhadores rurais 'autêntico', no município de Curitibanos" (MUNARIM, 1990:227)

Com essa proposta começou-se a trabalhar para a formação de uma chapa para concorrer à presidência do STRC em 1986. A referida chapa foi organizada com lideranças do NTC e do Taquaruçu, uma localidade muito próxima do Núcleo que tem uma história de participação política muito intensa (desde os tempos do Contestado, ali iniciado em 1912). A presidência do STRC coube a um integrante dessa localidade, que

contava na sua história pessoal, com grande experiência de participação política desde os tempos de adolescente, atuando nos clubes 5S(14).

A liderança do presidente do Sindicato é muito forte no NTC, ele é muito respeitado, gozando de muita confiança por parte dos moradores, como demonstra esse depoimento:

**"Ele vivia por aqui, é vizinho mora aqui no Taquaruçu; então a gente se encontrou por aí. Ele esteve aqui e disse prá fazermos uma chapa prá concorrer ao Sindicato, conseguimos ganhar e dali prá cá nós começamos a lutar juntos." (trabalhador C)**

Começou então, a partir da conquista do STRC, um processo de discussão com os trabalhadores sem-terra do Núcleo liderado pelo STRC e Vianeí.

Aqueles homens que haviam sido proibidos de plantar nas terras da CIDASC continuavam ali, outros tinham chegado de "Serra-Baixo" e produziam a sua existência como peões, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários e bóias-frias.

As reuniões começaram a acontecer com frequência, principalmente entre o Sindicato e lideranças do NTC. Nestas discussões a questão da falta de terra para plantar, era prioritária; começou a amadurecer entre o grupo de pessoas reunidos em torno do problema da terra, a possibilidade de plantar nas terras da CIDASC, desta vez organizados em grupo.

**"Nós tinha essa turma de sem-terra aqui e daquele dia em diante, foi dia 20 de agosto de 1987, nós começamos a se reunir numa das casas do sindicato que tem aí e começamos a pensar nisso aí e logo eu e mais dois companheiros já descemos à Florianópo-**

lis e começamos a conversar com a CIDASC. Começamos a olhar as terras e ver as injustiças que estão acontecendo por aí. A gente pensou em achar mais companheiros e fazer uma reunião interna, quer dizer, se reunir entre sete ou oito companheiros (que foi o que aconteceu no dia 28 de agosto de 1987) para começar assim, a conversar e ver a possibilidade de ter um meio de formar um grupo onde o trabalho seria comunitário, trazer cada companheiro prá junto numa experiência que nem nós sabíamos se ia dar certo ou não." (trabalhador B)

O Vianeí ao assumir esse trabalho junto aos trabalhadores do NTC possibilitava o desenvolvimento de uma ação educativa com vistas a criar "uma nova hegemonia, a hegemonia das classes populares". (MUNARIM, 1990:254)

Buscando construir com esses homens uma educação na perspectiva da práxis<sup>(15)</sup> visando:

"Fortalecer a luta dos Movimentos Populares, fortalecer o novo Sindicalismo, criar formas de contra hegemonia, fortalecer, enfim as lutas das classes populares significa um processo de "elevação da cultura geral das massas" (GRAMSCI) e, para tanto, necessita-se produzir sempre mais intelectuais orgânicos das classes populares, capazes de exercer o papel de direção de sua classe e da sociedade em sua totalidade, o que significa a elevação da cultura política e técnica dos trabalhadores. Neste projeto todo de construção e educação popular, cabe aos trabalhadores intelectuais o papel preponderante de assessorar os Movimentos Populares através de processos de pesquisa, formação, capazes de contribuir na mediação do projeto histórico das classes populares." (VIANEI, 1988, in: MUNARIM, 1990:256)

Esse processo político mediado pelo Vianeí e construído pelo grupo de trabalhadores sem-terra do NTC, já tem uma história da qual passaremos a analisar alguns dos seus desdobramentos.

### 2.2.1 - A posse da terra

A organização do grupo e a decisão de plantar nas terras da CIDASC, causou muitos conflitos.

Os ex-arrendatários, que há muitos anos vinham beneficiando-se com a exploração dessas terras, evidentemente não queriam cedê-las aos trabalhadores sem-terra, que até pouco tempo trabalhavam como seus peões nessas áreas. Eles articularam-se com o poder local, com pessoas e entidades estaduais responsáveis pela agricultura e até com a recém criada União Democrática Ruralista - UDR.

O grupo de trabalhadores sem-terra, formado por cerca de 29 famílias, contava com o apoio de grande parte dos moradores da localidade, do STRC, do Vianeí, do Partido dos Trabalhadores e da Igreja Católica Progressista(15), além de outros movimentos populares da região (Associação do Paço do Marco, Associação de Trabalhadores Rurais de Ponte Alta do Sul, etc).

Através das representações dos trabalhadores é possível detectar que o grupo estava muito organizado e resistia contra as argumentações dos ex-arrendatários:

... "eles diziam que destocaram a terra, que ali plantavam, que ali iam tirar o sustento dos filhos. Nós dizíamos a mesma coisa: que eles tinham propriedades, tinham dois tratores cada um e que nós tínhamos os filhos, todos com a barriga vazia."

Depois de muitas reuniões no Núcleo e também em Florianópolis chegou-se a um acerto, conforme está registrado

em ata da reunião

"os arrendatários que hoje plantam alho, poderão ainda plantar outra cultura complementando a safra 87/88, tão somente na área cultivada com alho hoje. E desde já o grupo organizado ocuparia as áreas disponíveis."

Desta maneira, os ex-arrendatários continuaram ocupando 11 hectares da área e 90 dias para desocupá-la e a área seria utilizada pelo grupo. Porém, os ex-arrendatários não estavam dispostos a cumprir o acordo e tentaram desestruturar os 'adversários'. Desencadearam na localidade uma campanha de difamação do grupo, tentando colocar os moradores contra a organização. Isso, na opinião dos trabalhadores, criou um 'clima de guerra' dividiu as pessoas na localidade.

"(...) em vez de ele ficar do nosso lado, ou neutro, ficou do lado dos outros"; (trabalhador B)

"Os momentos mais pesados que a gente passou foi a política dos homens prá cima da gente, com mentira, que colocaram dentro da comunidade, chamando nós de bandalheiros, que ninguém devia dar ouvidos a nós, um time de pé-rapado, os inços da terra." (trabalhador A)

A pressão feita pelos ex-arrendatários, chegava ao nível de ameaças, segundo depoimentos dos trabalhadores:

... "esses mortos de fome que invadem os terrenos que a gente planta e quando a gente mata uma praga dessas, agente que é criminoso."

A intimidação atinge os trabalhadores sem-terra, alterando as suas relações de vizinhança, isso fica claro em depoimento como esse:

"(...) mas eu passei quieta não disse nada." (tra-

balhadora A)

Estas pressões surtiram um certo efeito no grupo, pois alguns desistiram. Das 29 famílias ficaram apenas 18

"um momento de tristeza, era quando a gente apostava num companheiro, né, tinha confiança num companheiro e pouca demora, ele chegava numa reunião e pedia desligamento, umas vezes por justa causa, outras sem justa causa, mas pedia o desligamento, que não queria mais ficar.

"(...) então teve muitos que saíram de espontânea vontade e hoje são apoiadores nossos. Agora teve outros miseráveis que saíram por ameaça dos cidadãos que se diziam donos dessas terras.

"Mas teve vizinho meu, que até hoje nós somos integrados, por causa do nosso grupo aqui." (trabalhador A)

Neste primeiro momento da organização do grupo, não era possível ainda uma tomada de posição coerente de todos os elementos; uns cediam facilmente às pressões, ou ainda não compreendiam com clareza a nova situação com a qual defrontavam-se. Refletindo sobre o modo de organização dos movimentos sociais tanto urbanos quanto rurais, Durham afirma que

"os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e com amplitude diversa) em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidos a partir da percepção de "carências comuns (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto. É a 'carência' que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento." (DURHAM, 1984:26)

Nesse sentido, muitos elementos do grupo haviam percebido a situação discriminatória que sofriam em relação ao uso da terra;

"(...) começamos a olhar as terras e ver as injus-

tiças que estão acontecendo por aí." (trabalhador C)

Outros não acessaram a uma compreensão crítica da realidade. Segundo Gramsci (1984:21)

"a compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva auto-consciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam."

Apesar dos diferentes estágios de politização destes trabalhadores, continuava a luta e o grupo iniciava o primeiro plantio nas terras conquistadas.

"A gente começou a trabalhar mais diretamente na terra. E nesse trabalho o pessoal mais unido, mais organizado." (trabalhador B).

Quando venceu o prazo de 90, que rezava o acordo, os ex-arrendatários não entregaram a terra e propuseram um novo acordo: entregar apenas uma parte da terra. O grupo não aceitou, argumentando que prevalecesse os termos do primeiro acordo.

Foi iniciada uma nova rodada de reuniões no Núcleo, em Curitiba e em Florianópolis.

Como não se decidia a questão, por parte das autoridades negociadoras, o grupo resolveu ocupar a área, "pois a terra era nossa, segundo o documento do 1º acordo", assim eles diziam. Foi organizado e marcado para a quinta-feira santa a ocupação da área.

Era um momento muito importante para o grupo, pois estava medindo forças com os adversários. Era um teste para a organização ainda recente dos trabalhadores. Porém, a coragem e disposição era grande, como grande também era a tensão.

Assim relata um trabalhador, os últimos preparativos para o dia da ocupação:

"olha, amanhã nós vamos ter a ocupação do resto da terra, vai vim uma turma de fora, nós vamos ocupar o resto do terreno. Eu disse:

- Se é para ir, pois então vamos!

(...) No outro dia eu pensei que seria só nós daqui, uns 4 ou 5, mais dali a pouco eu vi a coisa bonita! Quando nós encordoamos para a roça, nós fomos em 4 tratores, uma camionete cheia de gente: mulher, homem, criança de tudo que é lado; de Taquaruçu, de Curitibanos, de Lages, de Anita Garibaldi, então prá nós foi uma coisa muito bonita!"  
(trabalhador A)

Depois disso, os ex-arrendatários, entraram com uma petição judicial, na qual a terra ficava em litígio, isto é, até que se decidisse a questão ninguém poderia entrar no terreno.

Isso causou muitos transtornos ao grupo. Além da ansiedade pela espera da decisão, o plantio na área estava sendo retardado, prejudicando a próxima safra.

Após a mediação do Vianei, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitibanos e demais apoiadores, a questão foi resolvida em favor do grupo, que passou a ocupar legalmente esse restante do total de 50,38 ha. de terra (sendo que essa parte litigiosa é uma das áreas mais produtivas).

Então foram feitos os contatos definitivos sendo

que o grupo comprometeu-se a pagar à CIDASC 1/5 da produção colhida na área anualmente.

O grupo saiu fortalecido desses conflitos: obtiveram a posse definitiva da terra; (hoje eles fazem questão de dizer que a terra é do grupo e não mais "que plantam em terra arrendada", como nos primeiros tempos), ganharam segurança, enquanto grupo organizado; ganharam o reconhecimento dos moradores, que ainda não acreditavam na sua luta; enfim venceram uma etapa importante da longa caminhada que propuseram-se, na luta pela "nova sociedade", segundo palavras deles.

Nesse estágio da organização o grupo já conseguia ter uma certa coesão interna, aqueles que permaneceram, foram amadurecendo no processo, superando o senso comum inicial, buscando um entendimento mais coerente da situação "ainda que dentro de limites ainda restritos." (GRAMSCI, 1984:21)

### 2.2.2 - A construção do coletivo

Neste ítem, pretendemos evidenciar as relações que se estabelecem no interior do grupo de trabalhadores, ressaltando o caráter pedagógico da sua organização.

Entendemos o pedagógico como definiu Auras (1984:153)

"enquanto possibilidade de articulação de uma visão

de mundo (que implica, necessariamente, em seu processo de constituição na desarticulação da visão de mundo vigente) e uma prática correspondente a esta visão."

Assim entendido, o pedagógico implica na presença - da parte do próprio segmento social que o elabora - da capacidade de direção, de apontamento do rumo para o qual este segmento social está - se deslocando. Implica, portanto, no fato de que tal segmento é ator da história, protagonista da sua própria representação.

À medida que os trabalhadores vão organizando-se, crescem os movimentos de resistência e luta pela terra de amplos setores das camadas populares, no campo. Como já vimos, esses novos movimentos sociais ganham espaços nas lutas da sociedade civil, garantindo maiores espaços de reivindicação para os trabalhadores.

Neste processo,

"cabe salientar a capacidade de organização e luta de amplos setores do campesinato, de norte a sul do país. As organizações e os movimentos camponeses exprimem a adversidade e a desigualdade de condições sociais de produção e vida no campo, resultado das formas que assumem os processos de expropriação/subordinação/exploração a que são submetidos os camponeses pelo processo de desenvolvimento da agricultura, que privilegia os interesses do capital e da grande propriedade fundiária. Em suas lutas, os camponeses apontam para as mais variadas formas de exclusão econômica, política e cultural a que foram submetidos como parte das condições para a consolidação do capitalismo monopolista e dependente entre nós. O ponto de encontro das diferentes lutas camponesas é a questão da terra, base material sua reprodução como classe." (GRZBOWSKI, 1982: 12)

Neste processo de resistência que vem construindo-

se no campo, os trabalhadores vão construindo novas relações, novas formas de participação econômica e política. Constroem-se também novos conhecimentos, capazes de dar conta de seus interesses numa perspectiva de classe.

Segundo Grzybowski (1982:01),

"se produz um 'saber social' que se reflete num conjunto de conhecimentos e habilidades, valores de atitudes produzidas pelas classes para dar conta de seus interesses. Trata-se do saber que identifica e unifica uma classe social, lhe dá elementos para se inserir numa estrutura de relações e enfim, trata-se de um saber instrumento de organização e luta."

Este saber emanado das práticas cotidianas destes grupos, contudo, ainda apresenta-se desarticulado e permeado pelo saber dominante. As suas formas de organização inicialmente seguem as dinâmicas já conhecidas na sociedade (no grupo isso aparece quando utilizam o controle dos dias de trabalho através do "ponto" como veremos mais adiante).

A reelaboração desse saber vai se dando num processo mútuo de troca com os intelectuais mediadores e os grupos de trabalhadores que vão transformando o modo de apreender as relações sociais, construindo "uma visão de mundo coerente e unitária." (GRAMSCI, 1984:21)

O grupo de trabalhadores do NTC vem elaborando uma trajetória de organização, construindo um projeto coletivo de vida e buscando uma nova concepção do mundo.

Desde as primeiras "conversas" para a formação do grupo, tudo foi submetido à discussão com os trabalhadores sem-terra. Já nas primeiras reuniões foi formada uma Comissão

com uma diretoria: presidente, vice-presidente, tesoureiro, que transformou-se, algum tempo depois, na Associação João Maria de Pequenos Produtores.

Os primeiros tempos da Associação foram difíceis. Os trabalhadores tinham muitas dúvidas acerca do movimento que se iniciava. Poucos tinham experiência de organização e as pressões que sofriam dos ex-arrendatários e seus seguidores, somavam-se às ansiedades das próprias famílias, evidenciados nos depoimentos principalmente das mulheres.

...“no início eu desanimava ele mas antes pobre, do que tá numa luta dessas, enfretando o que não pertence prá gente, eu pensava assim.” (trabalhadora B)

“no começo eu não queria que ele participasse por causa que eu ficava pensando, eu assistia sempre na televisão, dessas pessoas que invadem terrenos de fazendeiros, das gentes que morriam, por isso eu tinha medo.” (trabalhadora A)

Os trabalhadores viviam a ambivalência de querer participar e não acreditar nas suas próprias capacidades, “nós quando começamos aqui no grupo, eu comecei com pouca coragem de enfrentar; uma porque eu achava difícil de nós ganhar a terra, outra, porque eu sabia que ia ser difícil para mim, que eu não tinha condições financeiras e nem condições de saúde, tudo isso apareceu.” (trabalhador D)

Nesse estágio da organização do grupo, as pessoas sentiam-se muito confusas, as idéias que elas possuíam de terra para plantar estavam associadas ao conflito, a luta e até morte, porém é uma necessidade vital, pela qual é preciso lutar. Rompia-se o conformismo para dar lugar à resistência.

“Nesse momento as novas convicções das massas populares são extremamente débeis, notadamente quando estas novas convicções estão em contradição com as

convicções (igualmente novas) ortodoxas, socialmente conformistas, do acordo com os interesses das classes dominantes." (GRAMSCI, 1978:27)

Convivendo com estas contradições, o grupo foi avançando no processo de organização, superando as dificuldades que eram muitas. Eles não dispunham de condições materiais para produzir, tinham apenas a terra e "a vontade de trabalhar."

"Todo mundo tava muito interessado, mas nós não tinha implementos, nem máquinas, só tinha vontade de trabalhar e ferramenta manual, mas conseguimos começar o serviço com a ajuda de um vizinho, o apoio do outro. Lavrava a troco de um serviço e outro a troco de mandioca." (trabalhador C)

"(...)Aconteceram coisas excepcionais de boas. Uma das melhores foi a união do pessoal, trabalhar junto. Começamos a plantar o dia inteiro. Naquela época eram 26 máquinas (plantadeira), batendo arroz o dia inteiro. Um pessoal preparando a terra, outros riscando, outros plantando. E ali foi o plantio do arroz, do milho, limpar valeta, roçar. Tinha umas queimadas lá em cima que nós plantamos onde: roçar foi bom, prá queimar foi bonito, prá plantar melhor ainda, quando foi prá limpar, meu Deus do céu! foi um sofrimento enorme." (trabalhador B)

É importante destacar, nas relações que o grupo constrói, a solidariedade que perpassa cotidianamente os seus contatos com muitas das pessoas da localidade. Existe uma troca de maior qualidade entre as pessoas, antes indivíduos isolados, hoje como integrante de uma coletividade. Existe um ganho imediato nas relações dos membros do grupo. Neste sentido Durham afirma que

"um fato muito significativo, que ocorre com extraordinária frequência nos depoimentos dos participantes dos movimentos sociais é o de viverem essa experiência com um enriquecimento pessoal, uma in-

tensificação da qualidade de sujeitos. No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua socialidade, 'aprendem a falar', isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletiva (e dessa forma integram) as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada.

(...) é o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado." (DURHAM, 1984:25)

Estas percepções que os integrantes do grupo vão aos poucos compreendendo vai dando-lhes ânimo e coragem para enfrentar as dificuldades concretas que surgem e que precisam ser resolvidas com firmeza, para que se consolide as conquistas da nova organização.

No caso da Associação eram muitas as dificuldades, começando pelas condições da terra que apresentava algumas dificuldades, que exigiu muito trabalho por parte do grupo.

"Os homens (os ex-arrendatários) tinham deixado muito inço na terra (milhã, capim, arroz, etc). Então teve momentos que a gente pensava até em desacorçoar daquelas terras. O pessoal aqui da região costuma limpar o arroz uma vez. Nós chegamos à quarta limpa de enxada. Foi um sofrimento danado." (trabalhador B)

Este foi um grande teste para o grupo, que não contava com equipamentos adequados e além disso, eles não trabalhavam direto nas terras do grupo, a maioria continuou trabalhando de peão, bóia-fria e arrendatário como antes e só nas "horas de folga" trabalhavam juntos. Até que colhessem a primeira safra, era preciso trabalhar fora.

"Aparecendo serviço nós temos que sair, porque dinheiro prá nós tocamos este resto de safra nós não temos." (trabalhador C)

A situação financeira imediatamente dos trabalhadores reunidos na Associação era outro grande entrave difícil de resolver, não tinham como aguardar a safra sem sair para trabalhar por dia, eles não dispunham de nenhuma reserva financeira. A situação desses trabalhadores sem-terra, antes da organização, está muito bem colocada neste depoimento:

"antes de começar o grupo a gente trabalhava... plantava um pouco para si, trabalhava por dia, de empreitada, quando não tinha nada, ficava de varde e assim ia se vivendo... criava um porquinho, uma galinha para se manter." (trabalhador E)

Como já vimos anteriormente, a situação de sobrevivência no campo, em toda a região é muito precária.

Segundo Munarim (1990:254)

"o contexto econômico está marcado pela expropriação e exploração do trabalhador, especialmente no caso particular da Região Serrana de Santa Catarina, do trabalhador rural, é um contexto de afirmação da região como destinada à produção primária e de industrialização da madeira. É a partir, exatamente do início da presente década, que se fala da entrada da Região Serrana, no (segundo ciclo da madeira), que de um lado é fator de dinamização da economia, mas de outro lado, é fator de expulsão do campo e uma contribuição a mais ao processo de concentração de riquezas nas mãos de poucos.

Esta situação de exploração faz parte do cotidiano dos trabalhadores do Planalto Serrano, já há muito tempo.

Os trabalhadores do NTC viviam esta exploração, com situações muito frequentes de desemprego como ficou expressa no depoimento do trabalhador acima, (...) "quando não tinha nada ficava de varde."

A perspectiva da organização do grupo significou

uma possibilidade econômica muito concreta, isso veremos mais adiante nos depoimentos dos integrantes do mesmo.

Desta maneira eles foram organizando-se e enfrentando as dificuldades de forma muito coesa. Discutiam tudo nas reuniões que passaram a ser muito frequentes onde todos participavam nas tomadas de decisão. Estes momentos passaram a fazer parte do cotidiano de trabalho e organização destes homens.

"Nós estamos se reunindo toda segunda-feira, então a gente discute o que vamos fazer durante a semana. Todo o dia a gente conversa: ali, amanhã vamos fazer isso, amanhã vamos fazer aquilo. Então no outro dia todo mundo sabe se hoje é com enxada ou foice.."  
." (trabalhador C)

A forma de trabalho foi combinada já nas primeiras reuniões do grupo e foi logo aceita por todos.

"(...) a gente tem que trabalhar todo mundo igual né. Mas quando acontece de um companheiro não poder fazer a mesma quantidade de dias, a gente tenta fazer um acerto, que ninguém sai prejudicado. Se não tiver outra maneira de fazer acerto, a gente desconta na colheita." (trabalhador C)

"(...) e todos os dias que são trabalhados são marcados, temos o 'livro ponto', para o controle do grupo. Porque assim como nós marcamos o serviço, é marcado também as despesas que entram. E na colheita é dividido o lucro." (trabalhadora C).

No início da organização, a referência que se tinha era do modelo mais conhecido, (o controle dos dias de serviço é o mesmo utilizado na fábrica) porém, a solidariedade entre os membros do grupo é o elo mais forte da organização, distanciando-se bastante da competitividade da fábrica e fortalecendo-se desta maneira, a confiança no coletivo.

Os condicionamentos criados pelo sistema capitalista são mais fortes. O seu modelo é o referencial para estes homens mesmo tentando criar propostas alternativas a ele. A transformação das pessoas em força de trabalho, em fator de produção, como instrumento do capital é um processo incessante e domesticador, apesar disso, os homens trazem latente a resistência, uma vez que o capital não subjuga a sua vontade de libertar-se.

Nas análises de Gramsci sobre o taylorismo ele afirma que

"os industriais norte-americanos compreenderam muito bem a dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que 'gorila domesticado' é apenas uma fase, que o operário continua 'infelizmente' homem e, inclusive, que ele durante o trabalho, pensa demais, ou pelos menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalhador não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. A existência desta preocupação entre os industriais é comprovada por toda uma série de cautelas e iniciativas 'educativas' nos livros de Ford e de Philip." (GRAMSCI, 1984:332)

Assim, através da cooperação esses homens buscaram uma maneira de exercer a resistência contra o modelo domesticador e individualista. A entre-ajuda é a referência.

"... quem estava mais adiantado ajudava o outro, dava um dia para recuperar o dia atrasado." (trabalhador A)

"Antes a gente trabalhava sozinho, tinha aquela vontade de fazer as coisas e não fazia. Agora aqui a gente tem esperança porque somos em bastante. A gente diz: vamos enfrentar e sai feito." (trabalha-

dor E)

Neste estágio da organização, existe uma perspectiva coletiva de trabalho "controlada" pelo modelo antigo de organização que eles negam com sua proposta, isto é, o novo modelo ainda não está muito claro, existe, portanto, uma fragmentação nas concepções isto porque

"o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em 'contradição', com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, explícita na sua ação e que o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade, e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica." (GRAMSCI, 1978:20)

Desta maneira, no estágio em que o grupo se encontra, enquanto início de "uma elaboração coerente da sua visão de mundo", suas ações são permeadas pela contradição, a sua condição de assalariado explorado e a nova perspectiva enquanto sujeito do processo político de transformação, misturaram-se e transparecem nas ações e nos discursos do grupo, embora não de maneira idêntica para todos os componentes, isto é, alguns possuem algumas idéias mais elaboradas, outros manifestam suas idéias dentro de limites bem restritos de compreensão da sociedade.

Porém, apesar desta heterogeneidade de pensamento, as conquistas concretas que a Associação já conta, como a posse da terra, o apoio dos muitos moradores da localidade,

que ajudaram na preparação da terra; o fortalecimento da organização através da resistência e da luta política; da colheita da 11 safra; ainda restavam problemas sérios para serem resolvidos, entre eles, o mais urgente: a sobrevivência.

A associação, contava nessa época (1987) com 18 famílias, numa média de seis pessoas por família. Eram mais de 100 pessoas (entre crianças e adultos) para sobreviver da terra. Uma área pequena para esse número de pessoas, levando-se em conta ainda, que o solo encontrava-se depauperado necessitando correção, sendo que a área não apresentava a mesma produtividade na sua totalidade.

Portanto, a área, necessitava de investimentos financeiros e implementos agrícolas que possibilitassem maior viabilidade econômica.

A meta do grupo era conseguir a manutenção das famílias com a própria produção; para isso era preciso que todos deixassem o trabalho que eventualmente faziam como diaristas e passassem a trabalhar somente nas terras do grupo, mas sem o mínimo de recursos, era impossível garantir a sobrevivência somente com o trabalho coletivo. Era uma situação preocupante, que tornava a proposta sem perspectivas econômicas concretas.

Nas reuniões das segundas-feiras estas questões ocupavam grande parte das discussões, juntamente com as preocupações de planejamento do trabalho coletivo.

Como já dissemos desde o início da sua organização,

a Associação contou com assessoria dos agrônomos e educadores do Vianei, Sindicato, (além do apoio de outras organizações populares da região).

A partir dessa assessoria do Vianei foi possível encaminhar projetos a entidades financeiras internacionais que vêm apoiando trabalhos populares na Segundo propõe o Vianei, só a educação política não responde as reais necessidades dos trabalhadores quando a fome e a miséria campeiam no campo e na cidade. É necessário partir do real concreto: a viabilização econômica. O Vianei e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) descobrem então com os pequenos agricultores que

**"o mundo da produção/comercialização; a questão das tecnologias adaptadas à pequena produção têm que acompanhar a educação política."** (LOCKS, 1989:03)

Os recursos financeiros recebidos através do Vianei possibilitaram a viabilização de infra-estrutura mínima para a produção como máquinas, sementes, construção de galpões e outras instalações para a criação de pequenos animais. Sendo que a devolução desses recursos têm o prazo de seis anos. A Associação pode trabalhar com uma certa margem de tempo e assim sua viabilização econômica está em processo.

Do ponto de vista pedagógico, que nos interessa ressaltar, está construindo-se, com o apoio dos intelectuais mediadores, um grupo que pretende contribuir para a construção da "nova sociedade". Certamente que eles próprios ainda não têm muita clareza do que seja essa "nova sociedade", mas algumas direções eles já apontam, entre elas a necessidade de

terra para plantar e da organização para resistir à expropriação.

Nesse sentido, a necessidade de organização é bastante enfatizada pelo grupo como nesse depoimento: "Deus o livre! vou ter que nascer de novo para aprender a trabalhar sozinho." (trabalhador H)

Não pretendemos analisar profundamente a trajetória política deste grupo neste espaço, mesmo porque sua organização está em construção, mas alguns caminhos para os quais o grupo aponta, é possível destacar neste momento.

Apesar das fragilidades que ainda apresenta a organização destes homens não resta dúvida de que é um caminho que possibilitará a articulação de uma nova visão de mundo; coerente e unitária.

Nesse sentido, falando das reais possibilidades dos Movimentos Sociais, Viola (1987:83) aponta nessa mesma direção, ou seja "o desafio que os novos movimentos levantam

à cultura política tradicional não levará direto ou automaticamente a uma sociedade mais democrática, pois há muitos outros fatores que também intervêm neste processo. Não obstante, seria um erro, no sentido contrário, descartar como irrelevante o surgimento de movimentos sociais com valores mais democráticos. Os novos movimentos sociais têm por certas limitações políticas, mas, influenciam de modo concreto e significativo as lutas políticas."

## NOTAS

1 - Discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido em Cuiabá em 7 de agosto de 1941, citado In: IANNI, 1977:64.

2 - idem nota anterior.

3 - Evidenciando a importância do trigo para a economia nacional, o presidente Dutra afirmava em 15 de março de 1948 "o problema do trigo, pelas suas profundas repercussões na nossa balança de pagamentos, está tomando aspectos de calamidade nacional.

Do ponto de vista agrícola não será mesmo exagero considerá-lo como o de maior relevância.

O fomento à triticultura constitui pois, um dos nossos deveres mais urgentes. As dificuldades surgidas para regular a obtenção desse cereal vieram colocar na ordem do dia não só a questão da auto-suficiência nacional, com relação a esse produto básico para alimentação, mas a de nossa própria maturidade administrativa.

Em verdade, provada como está a existência de extensas áreas apropriadas à cultura dessa gramínea, transformou-se em obrigação patriótica (grifo nosso) fomentar a sua cultura intensiva de modo a tornar possível, em futuro próximo, o abastecimento interno.

Da importância do problema são índices expressivos os seguintes dados referentes ao nosso comércio exterior.

Importamos em 1947, 463.157 toneladas de farinha de trigo, no valor de Cr\$ 1.431.789.000,00; o volume de importação de trigo em grão atingia, no mesmo período, 363.292 toneladas, na importância de Cr\$ 1.057.772.000,00. Trata-se de uma sangria que tende a aumentar e que debilita a economia nacional, de maneira a tornar urgente pôr-lhe um paradeiro, sob pena de boa parte dos nossos esforços construtivos se invalidarem ingloriamente. Podemos asseverar, no entanto, que já são bastante auspiciosos os resultados alcançados, em 1947, na compra e fomento à triticultura nacional." (DUTRA, citado por BRAZ, 1960:8)

4 - Essa situação de controle paternalista do Estado acerca da comercialização do trigo, até hoje vem acontecendo. Em editorial do dia 19/09/90 - Comercialização do trigo - o Jornal Folha de São Paulo, aborda esta questão.

"O controle da compra e distribuição do produto, com efeito, fez surgir um dos mais flagrantes exemplos de cartorialismo de que se tem notícia na economia brasileira; o sistema de cotas até então em vigor, bem como a proibição para se instalarem novos moinhos, criou um regime cartelizado em que apenas as empresas já instaladas se beneficiavam do protecionismo estatal. (grifo nosso)

Não havia - e isso não de agora - razões para que se mantivesse tal situação. As circunstâncias inerentes ao tipo de monopólio que se estabeleceu só podiam, se perpetua-

de monopólio que se estabeleceu só podiam, se perpetuadas, contribuir para a estagnação progressiva do setor: privilegiados pela legislação protecionista (grifo nosso), os moinhos de fato não se preocupavam em modernizar-se ou em alcançar estágios superiores de eficiência. Ademais, o regime de subsídios - pelo qual o governo adquiria o produto dos agricultores por um preço superior ao que era cobrado dos moinhos - vinha prejudicando de forma permanente os esforços no sentido de equilibrar as contas da União.

Naturalmente, a saída do governo da comercialização do produto pode provocar, no curto prazo, pressões altistas sobre o preço do trigo e de seus derivados; é oportuno, neste sentido, o dispositivo que possibilita a importação do produto pela iniciativa privada.

Não obstante, é de se prever que haja uma acomodação tão logo se verifiquem os benefícios decorrentes da vigência de um regime de liberdade de mercado; esse ajustamento será consequência da necessidade que terão os empresários do setor de reduzirem seus custos para fazerem frente à competitividade que se estabelecerá. Necessidade que, de resto, já se impõe na maior parte das atividades econômicas e a que, inexplicavelmente, se encontram imunes os empresários do setor enquanto beneficiários da intervenção estatal agora eliminada.

- 5 - Depoimentos do Administrador In: BAYMA, 1960:259.
  
- 6 - Conta-se que as ordens do Administrador nem sempre eram obedecidas totalmente, chegando a criar situações pitorescas, as formas de burlá-las.  
  
Também era ordem do administrador que não se podia criar animais domésticos nos lotes (havia granjas de criação de pequenos animais no Núcleo). Para poder criá-los sem ser visto pelo Administrador, os colonos criavam as galinhas amarradas pelo pé e os bezérros eram trancados dentro do galpão, sem nunca tomar sol.
  
- 7 - Quando falamos do grupo, estamos nos referindo à Associação João Maria de Pequenos Produtores, é assim que eles se identificam.
  
- 8 - O Projeto Vianei de Educação (Vianei) constitui-se num grupo de intelectuais que desde meados da década de 80 vêm atuando na Região Serrana na assessoria de diversos segmentos populares rurais, "no sentido de fortalecer e/ou de suscitar a emergência de organizações e movimentos sociais no campo." (MUNARIM, 1990:210)
  
- 9 - Por movimento social entendemos a ação de grupos com interesses comuns, que através de ações políticas organizadas buscam a transformação (práxis).

10 - Estes Movimentos Sociais não são "novos" porque apareceram agora. Nova é a sua multiplicação na atualidade, seu fortalecimento e o seu potencial político e pedagógico. "Até bem pouco tempo eram considerados ou chamados 'Movimentos Sociais' somente os grandes movimentos políticos, ou seja, aquelas ações coletivas articuladas por grupos com projetos políticos definidos de mudança ou de reforma da sociedade global. Movimentos anarquistas, socialistas, comunistas, quase sempre vinculados a partidos políticos ou outras estruturas políticas formalizadas.

Hoje, diversamente, os cientistas sociais começam a se dar conta da emergência de Novos Movimentos Sociais, cuja origem e formas de atuação não correspondem aqueles movimentos tradicionais, mas nem por isso deixam de ter interferência real na dinâmica concreta de nossas sociedades." (CALDART, 1987:21) Sobre o assunto ver também: GRZYBOWSKI (1987); CHAUI (1986); MARTINS (1986); DURHAM (1984); SCHERER - WARREN (1987).

11 - Quando empregamos a expressão "bloco histórico" estamos trabalhando com o conceito gramsciano, que o definiu "como a articulação interna de uma situação histórica precisa."

(...) O problema da criação de um novo bloco histórico

é, pois, realmente "o da criação de um novo sistema hegemônico, mas também do desencadeamento de uma crise orgânica do bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer a novas forças sociais." (PORTELLI, 1983:103)

12 - Para uma visão mais ampla desses determinantes locais ver: Munarim (1990).

13 - Quando usamos o conceito de intelectuais orgânicos estamos nos baseando em Gramsci. Quando diz que "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político." (GRAMSCI, 1978:3)

14 - A respeito do que seja os Clubes 55, ver Galazans (1981).

15 - O conceito de práxis é de Vasquez, (1977:128)

"(...) a práxis é, portanto, a revolução, ou crítica radical que correspondendo à necessidades radicais, humanas, passa do plano teórico ao prático."

16 - O Bispo de Lages, D. Oneris Marchiori visitou o Núcleo Tritícola de Curitiba levando seu apoio ao grupo em junho de 1988.

17 - Conforme Munarim (1990:233) a partir de janeiro de 1985, iniciou um contrato de financiamento das atividades educativas do Vianeí, para um grupo de 9 educadores profissionais, por um prazo de três anos. A agência financiadora, a fundo perdido, era então - e continuava sendo - MISEREOR, uma entidade ligada à igreja Católica alemã que, por sua vez, para garantir o financiamento, repassara a maior parte dos encargos a uma agência de cooperação internacional do governo alemão.

A partir de 1985, passaram a integrar o grupo de crédito rotativo na perspectiva do Vianeí, o que permitiu-lhes deixar o trabalho assalariado."

### III - A ESCOLA: UMA PRÁTICA INTERVENCIONISTA TRADICIONAL NUM CONTEXTO DE RESISTÊNCIA

A análise das práticas desenvolvidas pela instituição escolar no contexto do Núcleo Tritícola, nos leva a refletir acerca da função desempenhada pela escola pública do meio rural no período por nós estudado, ou seja 1949 a 1989.

Via de regra, essas práticas têm se caracterizado pelo intervencionismo, garantido nas políticas públicas de desenvolvimento das áreas rurais do país.

No caso do Núcleo Tritícola de Curitibaanos, a escola fazia parte do projeto inicial de colonização e durante todo o tempo de existência do Núcleo a instituição escolar foi o único órgão que permaneceu ativo desde a sua fundação.

Sua organização, funcionamento e prática cotidiana está documentada nos livros de visita do Inspetor Estadual, no período de 1953 a 1968. É uma material rico que ilustra, de forma detalhada, as relações autoritárias presentes <sup>na</sup> da escola.

Neste capítulo analisamos o papel desempenhado por essa instituição no conjunto das relações que se processam no Núcleo Tritícola de Curitibaanos, e as expectativas que nela são depositadas por esses homens e mulheres que com sua prática constroem, hoje, novas relações de resistência. E nessas relações está presente o que Giroux chama de ação radical de-

sencadeada por "relações que contenham a crítica da dominação e forneça oportunidades teóricas para a auto-reflexão e para a luta no interesse da auto-emancipação e da emancipação social." (GIROUX, 1986:149)

### 3.1 - Algumas Considerações sobre a Educação Brasileira nas Últimas Décadas

No Brasil, antes de 1930, predominou a escola humanista tradicional. Numa sociedade de bases agrícolas onde predominava a monocultura nos grande latifúndios, a educação escolar não era considerada como uma necessidade vital da população que se concentrava, na sua maioria, na zona rural. As técnicas de cultivo do solo não exigiam nenhuma formação escolar, nem mesmo a alfabetização; a escola, portanto, pouco significava para essa população.

A partir de 1930, quando o modelo agrário vai cedendo espaço à industrialização e a urbanização se acelera, a escola passa a ter uma efetiva significação junto às camadas populares. Os trabalhadores urbanos se organizam, cresce o movimento operário e a escola é reivindicada.

"a pressão pela expansão do sistema escolar passou a estar presente de tal forma que o sistema teve que se expandir, ao mesmo tempo em que os novos mecanismos de recomposição da hegemonia da classe dominante passam a ser acionados." (SAVIANI, 1985:14)

Nesse contexto de luta pelo fortalecimento do movi-

mento operário, a política getuliana, baseada no corporativismo, no paternalismo, incentivadora do peleguismo, tratou de criar mecanismos de controle do movimento.

O advento do escolanovismo, que se deu nessa época, fortaleceu a hegemonia da classe dominante e contribuiu com o trabalhismo de Vargas:

"as idéias de reformulação qualitativa das escolas, de construção de escolas que se pautassem por métodos ativos, a edificação de estabelecimentos de ensino profissionalizante, eram bem utilizadas pelo discurso getuliano." (GHIRALDELLI, 1986:141)

A tendência pedagógica escolanovista, que contribuiu para a manutenção da expansão da educação escolar em limites suportáveis pelos interesses dominantes, desenvolveu um tipo de ensino adequado aos interesses getulianos.

As consequências da influência escolanovista no Brasil, evidenciam-se através do afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, resultando no rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares no país, por quase meio século.

Esta tendência pedagógica permanece hegemônica até por volta dos anos 60, passando por variações internas e conflitos com educadores católicos:

"trava-se um conflito entre as tendências representadas; uma pela ideologia dos pioneiros da escola nova e outra pela ideologia católica. O Estado administra e concilia o conflito, cujo resultado registra um equilíbrio de forças traduzido no texto da Constituição de 1934." (SAVIANI, 1983:35)

Nos anos 60 registra-se ainda, na educação escolar,

a influência dos movimentos de educação de base e educação popular. São muito difundidas as idéias do pensador Paulo Freire, entre outros, nos seus estudos sobre educação de adultos, que de uma maneira geral influenciou também a escola.

Esses

"movimentos de Cultura Popular surgem na primeira metade da década de 60, em decorrência do interesse de elementos saídos da atuação concreta nos movimentos educativos, que começavam a se multiplicar, ou provenientes de setores influenciados pelo pensamento social cristão, mais recentes e preocupados com questões educativas." (Ribeiro, 1984:154)

Com o golpe militar de 1964, e as transformações sociais dele decorrentes, muitas mudanças acontecem na educação, como de resto, na sociedade em sua totalidade. O discurso do "milagre brasileiro", implantado pelo governo militar, exige o aumento da produtividade do sistema de ensino, pela via da racionalização.

Nessa perspectiva, se instala a pedagogia tecnicista e passa a ser valorizado pela escola, o indivíduo que sabe gerenciar, controlar, administrar e planejar. É uma época de repressão e silêncio por parte dos educadores comprometidos com as causas populares.

Na década de 70, paralelamente à pedagogia tecnicista, desenvolveram-se as idéias ligadas ao pensamento americano e que foram chamadas de "crítico-reprodutivista." Essa tendência considera a educação escolar como essencialmente reprodutora das relações sociais.

A ditadura dos militares e tecnocratas associados ao capital internacional impôs ao país, e principalmente, às classes trabalhadoras, uma realidade de duas décadas de silêncio.

A partir das mudanças políticas ocorridas no país, a educação também ganha novo enfoque, configura-se então, como predominante a tendência tecnicista, que passa, em consequência, a inspirar a maior parte dos estudos e iniciativas na área da educação. (SAVIANI, 1985:38)

Sendo a pedagogia "oficial" pretendia o governo "inserir a escola nos modelos de racionalização do sistema de produção capitalista." Isso ficou expresso na legislação de ensino elaborada pelos governos militares tanto na Lei nº 5.540/68 que tratava da reforma do ensino superior, bem como a Lei nº 5.692/71 que reformulou o ensino de 1º e 2º graus.

Esta legislação provocou uma burocratização progressiva das atividades docentes nos vários graus de ensino, cujos efeitos é possível até hoje perceber em muitos educadores, principalmente na escola pública. Era uma visão mecânica da educação e dos determinantes sociais que causou muito imobilismo entre os educadores: nada era possível fazer a partir da escola.

Já na década de 80, desde o seu início, as discussões pedagógicas giram em torno das propostas organizadas sob o enfoque crítico de educação. Nessa perspectiva é valorizada a transmissão de conteúdos concretos, indissociáveis da prá-

tica social. E a escola é valorizada como instrumento vital para a apropriação do saber por parte das camadas populares. O debate tem sido muito intenso entre os educadores, acerca dessas idéias. O qual tem suscitado grandes polêmicas, porém, tem possibilitado que se avance em direção a uma compreensão mais ampla do papel que desempenha a escola na sociedade.

### 3.2 - A Escola do Núcleo Trítícola de Curitiba(f)

A trajetória histórica da escolarização no Núcleo, confunde-se com a própria história da sua colonização. No projeto inicial de criação do NTC foi prevista a criação da escola conforme reza o regulamento: "no Núcleo serão mantidas escolas primárias de acordo com a população escolar do Núcleo."

Juntamente com a construção da infra-estrutura do Núcleo foi edificada uma escola. Esta foi construída pela administração do Núcleo e estava vinculada a Secretaria de Educação do Governo do Estado, sendo que os professores recebiam orientações administrativas e pedagógicas do inspetor estadual residente em Curitiba.

A organização e funcionamento da escola do Núcleo, no período compreendido entre 1955 e 1968, está registrado num documento onde eram anotadas as visitas do inspetor estadual\*. Assim está identificada a sua primeira página:

"Termos de abertura:

Servirá o presente livro para Termos de Visitas da Escola Isolada Estadual de Núcleo Tritícula Ministro João Cleofar, distrito de Liberata, município de Curitibaanos.

Curitibaanos, 11 de junho de 1955.

Inspetor Estadual 'p'."

Nesse documento os inspetores deixavam registradas as suas impressões sobre o andamento geral da escola, bem como, as recomendações aos professores.

Consideramos um material de extrema riqueza para a compreensão da trajetória da escola do Núcleo. Achamos importante destacar alguns momentos interessantes deste documento onde fica muito evidente o caráter autoritário do inspetor espelhado nas recomendações, vamos acompanhar essas "falas" do inspetor seguindo a cronologia das visitas.

Reveste-se de fundamental importância esses escritos do inspetor, visto ser o mesmo, o porta-voz da educação oficial da época.

Consideramos importante transcrever na íntegra a sua primeira visita, onde ele descreve o andamento geral da escola.

-----  
\* - todas as citações deste item fazem parte do referido documento. Identificamos apenas o ano, no final de cada citação.

## Termo de Visita

"No dia 11 de junho, visitei a Escola Isolada Estadual desdobrada de Núcleo Tritícola Ministro João Cleofar, distrito de Liberata, município de Curitiba, regida pela professora Aury Formighieri, regente de ensino primário, classe F e auxiliar Maria Dolores Cassiano, não titulada, referência V e observei o seguinte:

1º que a matrícula total era de 66 alunos, sendo 57 do 1º ano e 2º ano;

2º que faltaram 7 alunos sendo 6 do 1º ano e 1 do 2º ano;

3º que a escola funciona num prédio do tipo rural, com duas ótimas salas de aulas, 2 gabinetes e portaria. Todas as salas estavam limpas. O mobiliário é ótimo;

4º que esta escola possui o mais completo material didático desta circunscrição, nada faltando, no momento;

5º que a escrituração escolar está em dia e era muito bem feita. Ainda não existe associação escolar, pois a escola está funcionando há apenas 1 mês e meio;

6º que o aproveitamento dos alunos, pelo pouco tempo que estão na escola, é muito bom, em todas as disciplinas do programa, nas 2 séries, nas 2 turmas. Ambas as professoras já possuem bastante prática e conseguiram, proporcional ao tempo que aqui estão, muita coisa dos seus alunos. Estão sendo bem organizados os cadernos de aula. Os alunos que, há mais de 1 ano estão sem escola, estão muito interessados e ao que tudo indica, as condições de ensino serão das melhores possíveis até o fim do ano;

7º que tive, em geral, muito boa impressão

Recomendações: 1) faço os melhores votos que as senhoras continuem a trabalhar com a mesma boa vontade e entusiasmo, como estão começando e tudo irá de encontro as nossas aspirações - que os alunos aprendam muito e sempre; 2) pelo esforço e dedicação de ambas, meus parabéns e que Deus recompense, copiosamente, seus esforços em prol do ensino; 3) enviem-me 2 cópias deste termo.

Núcleo Tritícola, 11 de junho de 1955.

Inspetor Escolar 'p'."

Pelo documento do inspetor, podemos observar que essa primeira visita teve um tom amistoso, de reconhecimento da escola, o que não acontecia em todas as visitas como veremos adiante.

Em 1956 não se registrou nada de novo, apenas o destaque para o bom trabalho dos professores

(...) "não deixo recomendações quanto ao ensino, por que tudo está correndo de modo satisfatório e elogiável mesmo." (registro de 1956)

Pela análise do documento da escola é possível afirmar que estas visitas aconteciam uma vez por ano. Alguns anos, porém, ficaram descobertos nos registros (57 até 60) certamente não foi feita a visita anual.

Nestas visitas o inspetor passava o dia na escola, fazendo ao final as "recomendações", onde era possível apreender as preocupações que apresentavam as autoridades educacionais da época.

Existia uma grande preocupação com a escrituração da escola, sendo mencionada a cada visita:

"(...) a escrituração escolar estava em dia e era bem feita em todas as classes pelas professoras." (1957) A relação que se estabelecia entre as professoras e o inspetor era formal e muito autoritária, as recomendações eram diretas: "siga a maneira como ministrei minhas aulas" ou

"(...) cumpra e faça os alunos cumprirem todas as minhas recomendações." ou ainda: "o programa deve ser seguido e cumprido." (1957) É possível perceber, a partir destas ci-

tações que na escola reproduzia-se as relações de dominação que se estabelecia entre o administrador e os colonos do Núcleo, dessa maneira fechava-se um círculo de poder em torno dos moradores, desde os colonos, os professores e também os alunos.

Por outro lado, aparece com pouca frequência a explicitação dos conteúdos que eram ministrados aos alunos. A ênfase maior era dada à metodologia que deveria ser seguida, para isso eram trazidos modelos

"(...) deixo na escola um modelo do nosso caderno e do quadro de rendimento escolar." (1961)

A preocupação com a concretização das aulas chegava ao exagero

"(...) nenhum professor deveria entrar na sala de aula diariamente sem o material ilustrativo nas mãos." (1963)

Também, é explicitada a preocupação com a vida do aluno, quando diz:

"(...) dê sempre problemas práticos, tirados da vida real dos alunos." (1963) Porém, em nenhum momento, as autoridades do ensino que visitavam a escola, fazem qualquer referência a experiência de colonização que vivia o Núcleo. As "recomendações" que se fazem para essa escola poderiam ser feitas a qualquer escola do Estado, em qualquer região inde-

pendente da sua história produtiva; certamente eram informações que saíam padronizadas da Secretaria da Educação. As citações que seguem são bastante significativas nesse sentido:

"(...) que faça todo o possível para que seus alunos não conversem mais em aula", ou

"(...) durante a aula todo aluno deve prestar muita atenção no que diz o professor", ou ainda:

"(...) exija que todos os alunos façam boa letra e caprichem muito nos exercícios escritos, tanto na aula como em casa." (1963)

Podemos observar a partir das orientações do inspetor, que ao mesmo tempo o que se recomendava rigidez na disciplina, também se estimulava o envolvimento com a vida do aluno. Isso evidencia o pensamento pedagógico que permeava o ensino na época, isto é, algumas vezes reforçava-se o ensino tradicional, colocando o professor como senhor absoluto do processo de ensino, em outras criava-se espaço para o aluno expressar-se, nos moldes da proposta escolanovista.

No Brasil, nesse período, fim da década de 50 e início da década de 60, a prática educativa oscilava entre tendência pedagógica humanista tradicional e humanista moderna. Evidentemente que nos grandes centros já havia uma definição mais clara, isto é, nesse período predominava a tendên-

cia escolanovista, mas alguns educadores ainda nem conheciam essa tendência, permanecendo no ensino tradicional. Além disso, nessa época, "a maior parte das escolas da rede oficial continua sendo do tipo convencional, regendo-se em consequência, em seus traços distintivos, pela concepção humanista tradicional." (SAVIANI, 1985:38)

Essas idéias escolanovistas chegaram também às escolas do meio rural, enfocando uma preocupação com a migração do campo para a cidade.

Ao nível do ideário pedagógico, já nas décadas de 20 e 30, mas principalmente na de 30, o aumento da migração da zona rural para os centros urbanos tornou-se fator de preocupação. A ameaça à instabilidade social que uma migração intensa poderia representar, trouxe para dentro do pensamento educacional que então vigorava, a temática do "ruralismo pedagógico." O pensamento pedagógico era então perpassado pela ilusão da educação como possibilidade "redentora" da humanidade.

A crise da cidade e de sua economia, que se delineava com a intensa migração do homem do campo, trouxe o discurso da valorização desse homem e de seu trabalho, com o intuito de fixá-lo ao campo. Pensava-se que, para resolver o problema do êxodo rural, bastava desenvolver uma prática educativa integrada à realidade e adaptada para as especificidades da cultura local.

As reais condições de vida no campo e os determinantes sociais

que ocasionavam a precária situação de sobrevivência das populações, não eram levados em conta pelos educadores responsáveis pela educação no meio rural.

Essas idéias de "fixação do homem ao campo" tinham um cunho conservador e em muito beneficiaram as oligarquias rurais que necessitavam de braço para o trabalho assalariado.

Essas concepções do "ruralismo pedagógico" permearam os programas que eram desenvolvidos na zona rural em todo o país(2).

Já na década de 50 surgem programas de educação das populações rurais tais como: Serviço Social Rural (SSR) e Campanha de Educação Rural (CNER). "Estes programas surgiram com o objetivo explícito de conter a migração rural-urbana, estabelecendo uma educação especificamente voltada para o meio rural." (CALAZANS, 1985:32)

A implantação destes serviços fazia parte de uma proposta mais ampla no âmbito mundial desencadeado pela guerra fria, nos quais os Estados Unidos prestavam assistência e cooperação com as áreas subdesenvolvidas, como parte de um programa em favor da "paz e liberdade", principalmente através da Organização dos Estados Americanos - OEA, com sede em Washington.

Com esses propósitos o Governo americano expande seus projetos de assistência técnica a muitos países da América Latina, nos meados dos anos 40, findada a II Guerra Mundial (1945).

Segundo Oliveira (1987:38)

"o mundo emerge da guerra com um problema crucial, qual seja o de reconstruir as economias dos países ex-inimigos, a fim de entre outras coisas, evitar uma expansão do socialismo nos países sub-desenvolvidos."

Por conta disso, são feitos acordos de cooperação com o Brasil,

"o acordo sobre educação rural, propriamente, é de 1945 e envolve a Inter-American Educational Foundation, Inc e o Ministério da Agricultura brasileiro. Criou-se então, a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), vinculada ao mesmo ministério. Desse acordo, surgiu a idéia da criação de "missões rurais, para atingir a população do campo." (CALAZANS, 1985:450)

Desenvolveu-se também no país, nessa época (45-50) o Serviço Social, que ocupava-se do Desenvolvimento de Comunidade, suas funções sociais eram destinadas principalmente para às populações das áreas rurais.

Assim, foram muito os programas que voltaram-se para a educação das populações rurais que visavam "levar a educação e o bem-estar a essas populações, integrando-as à civilização".

Essas ações associadas a ação educativa da escola formavam um círculo de poder em torno dessas populações mantendo-as acomodadas e sem riscos maiores de conflitos.

"Com esses programas observar-se-ia, então, a ampliação e especialização dos aparatos de controle federal nas áreas sociais; educação, saúde, previdência, relações de trabalho, assistência rural, entre outros.

No período de abertura democrática dos anos 40 e 50, alguns traços anteriores são mantidos: retórica nacionalista, "concepção burocrática sobre a natu-

reza e o papel do Estado na condução do processo de desenvolvimento". Havia uma continuidade do intervencionismo, sob a especificidade do nacional-desenvolvimentismo, coexistindo paradoxalmente com uma prática internacionalista de associação com o capital monopolista tradicional. No plano econômico-social, uma estratégia de crescimento e diversificação tendencialmente concentradora.

(...) cautelosa no sentido de assegurar uma moderada distribuição da renda

(...) capaz de ampliar o mercado interno. No plano político-social, tenta-se acomodar interesses das massas urbanas e dos empresários, nacionais e estrangeiros. Sob a égide de tal ideologia nacional desenvolvimentalista, propicia-se um clima de convivência política, aparadora das arestas capazes de suscitar confrontos ou conflitos." (CALAZANS, 1985: 48)

Essas concepções norteiam também a escola do Núcleo, tais propostas aparecem diluídas nos conteúdos de modo geral. Nos registros em análise estão explicitados nos escritos do inspetor, de novembro de 1962 "(...) está em funcionamento o Clube Agrícola."

A proposta que está implícita na ideologia do clubismo, estava voltada para o fortalecimento do "ruralismo pedagógico." Vale a pena ressaltar que a idéia do clubismo, embora explicitamente pretenda significar uma tentativa de promover a coesão social, na verdade se insere no âmbito rural como uma forma de propiciar contatos que permitam maior controle.

Nesse sentido,

"o clubismo tem o alcance de reduzir o âmbito dos contatos, tentando uma ação centrípeta sobre os

mesmos, limitando sua área de concorrência, para modificar sua linguagem, que no espaço dado, teria que ser a provinda do alto para baixo. (...) assim sua forma pretende determinar os conteúdos predeterminados, ainda aqui a ilustrar o 'dirigismo' de tais iniciativas." (CALAZANS, 1981:52)

Como já destacamos ao longo da análise da experiência do NTC as ações governamentais ali desenvolvidas tinham um forte caráter autoritário. Os "benefícios" que o Clube Agrícola oferecia eram mais um elo dessa corrente de intervencionismo que fechava naquela localidade. As relações do inspetor com os professores era um exemplo desse autoritarismo, era repetido inúmeras vezes nas "recomendações" do inspetor: "cumpra e faça cumprir todas as minhas recomendações." (1963)

Em 1964 as recomendações estavam mais direcionadas para as questões administrativas não merecendo maiores destaques.

É importante situarmos novamente, que apesar do enfoque no "interesse da criança", nunca o inspetor ou professores fizeram referência à experiência de colonização que ali desenvolvia-se e que era muito significativa para toda a região, tanto na produção como na pesquisa agrônômica. Isso fica evidenciado no que publicou-se em 1958 pelo Ministério da Agricultura, referindo-se ao NTC:

"O estabelecimento colhe safras de trigo, milho, arroz, batata, feijão, produtos hortícolas, leite etc... e trabalha com 3 tratores, 3 veículos automotores, possuindo gado leiteiro, suíno e outros animais domésticos, pomar, hortas, etc.

Além disto, no domínio da ciência agrônoma, o Núcleo realiza ensaios experimentais para a orientação de seus próprios trabalhos de exploração agrícola, ou em colaboração com diversos órgãos técnicos, tendo por fim a racionalização da lavoura do trigo e outras." (BAYMA, 1960:260)

Também toda a Guerra do Contestado, acontecimento que marcou profundamente a vida da região, não é mencionado em nenhum momento pela escola, nesses registros.

Na experiência autoritária que implantou-se no Núcleo não cabia a história dos homens que ali viviam, ao contrário, esquecendo a sua história a população fica mais vulnerável à dominação. Por outro lado, toda a vida produtiva da localidade girava em torno da Cooperativa, mas a escola não tinha uma prática que integrasse em seus currículos esse fato.

A única referência que se faz a uma atividade voltada para as peculiaridades do meio, está assim colocada: "a escola está sendo beneficiada pelos "Voluntários da Paz" - Convênio Brasil - Estados Unidos - nas pessoas de "(...) extensionistas que executam os trabalhos de atividades manuais e preparo de lavoura. Auxílio grande assim é emprestado às ciências e trabalhos manuais." (1965) A referência está posta dessa forma sintética não oferecendo maiores detalhes do tipo de outros benefícios que trazia à escola o tal "convênio". Este trabalho na escola fazia parte dos Acordos Brasil - Estados Unidos a que já nos referimos anteriormente.

A área da educação e saúde rural, ganhava sempre um destaque

nesses Acordos, segundo discurso oficial os objetivos eram "atender as necessidade de sanear os campos e educar as suas populações." São áreas vitais para a sobrevivência das populações rurais e urbanas e esse fato facilita a participação e a aquiescência dessas populações, facilitando também a manipulação ideológica.

Como já afirmamos, as propostas educativas destinadas às populações que viviam na zona rural, sempre serviram para fortalecer a dominação a essas populações. Galazans (1981:171) afirma que,

"examinando-se as propostas de educação rural, desenvolvidas no Brasil, pode-se constatar, na sua grande maioria, uma inadequação, face às aspirações (necessidades) das populações. Este fator sugere questões quanto ao gasto público e o custo humano em novos programas, que viessem a repetir os mesmos caminhos fundados em intenções que não parecem responder aos projetos de vida das populações que intencionalmente seriam atingidas."

Nessa mesma direção caminham as políticas governamentais quanto a escola no meio rural. Essa escola de modo geral, sempre esteve muito abandonada pelos poderes públicos, esteve à mercê das ingerências do poder local, predominando a vontade das oligarquias. E a difusão do ensino na zona rural, nem sempre foi interesse dessas oligarquias, não é por acaso então, que as verbas para a educação no meio rural sempre foram insuficientes, bem como, as condições de funcionamento das escolas.

As ações do Estado nessa área, sempre foram insuficientes diante das necessidades reais das populações campone-

sas. Essas ações quando existiram, não conseguiram tirar do abandono a que historicamente tem sido relegada à escola do meio rural. Porém, sempre foi lembrada nos discursos oficiais, quando se necessitava dela, para dar sustentação aos discursos da ideologia dominante, desde os tempos do "ruralismo pedagógico." Até a década de 80 os discursos oficiais ainda carregam o propósito intervencionista em relação ao meio rural. Reconhecendo ser no meio rural que se encontra um dos maiores focos de pobreza, o MEC destaca no II Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-1985 (III PSECD) como prioridade um, a escola no meio rural.

Assim, nos discursos oficiais a educação no meio rural aparece sempre com o mesmo tom autoritário, paternalista, levando sempre "atendimento às famílias pobres" nas "regiões economicamente subdesenvolvidos" tendo como objetivo o "bem-estar" do homem rural. A escola do Núcleo está bem situada nessa perspectiva, pois nasceu no seio do intervencionismo do Estado. A sua história como as demais escolas do meio rural é marcada também por esse abandono-controlado, isto é, uma vez por ano aparecia o inspetor.

Nessa rotina de escola rural isolada (literalmente) os acontecimentos importantes eram as visitas dessa autoridade, isso fica muito claro nos registros do próprio inspetor, quando diz: "voltarei, se Deus quiser, brevemente a esta escola, para então, com todo sossego e tempo, verificar in loco, cuidadosamente, as condições do ensino em cada classe,

para dar parecer mais detalhado e as respectivas recomendações. Peço encarecidamente a cada professora que tenha até a minha próxima visita, todo o esforço e entusiasmo possíveis, para melhorar as condições do ensino nas quatro séries." (1961) (grifos nossos)

Com "recomendações" desta natureza, certamente que a volta do inspetor era aguardada com muita ansiedade; via de regra, toda a visita do inspetor em qualquer escola pública, era motivo de "arrumação geral da escola", muitos de nós, alunos destas escolas, temos na memória estes fatos.

Os inspetores cumpriam uma função de controle muito semelhante ao papel desempenhado pelo supervisor que controla a produção na fábrica pois

"a entrada em cena dos especialistas de ensino é fruto, entre outras coisas, do crescente acesso à escola de amplas camadas da população que antes dela estavam excluídos, da complexidade burocrático-administrativa das escolas e do tecnicismo que passa a influenciar cada vez mais a educação brasileira. A divisão técnica do trabalho pedagógico se dava em um momento de plena expansão do capitalismo monopolista, que tende a taylorizar e fragmentar o trabalho em praticamente todos os domínios da vida social. A escola, como parte integrante e inseparável da totalidade social, não poderia ser exceção a esse imperativo do capitalismo. Ao contrário, a escola passa a reproduzir dicotomias muito parecidas com aquelas encontradas no trabalho fabril: separação entre alguns que pensam, planejam e concebem o trabalho pedagógico (especialistas) e a maioria que meramente executa o trabalho pensado por outros (professores). O que se busca com isso, é uma maior racionalidade e eficiência do processo ensino-aprendizagem, mas o que se consegue é um esvaziamento do fazer pedagógico." (FRANCO; 1987:66)

É interessante destacarmos que nos escritos do ins-

petor, não aparece registro, em nenhum momento, de alguma forma de trabalho com os pais dos alunos.

É possível que os assuntos relativos fizessem parte das discussões gerais que eram feitas pelo Administrador do Núcleo, como mostra esse relatório dos trabalhos da administração.

"(...) procura reunir todos os membros da comunidade, mensalmente, para discutir seus problemas e manter vivo o entusiasmo pelo seu progresso e bem estar." (BAYMA, 1960:262)

Como os professores moravam na comunidade (vinham de fora e passavam a morar ali em casas construídas pela Cooperativa) o envolvimento com os pais era muito facilitado pois eram promovidas muitas atividades de lazer no Clube que reunia todos os colonos e lideranças da localidade.

Pode-se observar nos relatórios, que havia uma rotatividade grande dos professores, são muitos os nomes que aparecem nas avaliações do inspetor. Também, aumentava o quadro de professores, por conta do aumento do número de alunos, em 1965 o total da matrícula elevou-se a 138 alunos, um número significativo para uma escola no meio rural.

A população do Núcleo era grande, em 1960 girava em torno de 128 famílias. Portanto, a demanda escolar, era considerada grande. Já em 1962 a escola passou a ter quatro salas de aula.

A frequência das crianças preocupava também o inspetor que registrava a cada visita: "as classes que tiveram

frequência reduzida foram as classes da tarde (59%) ou "faltaram seis alunos do 1º ano e dois do 2º, num total de oito alunos." (1966)

Não mencionam-se as possíveis causas das faltas, que certamente estavam relacionados com época de colheita, tempo de plantio, época de chuva e distâncias, como é frequente nas zonas rurais.

Esses alunos, quando concluía a 4ª série do 1º grau, passavam a estudar na escola básica de Frei Rogério (outro distrito de Curitiba) distante seis km do Núcleo.

Era grande o número de alunos que continuava os estudos nessa escola, fazendo esses seis km na maioria das vezes a pé. Isto acontece até hoje, pois a escola do Núcleo só oferece as séries iniciais, apesar de ser uma reivindicação permanente dos moradores a ampliação da terminalidade. O governo estadual alega que não tem número de alunos suficiente para a ampliação, os moradores provam que têm e os alunos continuam andando a pé, ou abandonando os estudos na 4ª série, principalmente as meninas, que os pais acham que já "aprenderam o suficiente", como é voz comum no campo."

Nesses anos todos (1955-1968), desde a sua fundação, a Escola do Núcleo tem vivido uma trajetória comum a algumas escolas rurais do país. Talvez difere de algumas na infraestrutura, pois a Cooperativa sempre manteve a escola em ótimas condições de funcionamento.

Do ponto de vista pedagógico, foi igual a outras

escolas da região, isso é possível afirmar pela análise dos relatórios registrados (de 1955 a 1968) e pelos depoimentos informais de alguns moradores que foram alunos dessa escola. Eles têm poucas recordações da escola, lembram das professoras, das visitas do inspetor e dizem que "naquele tempo o ensino era mais puxado."

Hoje, a escola continua sendo multisseriada com duas professoras tituladas, que atuam naquela escola desde 1970, estando em fase de aposentadoria.

O número de alunos é inferior ao daqueles tempos, em torno de 80 alunos (a localidade sofreu muitas transformações populacionais ao longo dos anos, como já foi visto). Continua sendo visitada pelos inspetores estaduais que continuam fazendo as suas recomendações, quem sabe algumas iguais às daquela época(3).

### 3.3 - A Escola Vista Pelos Sujeitos da Resistência

Os homens e mulheres que hoje fazem a história do NTC, integrantes da Associação na sua maioria, não frequentaram a escola do Núcleo. Como muitos chegaram há pouco tempo na localidade, eles viveram suas experiências escolares em diversas regiões. Das 25 pessoas entrevistadas que compunham o grupo na época, (1987), apenas nove estudaram na escola da localidade.

O nível de escolaridade do grupo é variado: uns frequentaram a escola durante um ano, outros fizeram até o "ginásio" (8ª série do 1º grau) e até aqueles que nunca frequentaram a escola. Os que passaram pouco tempo na escola falam com tristeza do fato:

"... quando eu quis pegar o caminho da escola, eu já tive que deixar, para ajudar o pai a ganhar, sobreviver com aquela turma de piazzada, todo ano era um e a mãe era muito doente. Eu até de raiva de me tirarem tão cedo da escola, até abandonei o gosto pelo estudo." (trabalhadora D)

Outro diz que "... pois olha, eu tive três meses de aula, eu aprendi as minhas custas." (trabalhador A)

Outro ainda "... eu não tive um dia de aula, não tive quem me ensinasse nada." (pequeno proprietário A)

São mais raros os casos daqueles que conseguiram avançar além das quatro primeiras séries do 1º grau. Os que o fizeram, abandonaram pelas mesmas questões do primeiro depoi-

mento, ou seja, ajudar a família:

"eu estudei até a 7ª série, aí tive que abandonar os estudos porque a mãe era doente, o pai era empregado e eu tinha que tomar conta de casa." (trabalhador F)

Todos os trabalhadores entrevistados que foram à escola, valorizam muito essa experiência, atribuindo um grande significado aos conhecimentos ali adquiridos como nesse depoimento: "eu acho que tudo que eu sei hoje, partiu da escola." (trabalhador C)

Por outro lado, os que nunca estiveram na escola lamentam muito concretamente essa falta, como neste depoimento:

"certas ocasiões careceu de eu perguntar várias coisas prá esta ou para aquela pessoa, prá eu ficar sabendo", (...) Quando veio um filme ali no salão (como tem vindo) eu olho aquela letrada, um bicho, uma pessoa e coisa e tal, mas as pessoas não sabe nada o que está ocorrendo ali, né? Agora, pelas letras, a pessoa que sabe tá lendo, tá vendo o que é, o que não é." (pequeno proprietário A).

O depoimento acima é reforçado por muitas outras falas que enfatizam a importância indiscutível da escola. Estes trabalhadores vêem na educação a possibilidade de adquirir um saber importante para a sua inserção na vida produtiva e como instrumento de participação política.

Assim respondeu um trabalhador sobre a importância da escola:

"ah! é muito importante, porque se eles (os filhos) não aprenderem na escola, aí quando eles ficarem homens, como é que vão se virar, sem saber ler, es-

crever, sem saber fazer uma conta prá fazer um negócio." (trabalhador G)

A idéia inicial de escola que alguns trabalhadores explicitam está associada a idéia de ascensão social, isto é, à medida que o trabalhador qualifique-se na escola, terá garantida a sua sobrevivência.

Nessa perspectiva, a educação é vista como investimento econômico onde o conhecimento que uma pessoa tem, vem a se constituir numa forma de capital.

A ideologia capitalista que perpassa essa concepção faz com que valorizem-se em sociedades capitalistas a escola e outras agências educativas, pois quanto maior a produtividade, maiores rendas.

"A concepção do capital humano, postula que a educação e o treinamento potenciam trabalho e, enquanto tal, constitui-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico. Um acréscimo marginal de treinamento, de educação, corresponderia a um acréscimo marginal na produtividade do indivíduo.

Do investimento em educação redundariam taxas de retorno sociais ou individuais. Há nessa concepção um vínculo direto entre educação e produção. O que se discute é apenas se esse vínculo se dá mais a nível do aprendizado de habilidades, do desenvolvimento de atitudes funcionais ao processo produtivo. A partir dessa concepção linear deriva-se, a ideologia burguesa do papel econômico da educação. A educação e qualificação aparecem como panacéia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não qualificação." (FRIGOTTO, 1984:136)

Dessa maneira, aparecem nas falas dos trabalhadores essas concepções eivadas pela ideologia dominante.

Porém, à medida que esse trabalhador vai adquirindo

uma concepção crítica da sociedade, vai pensando à educação noutra perspectiva:

"é importante que os filhos dos trabalhadores estudem, para não serem logrados." (trabalhadora E); ou

"(...) porque é à medida que nós vamos estudando, nós vamos descobrindo as sujeiras que existem e a maneira que eles ( as autoridades) fazem para enro-  
lar o pessoal." (trabalhador C)

Com o crescimento das formas de organizações no campo, reunidas em torno dos novos movimentos sociais, que já vimos no capítulo II, está havendo uma compreensão crítica acerca do saber acadêmico, isto é, o trabalhador sabe que acessando ao saber formal, mais força política ele tem, possibilitando assim uma maior interferência na sua realidade. E a escola seria uma forma concreta dos seus filhos adquirirem esse saber acadêmico. Os trabalhadores têm muita clareza da necessidade desse saber, pois quando eles não o têm lamentam.

"(...) é uma comparação: quem não aprendeu a pessoa tem que estar na escuridão." (pequeno proprietário A)

Porém, a escola valorizada por esses trabalhadores não é a escola que eles têm hoje (bem concretamente a escola que frequentam as crianças do NTC) pois a escola que é oferecida às populações que vivem no meio rural, de modo geral, não atende às expectativas dos trabalhadores, historicamente,

"no que tange as questões tomadas como específicas da educação no meio rural, a política educacional brasileira tem-se mantido, na forma e no conteúdo,

tradicional e conservadora, melhor dizendo, desigual e excludente." (cf. FONSECA, 1989)

Sendo assim, essa escola se coloca no extremo oposto do conceito de educação, criado na prática de luta dos trabalhadores.

Esses trabalhadores colocam a necessidade de melhoria da escola, no conjunto das demais reivindicações pela melhoria da qualidade de vida da classe, extrapolando a condição de um grupo social insatisfeito, com determinada situação que diz respeito à vida cotidiana de cada um de seus indivíduos. Sua luta está voltada para a elaboração de propostas coletivas para viabilizar um projeto político de classe voltado para a sociedade global onde se situa.

Essa trajetória de resistência e luta, considerada aqui

"como o processo educativo por excelência, é atravessada de ponta a ponta pela tomada de consciência progressiva do lugar ocupado pelo grupo na estrutura social, o que corresponde à passagem de uma consciência individual para uma consciência de grupo e desta para uma consciência de classe (sentido marxista de "classe par si"), que é o estágio fundamental de uma consciência social numa sociedade fundada no antagonismo de classe." (CALDART, 1987:25)

Dessa maneira, fica muito claro no depoimento dos trabalhadores que a escola como está, não está atendendo as suas expectativas, enquanto classe para si, as reclamações são inúmeras, algumas muito claras, outras necessitando ainda de maiores reflexões.

"(...) a escola é importante, só que a gente gosta-

ria que mudasse um pouco esse tipo de ensino." (trabalhador C);

"(...) é um estudo que para a colônia, para a gente pobre assim, ele não tem vantagem." (trabalhadora E);

"(...) a escola hoje, principalmente na nossa região, ela não tem nada com a luta do trabalhador, ela não educa o filho do trabalhador prá ser um jovem firme, um jovem para o futuro." (trabalhador B)

Nas suas lutas os trabalhadores vão adquirindo a consciência dos seus direitos, questionam as propostas do poder público e no caso específico da escola, reconhecem sua importância, mas questionam suas propostas apesar de não terem ainda clareza de como poderia ser essa escola. Como já vimos, as carências da escola pública são inúmeras e crescem mais ainda no meio rural onde a ação escolar é conhecidamente ineficiente. A insuficiência de equipamentos básicos de trabalho e o distanciamento existente entre a formação do professor e a realidade concreta em que ele atua, são exemplos de fatores que dificultam, ou mesmo impedem, a aprendizagem das crianças. De modo geral, os problemas encontrados nas escolas públicas de área urbana que dificultam o trabalho pedagógico não diferem muito daqueles encontrados no meio rural.

A partir dos compromissos que assumem os trabalhadores que lutam por melhores condições de vida na cidade e no campo, aumenta a distância entre o saber elaborado nos movimentos e o saber ensinado pela escola.

Entre as queixas mais frequentes aparece a falta de compromisso da escola com a luta dos trabalhadores como nestes depoimentos:

" (...) a escola não dá noção nenhuma de uma associação que existe no lugar, no município, ou no Estado. Então o aluno que frequenta a aula hoje, principalmente em nosso município que nenhum professor fala de organização, então não vai pegando a noção de nada." (trabalhador C)

" (...) eu acho que a escola não contribui em nada para a vida do trabalhador. Eu vejo que se põe na cabeça da criança que o pequeno tem que sofrer." (Trabalhadora E)

" (...) as crianças não sabem o que é uma Constituinte, as crianças não sabem o que é um Movimento, não sabem o que é uma Luta." (trabalhador B)

Na sociedade capitalista todo o saber é necessariamente um saber que corresponde a determinados interesses de classes, assim sendo é sempre um saber socialmente determinado. E por isso contém em seu interior uma questão de poder e de dominação.

Nesse sentido, "para analisar a educação em práticas concretas, em situações definidas, é forçoso pensar no saber social que aí está sendo elaborado e apropriado, isto é, é necessário ficar atento aos interesses representados na prática educacional efetiva, pois nela não se produz o saber em geral, mas o saber adequado a tais interesses." (GRZIBOWSKI, 1984:12)

Nessa mesma direção se encaminha outra questão que aparece com frequência na fala dos trabalhadores acerca do ensino da matemática:

"Para o homem do campo deveria se ensinar a ler e escrever, as quatro operações, conta de roça, metragens de cerca. Eu vou cercar uma área aqui, vou precisar de quantos rolos de arame? Isso tudo o colono precisa saber. Isso aí é que interessa para o homem da roça. Esse homem só pode por um dos filhos a estudar e ele vai aprender besteira lá; raiz quadrada versus não sei o quê, isso não diz nada." (trabalhador C)

"Sobre raiz quadrada, isso aí, eu nunca ocupei, porque o que a gente precisa saber é dividir, subtrair, não tem que eliminar parênteses, sei lá o quê. Então se elas ensinassem a mediar um pedaço de terra, cubar madeira, seria muito mais aproveitado." (trabalhador F)

"A escola deveria ensinar uma coisa mais forte. Porque tem uns que estudaram até 8ª série e vão fazer uma conta de roça, não sabem, vão fazer uma conta que tem que pensar, medir, não sabem colocar os números. Aqui no interior os professores tinham que puxar mais isso. Os filhos dos pobres têm que aprender o tratamento da terra, como é que trabalha, como é que faz; (...) Isso aí eles (professores) esquecem, eles ensinam coisas que servem se for trabalhar num comércio; se não vão trabalhar nisso, perdem todo o ensino, vão trabalhar na roça e até esquecem tudo o que aprenderam." (trabalhadora D)

"No meu tempo de escola, se aprendia matemática, a matemática mesmo, com números, né?" (trabalhador B)

Essa questão do ensino da matemática nas escolas que atendem às camadas populares, merece um estudo mais profundo, para além dos limites do presente estudo.

Nos estudos que vêm se fazendo da questão(4) se conclui que

"o ensino da matemática se faz, tradicionalmente, sem referência ao que os alunos já sabem. Apesar de todos reconhecermos que os alunos podem aprender sem que o façam na sala de aula, tratamos nossos alunos como se nada soubessem sobre tópicos ainda não ensinados." (CARRAHER, 1983:54).

O problema agrava-se quando o que se ensina nada tem a ver com a prática desses alunos.

"(...) de especial interesse para a educação é o fato de que, apesar de receberem instrução formal sobre como calcular o volume de objetos e de resolverem problemas escolares sobre esse tópico, os aprendizes não conseguem utilizar esse conhecimento escolar para solucionar problemas práticos. Parece então que a aprendizagem de matemática e a resolução de problemas, se não estão diretamente relacionados com a solução de problemas práticos, não são facilmente transferidos para a prática." (SCHUMANN, 1988:56).

A abordagem dessa questão do ensino da matemática também passa, necessariamente, pela compreensão da função da escola enquanto um espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação dos sujeitos envolvidos na organização do processo de trabalho. Segundo Giroux (1986:161)

"a marca da sociedade e da cultura dominante é impressa em duas variedades de práticas escolares, isto é, a linguagem oficial, as regras da escola, as relações sociais na sala de aula, a seleção e a representação do conhecimento escolar, a exclusão de capital cultural específico etc. é desnecessário dizer que ela não é simplesmente ou imposta sobre a consciência ou sobre as ideologias dos oprimidos. É sempre mediada; algumas vezes rejeitada, algumas confirmada."

Assim, enquanto nega esse capital cultural específico, a escola exerce a dominação sobre esses homens que dela tanto necessitam na organização do seu processo de trabalho.

Nesta questão é importante evidenciar, mesmo que pareça óbvio, que não estamos reforçando o que muitos autores chamam de escola adaptada, isto é, uma escola que apenas

adapta os alunos às exigências da estrutura social. Não estaríamos dizendo que o ensino da matemática, por exemplo, deva servir apenas para o aluno aprender a trabalhar no campo.

Nossa perspectiva é a de que partindo do seu cotidiano, amplie-se o seu universo em direção ao saber sistematizado.

Nas falas dos trabalhadores aparecem questionamentos em relação a escola como um todo, e também quanto a atuação dos professores. A respeito da atuação dos professores, as opiniões são divergentes:

"(...)já vem de cima, tem lei que não é permitidas não pode tomar partido (nas causas dos trabalhadores) não pode demonstrar o que pensa, né? Elas (professoras) são submissas não podem se manifestar" (trabalhador G); ou

"Aqui na nossa região existem pessoas que se dizem administradores de estudos e não estão nem aí com o estudo verdadeiro, estão ali, simplesmente para ganhar um ordenado" (trabalhador B);

"(...) quer dizer que principalmente os educadores não se preocupam com a situação" (trabalhador C).

Apesar disso ainda se espera muito dos educadores,

"(...)o futuro que a gente está vendo aí é preto e se eles não clarearem, se os educadores não ajudarem a clarear esse futuro aí, nós estamos perdidos." (trabalhador B).

A situação do professor que atua nas escolas públicas, de modo geral, é muito precária.

Historicamente, esse profissional, vem sendo esmagado pelas condições de trabalho oferecidas pelo Estado. Calazans (1987:12), considera que

"a situação funcional do professor do meio rural é normalmente constrangedora. Nas discussões sobre a escola já se tornou redundante repetir o quadro de restrição ao qual esse educador é submetido pelo Estado. Sua preparação é suficiente para a transmissão de conhecimentos aos alunos de programas formativos dentro dos princípios da escola universal; a forma de seu enquadramento funcional é inadequada; a sua remuneração é extremamente expropriadora.

Tais condições impossibilitam-no de desenvolver uma proposta educativa em concepções modernas, além de impedir que viva como cidadão, construindo-se no processo para uma atuação coerente, técnica e politicamente engajada nos movimentos sociais de sua categoria profissional."

Dessa maneira, as expectativas que grande parte da população demonstra ter no professor, esbarram, nas dificuldades concretas que influenciam diretamente no seu trabalho. É difícil para o professor construir, juntamente com seus alunos, o caminho da cidadania, sendo que ele próprio não é um cidadão.

Na escola do Núcleo também são essas as condições de trabalho dos professores. As expectativas dos trabalhadores em relação a uma escola comprometida com suas lutas, está bem distante. Na fala da professora(5) isso fica muito evidente, quando indagada sobre a relação que ela estabelece entre a vida da Associação João Maria e os conteúdos da escola, ela respondeu:

"olha, a gente tem falado muito pouco, porque a maioria dos alunos não são filhos das pessoas que participam do grupo, então se a gente começar a falar muito disso aí, já vai criar polêmica, confusão entre a gente e os pais, então a gente só fala em reunião, sindicatos, que tem que se organizar, cooperativas... Que nunca é demais assistir uma reunião, cada reunião que a gente assiste vai apreen-

dando um pouquinho, né? E então a gente está sempre orientando dessa maneira. Desde pequeno eles devem estar ao par dos acontecimentos da localidade, do município e em geral do Estado e do país todo, por que todos os dias as coisas estão mudando.”  
(professora)

No depoimento, fica clara a omissão da professora nas lutas políticas do grupo, apesar dela também fazer parte indiretamente do mesmo, pois é esposa de um dos membros. Não há comprometimento por parte dela, para não gerar polêmica entre ela e os pais

Porém, teoricamente ela concorda que os conteúdos devam estar voltados para a vida do campo.

“(...) Aqui como é interior a gente procura dar aquilo que vá ajudar ele futuramente. Não adianta estar enchendo a cabeça dele (aluno) de conhecimentos que eles não vão aproveitar, então a gente já procura dar as coisas de acordo com a necessidade da região, do lugar que vive e isso aí é a base, acho que os conteúdos deveriam ser dados de acordo com as necessidades da região”.

A relação que a professora faz, na prática, com a realidade econômica da região, é assim sintetizada por ela:

“(...) falamos para valorizar o trabalho dos pais, de economia, custo de vida, que um caderno está custando caro e que eles têm de graça, então que cuidem, não arranquem folhas, que se fosse para os pais comprarem, teriam muitos pais que não poderiam comprar; Então a gente está sempre falando, incentivando na economia, no capricho, na ordem...”

Quando analisamos as expectativas dos trabalhadores e as falas da professora fica evidente o descompasso. A professora enquanto intelectual<sup>(5)</sup> integrada nesse contexto desempenha o papel que Giroux chama de intelectual adaptado, isto é,

"os intelectuais adaptados adotam uma posição ideológica e um conjunto de práticas materiais que sustentam a sociedade dominante e os grupos de elite. Tais intelectuais não estão, geralmente, conscientes desse processo, uma vez que não se definem como agentes do status quo, embora sua postura política promova os interesses das classes dominantes. Essa categoria também se define em termos que sugerem ser livre de amarras, distante das incertezas geradas pelos conflitos de classe e pelo engajamento político. No entanto, a despeito de tais racionalizações, esses intelectuais funcionam principalmente para produzir e mediar, acriticamente, idéias e práticas sociais que servem para reproduzir o status quo. Esses são os intelectuais que denunciam a política, enquanto simultaneamente, "recusam-se a correr riscos." (grifo nosso) (GIROUX: 1988:24)

Diante dos questionamentos que fazem os trabalhadores, acerca da escola, a sua contribuição nas causas dos homens, do campo fica muito reduzida. Pensam alguns trabalhadores até, que da forma como ela está hoje, não contribui para a formação dos cidadãos:

"(...) pois olha, a escola até hoje, no meu pensar, não contribui. Invés de ela contribuir com a nossa sociedade, nós é que temos que contribuir com ela, para que ela possa ser escola." (trabalhador E).

Como já dissemos, a escola no meio rural é um arremedo e não uma escola propriamente dita. Historicamente essa escola vem sendo tratada nas políticas educacionais com "as sobras" e sempre esteve associada à prática política clientista, servindo pois, aos interesses dominantes.

As condições de funcionamento sempre foram péssimas, muitas vezes funcionando na casa da professora, sem mobiliário adequado, nem material didático.

Algumas vezes ela funciona pelas mãos dos pais dos alunos,

isto é, eles a mantêm, quase na totalidade. Isso os trabalhadores fazem por extrema necessidade, pois caso contrário não terão escola para os filhos.

"(...) A escola, se não é nós os trabalhadores organizar, fazer um esforço... porque a escola é só uma casa, aí precisa os pais ir fazer a casa do professor, fazer os cercados, fazer a horta, os pais têm que fazer uma diretoria para sair e arrecadar convênio para manter essa escola. Então, a vantagem que tem a escola é que as professoras dão aula para a piaçada, o mais é nós quem temos que levar pra ela." (trabalhador E)

A "vantagem" que o trabalhador aponta ainda é relativizada num outro depoimento que diz que "a escola deveria ensinar coisa que fosse útil" (trabalhador F)

Nas falas analisadas fica claro, portanto, a expectativa depositada na escola, a sua importância como garantia de acesso ao conhecimento sistematizado, que leve em conta o saber produzido pelos trabalhadores. Que a escola possa garantir também as condições satisfatórias para aprender a ler, escrever, contar e calcular, tendo a clareza de que o acesso ao saber sistematizado representa para o trabalhador uma oportunidade de se submeter menos, aos processos de exploração.

Como já dissemos, os trabalhadores colocam as suas reivindicações pela melhoria da escola no bojo das reivindicações pela melhoria das condições de vida na sociedade de forma ampla.

Da mesma forma já são percebidas pelos trabalhadores as causas da precariedade da escola hoje, isto é, as re-

lações sociais produzidas numa sociedade exploradora impedem que o trabalhador tenha acesso aos bens culturais aqui produzidos, isso ficou claro nos depoimentos analisados.

Nesse sentido, é imprescindível admitir que

"não é possível pensar as questões educacionais brasileiras fora do âmbito da relação Estado e sociedade, pois é no interior dessa relação que se define a natureza das relações Estado e classes subordinadas, que, no Brasil, histórica e tradicionalmente, vem-se dando por via de exclusão política. As questões das classes subordinadas, logo só podem ser entendidas como questões inerentes a este quadro." (FONSECA, 1989:32)

Dentro do estágio de consciência em que encontram-se os trabalhadores do NTC essas questões são apreendidas e quando se explicitam as causas da deficiência da escola, eles manifestam dessa maneira:

"(...)ó sistema capitalista não quer que os filhos dos agricultores estudem. Porque é a medida que nós vamos estudando, nós vamos descobrindo as sujeiras que existem e a maneira que eles fazem para enrolar o pessoal." (trabalhadora E)

"(...) então tudo isso vai levando o povo brasileiro a ficar naquela ignorância e isso favorece o governo, que é isso que ele quer mesmo." (trabalhador C)

"(...) prá mudar o sistema de educação, isso aí o governo não vai mudar nunca. O povo organizado é o maior mal prá eles é a arma mais perigosa." (trabalhador B)

"(...)Partindo do governo já né... prá eles quando menos as pessoas souberem é melhor, né." (trabalhadora C)

"(...)Enquanto nós tivermos vivendo numa sociedade que não respeita o trabalhador, o trabalhador é explorado, o filho do trabalhador é explorado; de cima não vem nada, isso depende da organização." (trabalhador B)

Assim, de acordo com sua concepção de mundo e de sociedade, os trabalhadores explicitam a função social da escola na sociedade capitalista, isto é, enquanto instituição social inserida na sociedade que reflete no seu interior as determinações e as contradições dessa sociedade. E nessa perspectiva a escola poderia além de reproduzir a dominação contrapor-se a essa dominação, o que poderia contribuir para a articulação de práticas emancipatórias.

Fica claro, que esses trabalhadores não dependem da escola para avançar na sua luta.

Eles explicitam que também se aprende fora da escola.

"(...) acho que essa piazada que vive numa luta, eles já vêm aprendendo. Você discute com eles e eles já sabem responder no pé da letra tudo. Eu acho que essas crianças que crescem na luta, como os nossos aqui, eles já são verdadeiros revolucionários e já discutem com qualquer um em qualquer parada." (trabalhadora E)

Sobre o aprendizado que o grupo possibilita o trabalhador assim se coloca:

"(...) debater diretamente com o mundo do capital aí, com o governo, com secretários, a gente nem sabia como é que se faziam esses rolos, a gente meio cru foi adiante."

O trabalhador vai ganhando consciência das suas possibilidades e força enquanto um coletivo

"pois o homem do povo pensa, que, no meio de tantos, ele não pode se equivocar radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com

as dele, mas que - em seu grupo - existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário." (GRAMSCI, 1984:26)

Dessa maneira existem espaços de saber em que o trabalhador vai adquirindo um saber social, indispensável para a sua articulação enquanto classe social. Porém, o saber oferecido pela escola poderá possibilitar uma melhoria de qualidade no seu desempenho enquanto membro do coletivo e cidadão.

Evidentemente,

"que os movimentos sociais, nos quais os trabalhadores rurais e as classes populares investem e neles estabelecem suas correlações de força e buscam respostas para as suas reivindicações, não emergem e se mantêm dentro da escola.

Seria uma inversão de valores atribuir à instrução escolar a promoção de movimentos sociais. O que se pretende aqui é defender a forma expressiva de como a escola pode apontar para caminhos de democratização, de despertar de consciência para a sinalização de avanços que façam valer as reivindicações populares das classes sociais no campo. Nesta perspectiva, a escola poderá vir a ser o espaço de interação onde as classes populares definam com o Estado suas relações, para a manutenção de uma educação básica unitária, adequada às condições e diferenças regionais pertinentes à realidade onde se situa. Escola que alie princípios de universalidade e democracia." (CALAZANS, 1987:25)

A concretização de uma escola nessa perspectiva parece estar muito presente nas falas dos trabalhadores quando apontam as suas concepções de uma escola que realmente esteja comprometida com as suas causas.

"(...) Acho que quando tivesse oportunidade, onde tivessem movimentos populares, onde exista a questão da terra, que se aprofundassem, que tirassem um tempo com os alunos, que conversassem e desse muito valor, mas muito mesmo, a essa questão." (trabalha-

dor 8)

Outros se mostram um tanto desesperançados quanto à mudanças na escola.

"Eu acho que tinha quer ter uma mudança grande. Só porque não dá a mudança. O ensino veio desde o começo já atrapalhado por causa do governo, o próprio governo atrapalha as escolas. Eu acho que não tem jeito de mudar, eu acho que se nós tivesse, vamos dizer, o poder nas mãos já tinha mudado tudo." (trabalhador A)

Outros estão um pouco confusos nas suas propostas:

Para ser diferente teria que elas (professoras) trazerem coisas novas. A professora, então, ela que deveria ensinar, não só pegar coisas já ensinadas e de lá trazerem para nós." (trabalhador E)

É seguro que muitas das propostas dos trabalhadores merecem ainda algumas discussões para que se esclareçam também, as maneiras de operacionalizá-las.

Porém, hoje, em meio as queixas e propostas, os próprios trabalhadores vislumbraram uma possibilidade que no nosso ponto de vista, pode ser um dos caminhos viáveis para a mudança da escola.

Os trabalhadores apontam para o que nós poderíamos chamar de pedagogia das lutas, quando dizem que a escola muda à medida que aconteça o que já está começando a acontecer, que as pessoas se dediquem, que nasçam pessoas nas caminhadas, nas lutas...

O "nascimento" dessas pessoas pode significar uma nova percepção de educação, onde as lutas dos trabalhadores sejam consideradas, compreendidas e valorizadas.

Nesse sentido, o papel do professor e demais educadores se reveste de grande importância, uma vez que, são mediadores no processo educativo escolar. E o ponto de partida do educador comprometido com as causas dos trabalhadores é aproximar-se do mundo real desses homens e mulheres, apreender com eles e a eles também ensinar, oferecendo instrumentos para que se amplie a sua visão de mundo e de sociedade.

## NOTAS

- 1 - Optamos por denominar assim a escola, para simplificar um nome muito longo: "Escola Isolada Estadual Desdobrada de Núcleo Tritícola Ministro João Cleofar."
- 2 - Para um aprofundamento sobre essa questão consultar: Galazans (1989).
- 3 - Entre os estímulos positivos que o inspetor tentava passar aos professores depois das "recomendações" existe um que merece registro pelo seu caráter pitoresco: Confiamos no trabalho consciencioso de cada professora, porque como diz Vitor Hugo. "O futuro da criança e o futuro do Brasil está nas mãos do professor."
- 4 - Sobre o assunto ver D'AMBROSIO Ubiratan, da Realidade à Ação, reflexões sobre educação e matemática, CARRAHER e SCHLIEMANN, Na vida dez, na escola zero.
- 5 - Das duas professoras, que atuavam na Escola do Núcleo Tritícola de Curitiba quando da coleta dos dados, apenas uma demonstrou interesse pela pesquisa e participou da gravação das entrevistas.

6 - Quando se faz a distinção entre intelectuais e não intelectuais, referimo-nos na realidade, somente à função social imediata da categoria profissional de intelectuais, isto é, tem-se em mente a direção de uma atividade profissional específica toma-se a direção da elaboração intelectual ou a direção do esforço nervoso-muscular. Isso significa que, embora se possa falar de intelectuais, não se pode falar de não-intelectuais, porque estes não existem. No entanto, mesmo a relação entre o esforço da elaboração cérebro-intelectual e o esforço nervoso-muscular não é sempre a mesma, porque há vários graus de atividade intelectual específica. Não há atividade humana na qual não haja alguma forma de participação intelectual: o HOMO FABER não pode ser separado HOMO SAPIENS. Cada homem, finalmente, além de sua atividade profissional, desempenha alguma forma de atividade intelectual, pois é um "filósofo" um artista, um homem de gosto; ele participa de uma concepção particular de mundo, tem conscientemente uma linha de conduta moral e, assim contribui para a manutenção de determinada concepção de mundo ou para modificá-la, isto é, para tornar reais novas formas de pensamento. (GRAMSCI, 1972).

## CONCLUSÃO

Nesta etapa final do trabalho é importante situarmos alguns aspectos que estiveram presentes durante o seu desenvolvimento e que, mais do que conclusões, são reflexões que precisam ser retomadas e coletivamente discutidas.

Neste sentido, ao concluirmos este estudo, estamos não apenas cumprindo um requisito para a obtenção do grau de mestre, mas também, sistematizando alguns momentos da nossa própria prática, desenvolvida durante mais de quinze anos, na educação pública. Esperamos que, com este trabalho, possamos contribuir de alguma maneira com as discussões acerca da escola que é oferecida aos trabalhadores. E, mais ainda, que possamos discutir as idéias aqui esboçadas, com professores e trabalhadores, buscando novas perspectivas para as questões levantadas neste trabalho de dissertação. Mesmo porque, na proposta teórico-metodológica que adotamos

"nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim, como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente." (GOLDMANN, 1984:6)

No desenvolvimento da pesquisa, através da qual buscamos ampliar a compreensão da problemática da educação e

cujo ponto de partida foi a educação escolar, tratamos da educação na ótica da: pedagogia das lutas, quando apreendemos o cotidiano dos homens e mulheres do Planalto Serrano, que desde os tempos dos coronéis vêm sendo subjugados, ora pela ação intervencionista do Estado, ora pelos desmandos da política econômica atrelada aos grupos dominantes; pedagogia do trabalho, enfocada para destacar o trabalho e a educação desses homens e mulheres - bóias-frias, peões-roceiros, pequenos produtores, plantadores de alho - que mesmo buscando novas relações de trabalho continuam submetendo-se à dominação exercida pelo capital; pedagogia da escola, a instituição pública sempre presente fisicamente, no contexto estudado, porém sempre ausente das lutas dos trabalhadores. Ou então, servindo de mediadora na ação autoritária do poder público.

No processo de conhecimento dessa realidade, fomos construindo o nosso caminho com os sujeitos da prática educativa estudada, vivenciando enquanto pesquisador-educador, "uma relação ativa e de vinculações recíprocas." (GRAMSCI, 1984:37)

Ao tomarmos como ponto de partida a escola, colocamos também em análise a nossa própria trajetória pedagógica, a nossa prática social que teve um marco muito forte cunhado na escola pública.

Assim, fazendo uma ponte com a nossa própria origem camponesa, enfocando a visão de mundo dos homens e mulheres sujeitos dessa História, deixamos fluir também a nossa visão

de mundo. E essa interação, possibilitou-nos enquanto educador, uma reeducação, o que nos capacita para enfrentar concretamente a questão da educação do trabalhador.

## BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel. Escola, Cidadania e Participação no Campo, in Em Aberto, Brasília, 1 (9), 1982.

BRAZ, J. Smith. A organização da triticultura nacional e do armazenamento geral. In: Anais da Segunda Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, Viçosa, Publicado pela Divisão de Informação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1962.

BAYMA, Cunha. Trigo. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1960.

GALAZANS, Maria Julieta Costa. Questões e Contradições da Educação Rural no Brasil. In: Educação Rural no Terceiro Mundo-Experiências e Novas Alternativas. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

-----, Formação: Trabalho de Educação Articulado do prática-teoria. Rio de Janeiro, 1988. (mimeografado).

-----, A escola na integração sociedade Civil/Estado - um forum para encaminhamento das lutas dos professores. in Em Aberto, (34): 17 - 34 Abr./Jun, 1987.

----- . Panorama Histórico de Programas Educativos em áreas Rurais do Brasil. Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, SP. 1989.

CALDART, Roseli Salete. Sem Terra com Poesia. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

----- . Os movimentos sociais e a formulação de uma nova pedagogia. In: Contexto e Educação. (8): 19:33. out./dez. 1987.

CARRAHER, Terezinha. e SCHIEMANN. Na vida dez, na Escola Zero. Cortez, SP. 1988.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura - Popular no Brasil. 3ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense. 1989.

CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição. São Paulo, Editora Cortez. 1985.

DIAS, Cleimon E. A. Espacos de conflito e Permanência das Agências de Estado: o exemplo da Extensão Rural em SC. dissertação de mestrado RJ. 1990. (mimeografado)

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania. In: Novos Estudos CEBRAP. (10): 24-30, Out. 1984.

FERNANDES, Florestan. Nova República? 2ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1988.

FONSECA, Maria Tereza Louza da. Escolarização das Populações Rurais na Nova LDB. In: Educação em Revista. Belo Horizonte (9): 18-24, Jul. 1989.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola. São Paulo, Editora Cortez. 1987.

FREITAS, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. 5ª edição, São Paulo, Editora Moraes. 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da Escola improdutivo. São Paulo, Editora Cortez. 1984.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. A vara teimosa - Debatendo com Paolo Nosella. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Editora Cortez, 1986.

GIROUX, Henry. Teoria Crítica e Resistência em Educação - para além das teorias de reprodução. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

----- . Escola crítica e política Cultural. 2ª edição. Cortez, SP. 1988.

GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 5ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984.

----- . Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 5ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984, b

----- . Os intelectuais e a Organização da Cultura. 5ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

----- . Obras Escolhidas. 1ª edição. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1978. b

GRZYOWSKI, Cândido. Política Agrícola e Reforma Agrária: Subsídios ao Programa do PT. Rio de Janeiro, 1989 (mimeografado).

----- . Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente a crise. In: Uma Revolução do Cotidiano? Os novos movimentos na América do Sul. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

----- . A ditadura do grande capital. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

----- . O Colapso do Populismo no Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

----- . Classe e Nação. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

- . Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- LEMOS, Zélia de Andrade. Curitibanos na História do Contestado. Florianópolis, IOESC, 1977.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. 5ª edição. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1986.
- LISBOA, Tereza Kleba. A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense. Florianópolis, Editora da UFSC, 1988.
- LOOCKS, Geraldo Augusto. Pastoral da Terra, desafios e implicações na Região Serrana. In: Jornal CAMINHADA - Diocese de Lages - SC, abril, 1989.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 3ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- KUENZER, Acácia. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- MACHADO, Antonio Berto. Reflexões sobre a organização do Processo de trabalho na escola. In: Educação em Revista, (9):

27-31, jul. 1989.

MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. 2ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

----- Os Camponeses e a Política no Brasil.  
3ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

MARX, K. & ANGELS, F. Ideologia Alemã. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

MELLO, Marco Antonio da Silva, VOGEL, Arno. Monarquia Contra República: a ideologia e o paradigma do milênio na Guerra Santa do Contestado. Rio de Janeiro, 1989. (mimeografado)

MONTEIRO, Douglas Teixeira. Os Errantes do Novo Século. São Paulo, Série Universidade - 2, Duas Cidades, 1974.

MUNARIM, Antonio. A Praxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1990. (mimeografado)

NORONHA, Olinda Marial. De Camponesa a Madame. São Paulo,

Edições Loyola, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita.

5ª edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989.

----- . Elegia para uma Re(li)gião. Sudeste.

Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe. 5ª edição.

Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

----- . A Economia Brasileira: Crítica à

razão dualista. 5ª edição. Petrópolis, Vozes, 1987.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Crise da "NOVA REPUBLICA".

In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo (23): 85-105, março.

1989.

PONCE, Anibal. Educação e Luta de Classes. 5ª edição. São

Paulo, Editora Cortez, 1985.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro,

Editora Paz e Terra, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Messianismo no Brasil e no Mundo. 2ª edição. São Paulo, Alfa Omega, 1977.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social - A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.

RIBEIRO, Maria Luíza S.. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. 5ª edição. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação Brasileira. 8ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

SANTA CATARINA. Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - PIDSE Curitibanos. Florianópolis, SEPLAN, 1990.

SAVIANI, Demerval. Tendências e Correntes da Educação Brasileira. In: Filosofia da Educação Brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1985.

----- Escola e Democracia. 7ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 1983.

- SCHAFF, Adam. História e Verdade. 2ª edição. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1983.
- SERPA, Élio. Anotações sobre o Povoamento de Lages. Lages, 1989. (mimeografado)
- SINGER, Paul. Introdução. In: Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Editora Hucitex, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- SNYDERS, Georges. Escola, Classe, e Luta de Classes. 2ª edição. Lisboa, Moraes, 1991.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da Praxis. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. Novos Movimentos Sociais: Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina. In: Uma Revolução do Cotidiano? Os movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- WREM, Ilse Scherer. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Uma Revolução do Cotidiano? Os movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

## DOCUMENTOS

- 1 - Ata das Reuniões da Associação João Maria de Pequenos Agricultores. Atas do número 01 a 99 referenete ao período de 31 de agosto de 21987 a 21 de junho de 1989.
- 2 - Regulamento do Núcleo Tritícola de Curitibaanos.
- 3 - Livro de Registro da Escola Isolada Estadual do Núcleo Tritícola de Curitibaanos. Período referente a 11 de junho de 1955 a 04 de setembro de 1968.

## JORNAIS

- 1 - Jornal DIÁRIO CATARINENSE, Produtores Abandonam o Cultivo, 18/11/90, p. 10.
- 2 - Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Comercialização do Trigo, 19/9/90, p. 2.
- 3 - Jornal DIÁRIO CATARINENSE, Bóia-Fria vale Cz\$ 1 mil por dia, 14/11/88, p. 9.
- 4 - Jornal DIÁRIO CATARINENSE, Cresce o número de bóias-frias em SC, 16/11/88, p. 29.
- 5 - Jornal DIÁRIO CATARINENSE, CONCENTRAÇÃO DE TERRA aumenta o êxodo Rural, 20/08/89, Ps. 10,11,12 e 13.
- 6 - Jornal CAMINHADA - Jornal da Diocese de Lages, Pastoral da Tera, desafios e implicações na Região Serrana, Número 33 Abril 1989.

A N E X O

## ANEXO 1

Cooperativas em funcionamento dentro do plano da COTRINAG

| COOPERATIVAS                   | SEDE            | SÓCIOS | CAP. SUBSCR.  |
|--------------------------------|-----------------|--------|---------------|
| RIO GRANDE DO SUL              |                 |        |               |
| Coop. Trit. Alegretense Ltda   | Alegrete        | 204    | 9.122.000,00  |
| " " Aceguá Ltda                | Bagé            | 311    | 6.211.100,00  |
| " " Caçapava do Sul Ld.        | Caçapava do Sul | 221    | 2.122.000,00  |
| " Agric. Caçapava do Sul       | Caçapava do Sul | 1120   | 4.200.000,00  |
| " Trit. Carazinho Ltda         | Carazinho       | 200    | 42.856.000,00 |
| " " de Prod. Cruzaltense       | Cruz Alta       | 577    | 70.208.000,00 |
| " " Petritense                 | Don Pedrito     | 102    | 6.980.000,00  |
| " " Encruz. do Sul Ltda        | Enc. do Sul     | 902    | 4.200.000,00  |
| " " Erechim Ltda               | Erechim         | 120    | 7.060.200,00  |
| " " Espumoso Ltda              | Espumoso        | 100    | 2.012.000,00  |
| " " Frederico Westphalem       | F. Westphalem   | 120    | 4.157.200,00  |
| " " Getúlio Vargas             | G. Vargas       | 600    | 12.123.000,00 |
| " " Assis Brasil Ltda          | Hulha Negra     | 612    | 5.138.000,00  |
| " " Serrana Ltda               | Ijuí            | 320    | 15.954.000,00 |
| " " Vale do Jaguari Ltda       | Jaguari         | 198    | 1.890.000,00  |
| " " J. de Castilhos Ltda       | J. Castilhos    | 150    | 6.820.000,00  |
| " Lagense Prod. Trigo Ltda     | Lagoa Vermelha  | 811    | 9.910.000,00  |
| " Trit. Lavrense               | Lavras do Sul   | 810    | 6.560.800,00  |
| " " Santanense                 | Livramento      | 67     | 976.000,00    |
| " " Não Me Toque               | Não Me Toque    | 100    | 6.005.200,00  |
| " " Palmeirense Ltda           | Palm. Missões   | 200    | 15.000.000,00 |
| " " Panambi Ltda               | Panambi         | 222    | 3.212.000,00  |
| " " Passo Fundo Ltda           | Passo Fundo     | 212    | 32.000.000,00 |
| " " do Sul Ltda                | Pelotas         | 1050   | 3.120.000,00  |
| " " Rosário do Sul Ltda        | Rosário         | 30     | 900.000,00    |
| " " Sananduva Ltda             | Sananduva       | 800    | 8.120.000,00  |
| " " Sta. Bárbara do Sul        | Sta. Bárbara    | 110    | 4.980.000,00  |
| " " Santamariense              | Sta. Maria      | 80     | 3.100.000,00  |
| " " Santiaguense Ltda          | Santiago        | 159    | 3.212.000,00  |
| " " Santo Angelo               | Santo Ângelo    | 233    | 18.965.000,00 |
| " " Samborgense                | São Borja       | 244    | 17.916.200,00 |
| " " São Gabriel Ltda           | São Gabriel     | 308    | 8.200.000,00  |
| " de Trigo São Gabriel Ltda    | São Gabriel     | 908    | 6.231.200,00  |
| " Trit. São Luizense Ltda      | S. Luiz Gonzaga | 113    | 3.352.000,00  |
| " " Sapeense Ltda              | São Sapé        | 313    | 4.124.000,00  |
| " " Sarandi Ltda               | Sarandi         | 30     | 2.100.000,00  |
| " " Soledadense Ltda           | Soledade        | 60     | 2.000.000,00  |
| " " Vale Taquari Ltda          | Taquari         | 80     | 1.100.000,00  |
| " " Uruguaiianense             | Uruguaiiana     | 112    | 10.483.500,00 |
| " " Vacariense                 | Vacaria         | 15     | 820.000,00    |
| Fred. Coop. Trit. R.G. Sul Lt. | Pôrto Alegre    | 32     | 26.000.000,00 |

| COOPERATIVAS   | SEDE          | SÓCIOS | CAP. SUBSCR. |
|--|---------------|--------|--------------|
| SANTA CATARINA   |               |        |              |
| Coop. Trit. Campos Novos Ltda                            | Campos Novos  | 810    | 850.000,00   |
| " " D'Oeste Ltda   | Chapecó       | 205    | 712.000,00   |
| " " Destina Ltda   | Herval Oeste  | 506    | 1.253.000,00 |
| " " Norte Catarinense                                    | Mafra         | 41     | 1.102.000,00 |
| " " Iguaçu-Timbó Ltda                                    | Pôrto União   | 109    | 840.000,00   |
| " " Videira Ltda   | Videira       | 86     | 1.450.100,00 |
| PARANÁ   |               |        |              |
| Coop. Trit. União Ltda                                   | União Vitória | 301    | 2.123.000,00 |
| " " de Ponta Grossa Lt.                                  | Ponta Grossa  | 28     | 150.000,00   |
| SÃO PAULO  |               |        |              |
| Coop. Trit. Sul Est. São Paulo                           | Itapeva       | 188    | 3.450.000,00 |
| MATO GROSSO  |               |        |              |
| Coop. Trit. Sul Matogrossense                            | Campo Grande  |        |              |
| MINAS GERAIS   |               |        |              |
| Coop. de Trigo e Cereais em Ge-<br>ral Sul de Minas Ltda | Varginha      | 300    | 3.000.000,00 |

Fonte: Anais da Segunda Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, Minas Gerais 1962.

ANEXO Nº 2

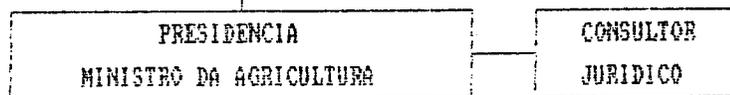
Cooperativas em estudo e em organização.

| ESTADO              | SEDE   |
|---------------------|--|
| Santa Catarina      | Caçador, Canoinhas, Capinzal, Curitibanos<br>São Miguel D'Oeste e Xaxim. |
| Paraná              | Irati, Curitiba e Ponta Grossa.  |
| São Paulo           | Itaberá e Itararé.   |
| Geará               | Joazeiro do Norte, Sobral, Crateus e<br>Senador Pompeo.                  |
| Piauí               | Picos e São Pedro do Piauí.  |
| Rio Grande do Norte | Mossoró, Açu e Caicó.  |
| Alagoas<br>e        | Palmeiras dos Índios, União dos Palmares<br>Maceió.                      |
| Sergipe             | Aracaju, Itabaiana e Nossa Senhora da<br>Gloria.                         |
| Paraíba             | Campina Grande.  |
| Bahia               | Vitoria da Conquista.  |
| Minas Gerais        | Patos de Minas.  |
| Espírito Santos     | Colatina.  |
| Goiás               | Itumbiara.   |
| Distrito Federal    | Brasília.  |
| Pernambuco          | Vitória de Santo Antão, Caruaru, Bom<br>Jardim, Goiânia e Arcoverde.     |

Fonte: Anais da Segunda Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, Minas Gerais 1962.

COMISSAO DE ORGANIZACAO DA TRITICULTURA NACIONAL E ARMAZENAMENTO GERAL  
**C O N T E I M A G**  
 PRESIDENCIA - MINISTRO DA AGRICULTURA

|                         |                         |                         |                                       |                                      |                                      |                                |                               |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| DIRETOR<br>DO<br>S.E.R. | DIRETOR<br>DO<br>S.E.T. | DIRETOR<br>DO<br>D.O.B. | DIRETOR<br>C.C.A.I<br>BANCO<br>BRASIL | DIRETOR<br>C.C.G.<br>BANCO<br>BRASIL | PRESID.<br>DENTE DA<br>DA<br>C.C.A.S | REPRES.<br>MINISTRO<br>FAZENDA | REPRES.<br>DA FECCO-<br>TRIGO |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|



|  |                                     |                                     |  |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|--|
| EQUIPE CENTRAL<br>DE TRABALHO                  | EQUIPE DE<br>COOPERATIVISMO         | EQUIPE DE<br>TRIGO                  | EQUIPE DE<br>OBRAS                       |
| 1. CONTADOR<br>1. SECRETARIO<br>AUX. ADMINIST. | TECNICOS<br>AUXILIARES<br>ADMINIST. | TECNICOS<br>AUXILIARES<br>ADMINIST. | ENGENHEIROS<br>TECNICOS<br>AUX. ADMINIS. |

FONTE: Anais da Segunda Reuniao da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais  
 Minas Gerais 1962.



SECRETARIA DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO,  
INFORMAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

**Regulamento do Núcleo  
Triticolo de Curitibanos**

— 1959 —

## **DECRETO Nº. 22 de 9 de dezembro de 1958**

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o art. 52, n. 1, da Constituição do Estado,

### **D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica aprovado o Regulamento do Núcleo Triticola de Curitibanos, baixado pelo presente.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 9 de dezembro de 1958.

**HERIBERTO HULSE**

**Celso Ivan Costa**

Término de Abertura

Sevirá o presente livro para  
Término de Visitas da Escola Secundária Es-  
tadual de N. S. do Espírito Santo, Município de Curu-  
tibamas, distrito de Liberdade, município de Curu-  
tibamas.

Curutibamas, 11 de junho de 1955.  
Liberdade - Curutibamas - 72.

Inspeção Escolar da  
39ª Circunscrição  
Cuitibanas - S. Catarina

## Termo de Encerramento

Contém a presente livro de  
cinenta (50) páginas, todas minuciosamente  
tipograficamente e publicadas com a  
série - ~~1950~~ - do men exclusivas.

Cuitibanas, 11 de junho de 1950.  
Selenes - Inspectora Escolar